



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Nélia Teixeira Correia

MACAU IN BETWEEN

REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES INTERCULTURAIS ENTRE OCIDENTE E ORIENTE

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor José Fernando Gonçalves
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Julho de 2019

Macau *in Between*

Reflexão sobre as relações interculturais entre Ocidente e Oriente

Nélia Teixeira Correia

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura sob orientação do
Professor Doutor José Fernando Gonçalves

Departamento de Arquitetura, FCTUC, Julho de 2019

Nota à edição:

A presente dissertação segue o novo Acordo Ortográfico.

A norma das referências bibliográficas é a Norma APA.

Agradecimentos

A maior gratidão aos meus pais e irmã pelo apoio incondicional. Independentemente da distância geográfica que nos separa, vocês são e, sempre foram, os pilares desta construção que é a vida.

Agradeço aos amigos pela sua contínua presença, pelas palavras de alento sempre que foram necessárias e pelo enorme suporte emocional.

Um enorme agradecimento ao Prof. Dr. José Fernando Gonçalves pela partilha de conhecimento e pelos ensinamentos acerca da importância da *viagem* na formação do arquiteto/a.

À D.Lurdes e Nina, obrigada pelos conselhos e disponibilidade com que sempre ajudaram.

Grata a todos os que fazem o d'Arq ser o lugar das mais infinitas aprendizagens.

Obrigada Coimbra e Macau, por tudo.

Sumário

1	Resumo
3	Abstract
5	Introdução

I. Estado da Arte

17	Oriente e Orientalismo
25	Ocidente e Ocidentalismo
33	Ocidentalização: a difusão do Ocidente
39	A Arquitetura e o Poder

II. Macau *In Between*

53	A ocupação pré-portuguesa: dos povoados chineses à cidade cristã
57	As cidades portuguesa e chinesa I : séc.XVI a meados do séc.XIX
71	As cidades portuguesa e chinesa II : meados do séc.XIX ao séc.XX

III. Casos de Estudo

87	Uma cidade, muitas transformações
99	Centro Cultural de Macau
111	O núcleo Lisboa: Hotel Casino Lisboa e Grand Lisboa
129	Considerações Finais
139	Bibliografia
147	Fontes das Imagens

Resumo

Num Mundo que se viu global desde cedo, as relações interculturais entre Ocidente e Oriente mostraram por vezes ser divergentes. Entre uma certa admiração e união, a relação entre ambas as partes do planeta pode também ser expressada sob a forma de aversão ou disjunção: Ocidentalismo e Orientalismo.

Afim de entender melhor como se processa esta relação, se por união ou disjunção, foi realizada uma análise através dos métodos documental, de campo e técnico. A *viagem*, serviu como forma de investigação por comparação/dedução vivida *in loco*, experienciada na primeira pessoa. À ela, associou-se também uma recolha bibliográfica de suporte aos conceitos que se mostravam necessários a esclarecer. Macau é, então, o território a Oriente que integra no seu código genético uma forte reciprocidade e convivência com o Ocidente, ficando assim no *in between*.

Para estudar essa relação, foi feita uma análise da evolução histórica da cidade procurando a forma como a evolução arquitetónica poderia representar a relação entre duas culturas: a portuguesa e a chinesa; e também como se poderia rever uma simbiose ou dicotomia no Centro Cultural de Macau e no Núcleo Lisboa. Após uma análise profunda, sobretudo através do método da *viagem*, foram encontradas narrativas de reciprocidade e influências mútuas que culminaram num resultado sem precedentes.

Abstract

In a world that has been globalized at an early age, intercultural relations between West and East have sometimes been divergent. Between a certain admiration and union, the relation between both parts of the planet can also be expressed in the form of aversion or disjunction: Occidentalism and Orientalism.

In order to better understand how this relationship is processed, whether by union or disjunction, was performed an analysis through the documental, field and technical methods. The *trip* served as a form of research by comparison/deduction lived *in loco*, experienced in the first person. It was also associated with a bibliographical collection that supports the concepts that were necessary to clarify. Macao is, then, the territory in the East that integrates in its genetic code a strong reciprocity and coexistence with the West, thus staying *in between*.

To study this relation, an analysis of the historical evolution of the city was made in order to understand how the architectural evolution could represent the relationship between two cultures: Portuguese and Chinese; and also how a symbiosis or dichotomy could be seen at the *Centro Cultural de Macau* and at the *Núcleo Lisboa*. After a profound investigation, mainly through the method of the *trip*, narratives of reciprocity and mutual influences were found and they have culminated in an unprecedented result.

Introdução

Contexto A 7 de Dezembro de 1941 a Marinha Imperial Japonesa consolidava um ataque aeronaval a *Pearl Harbor*. Em consequência, surgiu o debate sobre algo que Buruma e Margalit (2004) colocaram à disposição do Mundo. Esse algo revelou dois sentimentos na relação entre Ocidente e Oriente: o da aversão e o da superação. Debatia-se uma rivalização, procuravam superar a influência ocidental no território oriental, superar o *ser moderno* e as suas sombras. Sem confidências, estava confirmada determinada antipatia, por conseguinte, aversão.

Cerca de 60 anos depois de *Pearl Harbor*, a aversão e vontade de superação também se refletia na destruição das Torres Gémeas, o *World Trade Center* de Nova Iorque. Esta particular escolha residiu no facto de serem símbolos do poder imperialista, capitalista, de uma forte imagem globalizada dos EUA reconhecida pelo Mundo. De cariz realista e simbólico foi, simultaneamente, um ataque aos EUA e à ideia de Ocidente que representavam. A cidade como a maior representação da evolução civilizacional ocidental é, em consequência, o seu ponto mais fraco.

Motivação Há uma particularidade da *cidade* que me interessa: a demonstração de poder. Sendo a arquitetura um instrumento dessa demonstração, podemos ver a sua influência desde a época colonial à contemporaneidade. As marcas espaciais não são isentas de significado, a arquitetura toma partidos e dá corpo ao manifesto. Representou e, ainda representa, ideologias tanto políticas, como culturais, sociais ou económicas. Moldou a sociedade e exerce poder sobre ela.

É nesta narrativa que revejo o que sempre me moveu ao longo do percurso pela aprendizagem da arquitetura. É nesta forma como a arquitetura pode estar tão envolvida nas mais diferentes dimensões da vida humana tendo o poder de a transformar. Essa transformação pode advir de "jogos" de poder, influências políticas, sociais e económicas moldando significativamente a vida do Homem. Como a sua atividade é inerente à vida do ser humano, ela própria permite criar relações ou rompê-las.

Por outro lado, a similitude observada nas formas arquitetónicas enquanto vivi em

Macau e em passagens por Hong Kong, culminou simultaneamente num *dèjà vu* e num sentimento de perplexidade. Poderia acordar em Macau e pensar que estava em Lisboa. Em Hong Kong e pensar que estava em Londres. Então como conviviam duas culturas tão distantes no espaço arquitetónico? Como era a sua relação e como é agora? Em ambos os casos essa similitude provinda desde os inícios coloniais e imperialistas eram representações de poder e domínio, e assim continuava, uma exaltação do Ocidente, da *cidade ocidental*.

A viagem, as relações culturais, urbanas, sociais às quais assisti foram então o motor da escolha do tema. O interesse por Macau surgiu por partilharmos um ponto em comum, a cultura portuguesa, mas sobretudo por se demonstrar discordante, tirando o melhor partido possível dela ou superando-a.

Problemática Este panorama também se apresenta na troca de influências na contemporaneidade num resultado único e autêntico. Tal como no passado, é espelho de transformações geopolíticas, sociais, económicas que se viram desde o colonialismo e imperialismo e hoje assistem-se no produto também dessas transformações.

Juntamente com esse passado, é aqui somado o papel da arquitetura à problemática da relação entre ambas as partes do Mundo. Formam-se assim as seguintes questões: como terá sido enraizada uma tão forte disjunção expressada sob uma fórmula concreta que dita o dominador e o dominado? De que forma esta se reflete na construção social, arquitetónica? De que forma ela tem repercussões no presente?

Há que mencionar a declaração de poder, um confronto entre o Oriente e Ocidente assente na questão de uma globalização/ocidentalização opressora e impositiva. Será que ela ainda reside no dia-a-dia macaense?

Não é de esquecer, que por um lado a dicotomia e por outro a simbiose, mostravam ser uma constante no dia-a-dia da experiência da viagem. Elas residiam na cidade, nos edifícios, no ADN dos lugares. Todo aquele espaço e aquela relação fora uma interessante incógnita que não permitia desvendar todos os *layers* que compunham a pluralidade do cenário. O reconhecimento da diversidade, da aceitação e valorização das novas culturas, novos usos, crenças levava a questionar uma determinada necessidade pela união e identidade em resultado do passado.

Objetivos Posto isto, o objetivo desta escolha é procurar entender melhor essa incógnita, a relação por camadas desde um passado longínquo até aos nossos dias, assim como a forma como elas compõem hoje Macau. Também se procura entender se há efetivamente uma relação dicotómica ou simbiótica, a forma como influencia a arquitetura, a cidade e mesmo a sociedade nos dias de hoje. Para isso, a escolha da viagem a Macau foi importante pois confinou o estudo àquele caso apesar de imensas terem sido as influências de outras viagens a Zhuhai, Singapura e Kuala Lumpur e reflexões na aproximação à problemática.

Contudo, a percepção de uma forte disjunção ou de um forte encontro entre o Oriente/Ocidente também ela foi objetivo deste estudo no caso macaense. Pretende-se também entender essa relação, um diálogo que hoje se intensifica com a globalização e com a evolução da própria cidade refletindo-se na sua arquitetura.

Assim, este estudo pretende refletir de que forma as vicissitudes entre Ocidente e Oriente, enraizadas desde época da expansão até um passado relativamente próximo, se refletem nas relações interculturais entre ambos nos dias de hoje. Conseqüentemente, através da viagem que fiz e a vivência *in loco* a Oriente, procurei verificar de que forma estas reflexões e influências estão representadas na evolução da cidade e na sua arquitetura.

Metodologia

A *viagem* enquanto ferramenta de estudo e investigação baseada na experiência *in loco* foi sempre algo que moveu este percurso. Desde o início que o seu propósito foi surpreendido. O tema divergiu entre um interesse pela questão de uma disjunção ou encontro entre o rural e o urbano no contexto chinês, para uma segunda, o Ocidente e o Oriente. Esta última prevaleceu. O método utilizado para a estudar cingiu-se numa análise comparativa/dedutiva. Esta comparação estava patente em tudo o que observava, experienciava e sentia no território; a dedução, estava em tudo o que procurava retirar ilações. Procurar perceber esta reciprocidade sobretudo através da observação próxima do tangível, como a arquitetura, e do intangível de que são exemplo os modos de vida, foi um método primordial nesse entendimento. Assim, a razão pela qual o estudo se deu maioritariamente fora de Portugal cingia-se no facto de ser necessária essa vivência e convivência fora das fronteiras europeias, fora do Ocidente, mas sem nunca descurar a minha posição enquanto uma cidadã ocidental.

Foi de total importância que neste confronto se esclarecessem as dimensões dos termos que estão na base desta união ou disjunção. Estes são marcadamente identificados desde a época colonial e imperialista até um certo pós/neo-colonialismo moderno. São resultado de uma relação intercultural e podem também ser referentes às cidades e à sua arquitetura, símbolos de poder.

Estrutura

Sendo os termos *Oriente e Orientalismo, Ocidente e Ocidentalismo e Ocidentalização*, que enraizam e esclarecem essa relação, o mote é dado por questões essenciais tais como: De que forma representamos uma cultura? O que é a *outra* cultura? Quem é o *outro*? São questões que principiam **Oriente e Orientalismo** cuja ideologia assenta no lugar temporal correspondente aos séculos XIX e XX. Essa ideologia é passiva de perspectivar fundamentalmente dois raciocínios: o caracterizar do estudo das civilizações geograficamente posicionadas a Oriente; deixar clara uma representação do que é esse Oriente mas sendo construído à imagem e semelhança ocidental resultante de um ponto de vista eurocentrista.

Sendo este último raciocínio de *Orientalismo* significativo para uma “construção” do que é o Oriente, ele também o é para se compreender então quem afinal terá “construído” o

Ocidente. Desta forma, **Ocidente e Ocidentalismo** manifestam-se sob a forma de processo através do qual o “não-ocidental” espelha-se na influência da cultura ocidental e dos seus valores. Esta construção está entre uma supremacia declarada de uma parte do Mundo que se autopromove como superior e outra estereotipada para que essa superioridade possa existir. É então o olhar no *outro* e a propaganda fervorosa que compõe este Ocidente suportado em distintos acontecimentos históricos. Mas sem o jeito propagandístico oferecido pela Ocidentalização o Ocidente nunca se teria autoproclamado como superior.

A **Ocidentalização** dá asas à equação do vencedor e vencido, é uma intervenção disseminada impositiva e declarada face ao *outro*, obrigando-o a que se “ocidentalize”. Entra-se com a questão da aculturação e da miscigenação e dessa fusão, dois resultados: uma forma de imposição, retirada de significação perante a cultura do *outro*; e algo inédito, raro, o resultado da junção de duas culturas. Em distintos panoramas, mas incrivelmente no panorama arquitetónico, uma declaração de poder era a forma de marcar uma posição num novo território desde o período colonial. Afirmava-se superioridade com a construção, portanto, não será descabido associar a arquitetura a uma forma de poder. **A Arquitetura e o Poder** estão assim intrinsecamente relacionados com a determinação da vida Humana nas demais esferas. Com vocação política de transformação social esta foi-se desvanecendo sobretudo nos finais do século XX com uma série de mudanças nas sociedades pós-coloniais, nos modos de vida e na aposta numa arquitetura genérica de linguagem isolada. Estas atitudes que forneceram resultados ímpares no sentido estético, prático e revolucionário. Há uma maior consciência relacionada com os direitos humanos, sendo eles inseparáveis desta nova vaga da pós-modernidade que está no seguimento de uma modernidade baseada até então num conceito dito eurocentrista.

A escolha de um espaço físico e sentimental pareceu impreterível, Macau surge neste contexto por a viagem ter sido lá e por me ter oferecido todas estas narrativas. Macau reside no *in between*, fica entre o passado e o futuro, uma “colónia” e “ex-colónia”, de um papel passivo perante o exterior a determinante num panorama da escala global. **Macau in Between** rege-se então por camadas que ditam o código genético desta cidade.

E porque já as teorias confucionistas assim o assinalavam, “*study the past if you would define the future*”, foi estudado também nesta dissertação o passado de forma a entender os processos de interculturalidade que vieram a definir uma cidade sem definição concreta. Um espelho de aculturação, miscigenação que resultou num código próprio e único, de um ADN cuja constituição é impregnada pela metamorfose. Estando ciente do risco que o longo arco temporal poderá trazer, a convivência entre portugueses e chineses é aqui valorizada nos diferentes *layers* fazendo-se não uma descrição da história de forma canónica mas sim sintética. Aqui subdivide-se o estudo essencialmente em 3 partes históricas que, entre si, demonstram o fasear da evolução da cidade a par da convivência entre portugueses e chineses, Ocidente e Oriente, sendo elas: **A ocupação pré-portuguesa; As cidades portuguesa e**

chinesa I; As cidades portuguesa e chinesa II. Uma convivência que se fez distante e depois concomitante.

Contudo, o foco vai para os anos mais próximos desta realidade, passados cerca de 35 anos após o *slogan* apelativo do líder Deng Xiaoping que abria a China ao Mundo. Entre reformas levadas a cabo, o investimento internacional ditou a criação das Regiões Administrativas Especiais que resultaram nos casos de Macau e Hong Kong. **Uma cidade, muitas transformações** traz à luz a forma como Macau cresceu caoticamente e desenfreadamente, sendo um claro resultado do *boom* trazido pelo dragão chinês. O contexto e a arquitetura, trouxeram fisicamente essa disjunção ou junção em dessintonia e sintonia. Não se sabendo muito bem como lidar consigo, ela demonstra simultaneamente a ação do poder ou marcação de uma posição e a simbiose ou dicotomia cultural.

Para esse entendimento propôs-se o estudo de dois exemplos edificados, ainda que com conteúdos programáticos distintos, demonstram singularmente, um forte vínculo intercultural e uma afirmação de poder, sendo o **Centro Cultural de Macau** e **O núcleo Lisboa**, exemplos respectivamente dessa atitude.

Em relação ao primeiro, como templo cultural da cidade, demonstra a vontade em integrar as duas culturas numa época que se queria manter essa genética que fazia de Macau efetivamente macaense. O *handover* queria preservar essa convivência agora que a cidade voltava à terra mãe. Como um *statement* de união, um símbolo para lembrar as gerações futuras da inegável influência mútua, preservou parte da identidade local "edificadamente" e memoravelmente.

Por outro lado, o núcleo Lisboa de Stanley Ho, é composto pelo Hotel Casino Lisboa construído primeiramente ainda sob administração portuguesa e pelo recente Grand Lisboa sob a administração chinesa. A escolha deste núcleo cinge-se numa questão: subitamente quando se fala em Macau o que lhe vem à memória? As respostas vêm divididas entre uma fachada das ruínas da Catedral de S.Paulo e o *Robocop* macaense assim denominado por Jorge Figueira (2015). Este último é o Grand Lisboa que domina com a sua presença o *skyline* da cidade. Sendo que a primeira lembrança constitui uma memória física de cerca de 400 anos, a segunda apenas vê a luz do dia há cerca de 11 anos, não será uma mensagem a ser transmitida? Como consegue então competir pelo lugar de "maior memória da cidade de Macau" este Grand Lisboa com uma fachada/ruína com mais de 400 anos e, talvez, com um pastel de nata? Ou então, como consegue também ele competir com o tão reconhecido pequeno Lisboa que ali reside há muito mais tempo? São questões que se procurarão responder com o desenvolvimento deste trabalho.

I. Estado da Arte



Figura 1 - Jean-Auguste-Dominique Ingres, *La Grande Odalisque*, 1814



Figura 2 - Eugène Delacroix, *Femmes d'Alger*, 1834



Figura 3 - Paul Gauguin, *Where do we come from? What are we? Where are we going?*, 1897-98

Oriente e Orientalismo

“(...) o oriental é caracterizado como sendo algo que julgamos (como num tribunal), que é estudado e descrito (como num currículo) e que é ilustrado (como num manual de zoologia).”
(Said, 1978: 46)

Ainda que deslumbrantes sejam *La Grande Odalisque* (1814) de Jean-Auguste Dominique Ingres (1780-1867) (fig.1), ou *Femmes d'Alger* (1834) de Eugène Delacroix (1798-1863) (fig.2) assim como os exemplares neo-orientalistas de Paul Gauguin (1848-1903) (fig.3), a mensagem por detrás destas é maior do que a experiência contemplativa. Se por um lado, a ordem, composição, paleta de cores, mimetismo e naturalismo das formas resulta numa experiência hipnotizante, por outro, o gesto fantasiado, sedutor e fascinante demonstra os perigos que uma representação pode traduzir.

Nesta época, que compreende os séculos XIX e XX, a visão do Oriente cingia-se a representações de pinturas orientalistas e outras formas de cultura material operando essencialmente em dois registos. Em primeiro lugar, no retrato de uma cultura “exótica” e, portanto, racializada e sexualizada. Em segundo, como uma forma de documentação, um autêntico vislumbre de um local distante. Assim, estas representações, discursos visuais do Orientalismo, demandam que se questione qualquer objetividade ou autenticidade devido à simulação e à falta de “verdade” dos cenários criados.

Sabe-se agora que a designação de Oriente e Orientalismo reflete não apenas uma posição de ordem geográfica, mas sim, uma visão orientalista, “(...) um estilo ocidental para dominar, reestruturar e exercer autoridade sobre o Oriente.”(Said, 1978: 3) Esta posição fora possível com o poder de representações que permitiram o rotular estereotipado desse Oriente. Sem qualquer distinção num vasto território que compreende o Norte da África, Médio Oriente e Ásia, legitimava o exercer de interesses sobre esse Oriente que “não era (e não é) um objeto livre de pensamento ou ação.” (*ibidem*: 3).

Contudo, o autor sinteticamente expressa no seguinte excerto:



Figura 4 - Joseph Nash, *The Chinese Court*, 1851



Figura 5 - Joseph Nash, *The Indian Court*, 1851

“Em primeiro lugar, seria errado concluir que o Oriente foi essencialmente uma ideia, ou uma criação sem uma realidade correspondente. (...) e há - culturas e nações localizadas no Oriente, e as suas vidas, histórias e costumes possuem uma realidade nua e crua obviamente maior do que tudo o que pudesse ser dito sobre elas no Ocidente. (...) A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de domínio, com diferentes graus, de uma complexa hegemonia (...) O Oriente foi orientalizado não apenas porque se descobriu ser “oriental”, mas segundo os estereótipos do europeu médio do século XIX, mas também porque podia - isto é, poderia ser obrigado a - tornar-se oriental.” (*ibidem*: 6)

Assim, desafia-se não apenas a forma pela qual o Ocidente representava o Oriente, como também uma demonstração do cultivo de uma concepção que erroneamente influenciava a ideia de Oriente e o conseqüente exercer do poder sobre este. Portanto, por um lado demonstra-se os perigos de todas as representações que sujeitas a opostas interpretações poderão estabelecer os alicerces de uma visão estereotipada dessa “criação”; por outro, seguem-se pegadas que demonstram um Oriente feito/construído em relação às influências de um lado do Mundo. Esse lado do Mundo, o Ocidente, era como um modelo impositivo, quer pela força da sua posição geográfica centralizada, quer pelos ideais ou cultura.

No mesmo seguimento, este pensamento vulgariza e legitima certa exploração baseada na ideia de inferioridade tanto cultural como racial de tudo o que não é ocidental dando-se forma a um alibi para os crimes do passado expansionista.

O exercer imperialista por parte europeia sobre essas civilizações somando-se diferentes fenómenos temporalmente distantes, nomeadamente, o colonialismo, capitalismo industrial, turismo e consumo em massa, faziam com que o Oriente fosse também uma entidade a ser consumida. Este consumo é claro quando surgem as primeiras feiras mundiais e pavilhões culturais, de que é exemplo a *The Great Exhibition* no Palácio de Cristal em Londres (1851). Estas foram um forte apoio à afirmação dos objetivos da expansão colonial tendo também a arquitetura o provado continuamente. Com imitações construídas e exposição de peças verdadeiras procuravam fornecer tanto espetáculo quanto autenticidade aos ideais orientalistas (fig.4 e 5).

Não obstante, o Orientalismo constrói mitologias, estereótipos culturais, espaciais e visuais estes que, por sua vez, estão intrinsecamente ligados às ideologias governamentais e institucionais numa relação de poder como já referido, sendo transmitida por uma:

“(...) distribuição de consciência geopolítica por textos estéticos, eruditos, económicos, sociológicos, históricos e filológicos; é a elaboração não apenas de uma distinção geográfica básica (o mundo é constituído por duas metades desiguais, o Oriente e o Ocidente) mas também de uma série completa de “interesses” que, através de meios como os descobrimentos eruditos, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição sociológica e geográfica, não

só cria como também mantém; mais do que expressar, o orientalismo é uma certa vontade ou intenção de compreender, nalguns casos de controlar, manipular, ou até incorporar, aquele que é um mundo manifestamente diferente (...)” (*ibidem*: 14)

Neste seguimento, o “orientalizado” sempre esteve presente, sempre foi legítimo, compreendendo-se que Edward Said (1978) argumentasse que a ideologia política europeia dominante criou a noção do Oriente para subjugar-lo e dominá-lo. Said explica que o conceito incorporava distinções entre Ocidente e Oriente exatamente para que o primeiro pudesse controlar e autorizar visões do segundo. Para Said, esse nexos de poder e conhecimento permitiu que o Ocidente generalizasse e deturpasse as partes que constituem o oposto Oriente “(...) para construir uma cultura homogênea passível de ser dominada, em nome de um Ocidente também idealizado.” (Macedo, 2007: 47)

Sendo assim, esta “invenção” surgia na ânsia de se verem (re)afirmadas questões tais como a superioridade ocidental, a procura de reconhecer a alteridade face a esse Oriente e uma identidade homogeneizada superior à diversidade não-ocidental. Assim:

“(...) da posição central e indiscutível desta consciência [ocidental soberana] surgiu um mundo oriental, primeiro de acordo com as ideias gerais sobre quem ou o que era um oriental, e depois, (...) não apenas por uma realidade empírica, mas também por uma série de desejos, repressões, inversões e projeções.” (Said, 1978: 8)

Apesar destas narrativas corresponderem a uma época e pensamento do passado, quando confrontadas com a atualidade, o discurso não se altera totalmente. O estereótipo ainda a fazer parte da forma como alguns vêm o Oriente, transporta o raciocínio patente nos séculos XIX e XX para os nossos dias. Porém, mesmo que presente atualmente, é de destacar uma mudança muito forte no discurso sobre o Oriente devido à influência da globalização, dos *media*, da *internet*. A contribuição destes fora de tal forma importante que se deu espaço para que os estigmas fossem desmistificados e as fronteiras esbatidas.

A disjunção entre ambas as partes do Mundo ainda é possível de se assistir, desde que: “o interesse europeu e americano pelo Oriente era político (...), foi a cultura que criou esse interesse, que contribuiu de modo dinâmico, ao lado de razões puramente políticas, económicas e militares (...)” (*ibidem*:13). Não tendo como pretensão uma declaração ou análise extensa acerca dessas influências, importa apenas referir dois episódios nos quais são observadas. Mas sobretudo, interessa a forma como atuavam e resultaram no panorama da cidade, pois ela é a expressão da “série de desejos, repressões e projeções” mencionadas acima por Said (1978).

Em primeiro lugar, depois de uma relação de poder marcada pelos episódios, com quase quatro séculos, da colonização ou do imperialismo impositivo na Ásia, importa referir a força adquirida pelo pós-colonialismo após duas grandes guerras que assolaram popu-

lações e moldaram consciências no século XX. Em segundo lugar, esse “pós” aparentou não existir com a soberania ocidental de países como os EUA e ainda as potências europeias, o colonialismo aparecia como ainda “não superado”, sugerindo um neo-colonialismo.

Contudo, na *cidade*, de uma relação disjuntiva, impositiva, presente no período colonial e pós/neo-colonial, acabou por resultar numa “condenação” ou “entendimento” entre ambas as partes. Deste modo, na contemporaneidade, é possível observar uma corrida pelo “adoptar” de representações de “uma nova ordem mundial, capitalista, democrata e liberal” (Macedo, 2007: 48), uma atitude que expressa não apenas uma escolha, uma superação política e económica, mas talvez, também uma alienação.

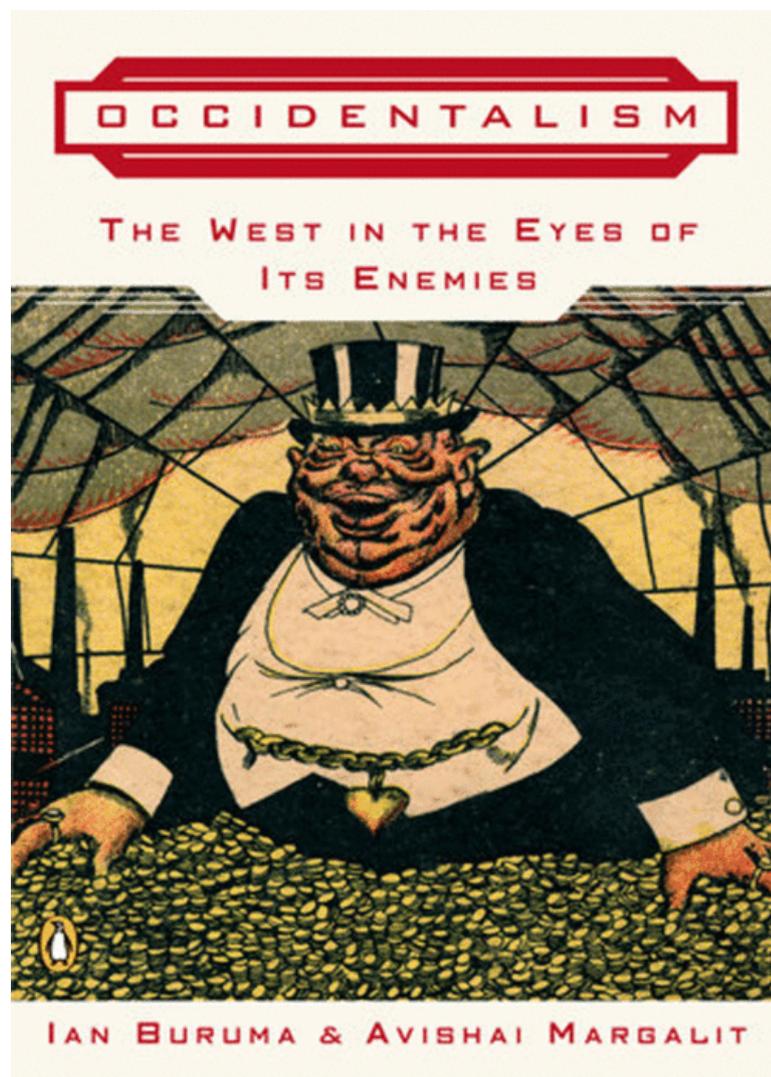


Figura 6 - Capa do livro "Occidentalism", 2005

Ocidente e Ocidentalismo

“What is more European, after all, than to be corrupted by the Orient?” (Howard citado por Nochlin, 1991: 33)

Portanto, se o Oriente era semelhante a uma metáfora construída pelo Ocidente, então como se classifica este último? Qual a relação entre ambos? A tentativa de definição de Ocidente segue as pegadas do seu oposto Oriente entre “o que é” e “quem o criou” sendo importante a afirmação de uma análise e processo de autognose simultaneamente de reconhecimento no *Outro*.

Geograficamente, vemos o Ocidente como um todo, contudo também ele, tal como o Oriente, é constituído pelas partes que desde a génese até à sua homologação contribuíram largamente na própria “construção”. O Ocidente e o que o constitui é portanto uma soma de diferentes povos, crenças e culturas, com passados distintos que formaram um único e próprio passado. Por sua vez, este passado assenta também na complexidade que essa construção de conseqüente e variado contributo apresentou ao ser analisada. Porém, importa aqui referir uma vertente intrinsecamente relacionada com o Oriente já que este “(...) ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) como contraposição à sua imagem, como ideia, personalidade e experiência contrárias à sua” (Said, 1978: 2) demonstrando, desta forma, essa relação tal como reforça também a citação de Ben Howard pelas palavras de Linda Nochlin (1991).

Na tentativa de reconhecimento da posição do Ocidente face ao mundo e, sendo que esse reconhecimento está dependente de condicionantes temporais e territoriais, ressaltam-se os diferentes acontecimentos que transformaram o passado da Europa e em simultâneo a demonstraram como uma “comunidade cultural com significados diversos desde a Antiguidade” (*ibidem*: 49).

Na composição das partes que formam a Europa e na sua “construção”, foram determinantes contributos como:

“(…) a invenção, grega, da cidade, da liberdade sob a lei, da ciência e da escola; a invenção, romana, do direito, da propriedade privada, da noção de pessoa e do humanismo; (...) a promoção da democracia liberal, coroada pelas grandes revoluções democráticas e burguesas, que acabou por dar existência à modernidade.” (Macedo, 2007: 48-49)

Portanto, desde o contributo grego e, seguidamente, do romano, é possível ver no território sobretudo com estes últimos, acontecimentos determinantes que viveram numa distância temporal que vai desde o século III ao V. Como um período historicamente marcado pelo seu domínio, a divisão do império é feita em duas partes, tendo como capitais Roma e Constantinopla, devido à sua vastidão e línguas grega e latina. Assim, estas duas condicionantes, da vastidão e das línguas, demarcam uma primeira divisão entre Ocidente e Oriente. O ponto de união entre ambos seria então medido com a religião e a cultura, tanto a primeira como a segunda, são sinónimos da presença ocidental. Distinguida pela cristandade e latinitude que representavam essa presença ainda que em território oriental, serviam também como filtro relativo à pertença ou não-pertença no império.

Por outro lado, ainda que o termo “Europa” tenha sido reconhecido desde tempos longínquos, este contribuía para uma melhor compreensão na delimitação do espaço geográfico, isto é, para situar fisicamente determinada comunidade ou império neste caso. Contudo, cerca nos finais do século XV com as expansões via marítima promovidas pelos povos ocidentais, pioneiramente por portugueses, isto é, a “descoberta” do Novo Mundo, colocariam a necessidade de se clarificar o que era então o Velho Mundo, o Ocidente, a Europa. Com essa expansão, claramente foi reforçada uma maior disjunção Ocidente-Oriente com o discurso promovido pelo colonialismo “estendendo [o Ocidente] os seus tentáculos por outras partes do planeta.” (Macedo, 2007: 50). Este momento demarca assim o período e, com ele, a criação ou definição do que é o Ocidente, dando-se os primeiros passos nesse entendimento.

Para além da já mencionada cristandade e latinitude, outras foram as características que deram definição à Europa com o evoluir dos tempos, sendo também de ressaltar a “liberdade política ensejada pelo surgimento e fortalecimento dos Estados, com estruturas políticas e económicas bem definidas, monarquia centralizada, forte carácter expansionista e presença de um sentimento nacional” (Gueneé citado por Macedo, 2007: 50), portanto, em resultado, a modernidade acima mencionada no excerto.

De forma sintética é de realçar, a heterogeneidade vigente na formação do Ocidente, da Europa como hoje a conhecemos, que a compõem e moldam, ressaltando-se alguns conceitos fundamentais desde a democracia, o direito, à liberdade e racionalidade, ou ainda, a economia e a ciência. Face a estes conceitos a soberania ocidental ganha corpo sob a forma de manifestação etnocentrista, reafirmando-se a hegemonia europeia e a cultura ocidental perante o *resto*, conseqüentemente, “negando às nações de cultura oriental qualquer possibilidade - a não ser que se *ocidentalizem* - de progresso material, tecnológico e social.”



Figura 7 - Escombros do *World Trade Center*, 2001

(*ibidem*: 49) Neste ponto intensifica-se ainda mais a cisão entre “o” Oriente e “o” Ocidente, pois os primeiros sem percorrerem as mesmas pisadas dos segundos, ou melhor, sem lhes ser reconhecida a sua cultura são inferiorizados, reconhecendo-se o Mundo em fragmentos dos quais a posição do Ocidente é centralizada.

Portanto, a jeito da crítica ao *Orientalismo* por Edward Said (1978), o *Ocidentalismo* de Buruma e Margalit revela indícios de iguais análises baseadas tanto em estereótipos como num pronunciado narcisismo através de um discurso difamatório. Este pensamento e culpabilização de discurso anti-ocidente causa efeito contrário ao pretendido. Condenar o eurocentrismo como o “mal” de toda a humanidade não apenas o torna mais real como lhe confere um grau de importância que centraliza, mais uma vez, os seus ideais desde culturais a político-sociais, núcleo da difusão de princípios e preconceitos.

Há deste modo que, mencionar o termo *Ocidentalismo* por oposição a *Orientalismo*, termo esse que surge certamente impulsionado pelo anterior com os autores Buruma e Margalit (2004). É mencionada a inimizade entre as partes através do terror provocado pelos ataques do 11 de Setembro de 2001 a Nova Iorque, mais propriamente ao simbolismo das Torres Gémeas, que dá ênfase a uma relação rivalizada. *Ocidentalismo* é apelidado pelos autores como um “retrato desumanizante do Ocidente pintado pelos seus inimigos” (*ibidem*: 13) e sendo “pelo menos, igualmente redutor; o seu fanatismo vira o *Orientalismo* do avesso.” (*ibidem*: 18)

Fanatismo, do francês *fanatisme* é aqui a palavra-chave que nos ajuda a olhar para *Ocidentalismo* e que, sendo o seu significado lato, está sujeito também ele a diferentes interpretações. Primeiramente, está associado a um determinado apego desmedido por determinado aspecto, podendo ser religioso ou mesmo político; seguidamente, o resultado assiste-se num estado de fervor hiperbólico, imoderado, num radicalismo e intolerância de tudo o que não corresponda a esse apego. Portanto, os perigos desse fanatismo e da incomplacência severa ao que se apresenta como divergente aos seus ideias espelha-se nesse ataque ao *World Trade Center*, espelha-se também na aspiração de uma evidente retaliação.

Ciente de que não se pode generalizar o todo por uma parte, este fanatismo que aqui se refere, não é mencionado pretensiosamente como se todos os povos orientais manifestassem esse *Ocidentalismo* sob a forma de fanatismo religioso, radical e terrorista. O exemplo do ataque a Nova Iorque é sobretudo mencionado para que se introduza o assunto da Cidade moderna e a forma como representa as ideologias dos avanços da cultura ocidental.

Como símbolo da autoridade suprema e da sua fervorosa evolução política em detrimento da religião, um avanço civilizacional notável, a Cidade tornara-se o ponto “fraco”. Sujeita a um ataque, é fácil ferir de forma impactante uma maior representatividade da própria cultura ocidental. Curiosamente, o próprio ataque ao WTC, foi planeado e executado por Mohammed Atta, o qual na sua formação havia manifestado uma profunda discordância com

os ideais da modernidade e pós-modernidade postos em prática na cidade de Aleppo, Síria.

Desta forma, também na abordagem dos próprios autores, a caracterização do Ocidentalismo pode ser encontrada no poder da Cidade sobretudo em segmentos os quais:

“(...) ligam-se para formar uma cadeia de hostilidade - hostilidade à Cidade, com a sua imagem de cosmopolitismo desenraizado, arrogante, ganancioso, decadente e frívolo; ao pensamento ocidental, manifestado através da ciência e da razão; ao burguês instalado cuja existência é a antítese do herói que se sacrifica a si mesmo; e ao infiel, que deve ser esmagado para abrir caminho a um mundo de pura fé.” (*ibidem*: 19)

Com este excerto, os autores deixam clara a expressão ocidentalista da aversão à cidade ocidental, usando-a desse modo, como um símbolo de reação perante a ideologia própria de uma globalização e cosmopolitismo, acompanhada pelo abandono da natureza e da ruralidade, assim como pavor relativamente à venalidade das relações entre indivíduos estas que os corrompem. A cidade ocidental moderna encarna o papel de lugar no qual o mundano prevalece, o ideal teocêntrico em detrimento do antropocêntrico, a “construção de impérios, secularismo, individualismo, e o poder e a atracção do dinheiro - tudo isso está ligado à ideia pecaminosa da Cidade do Homem.” (*ibidem*: 24)

Representa-se assim no tempo e espaço das cidades o *pensar* ocidental influenciado pela razão, técnica e ciência que gritantemente se mostra superior e que, de forma exímia, expressa essa ideia de ocidente através da arquitetura, do urbanismo e da vivência na cidade.



Figura 8 - Foto premiada de Simon Norfolk, em Cabul, Afeganistão. O contraste entre Ocidente e Oriente dez anos após a invasão das Forças Armadas dos EUA está aqui representado.

Ocidentalização: a difusão do Ocidente

Depois da análise a *Ocidente e Ocidentalismo*, é necessário distinguir o Ocidentalismo do conceito de Ocidentalização. Este último está intrinsecamente ligado à noção de modernidade muitas vezes comentada como intransigente, cruel até. Associada a uma concepção capitalista de uma conjuntura civilizatória “superior” praticada pelas elites, estas promovem a transformação do primitivismo, do “Terceiro Mundo”, ou Mundo periférico coexistente com a centralidade ocidental. Resumidamente, os processos de modernização podem associar-se à ocidentalização do Mundo, dos territórios, sociedades, economias e culturas, deixando um forte cunho eurocentrista. Este processo é fortemente visto nas intenções da globalização e da tão desejosa homogeneização que na verdade turvou a vista para um eurocentrismo.

Mas fazer referência à Idade Moderna, ainda que esta tenha um arco temporal vasto, é de total importância neste contexto, pois trouxe consigo a introdução a um pensamento, ambições e iniciativas também elas modernas. Esta atitude fora sobretudo visível na expansão ocidental pelos territórios dos anteriormente desconhecidos continentes. Culturalmente procurou-se recuperar os valores renascentistas, isto é, um regresso ao Humanismo após uma larga temporada de valorização teocêntrica. O antropocentrismo ganhava espaço na vontade da descoberta sem precedentes, sendo ela científica ou artística. Reafirmando o valor do Homem, o Ocidente autopromove-se nesta expansão face ao recém “descoberto” Oriente, perante povos aos quais o sentimento de superioridade dominava.

Partindo deste ponto de vista, sugerem-se dois processos que suportam a formação do mundo Ocidental moderno, para além dos anteriormente estudados. O primeiro “diz respeito a acontecimentos de ordem cultural, política e económica” (Macedo, 2007: 51) entre eles, ressalta-se a Reforma Religiosa que dá os primeiros passos no capitalismo, as Revoluções Industrial e Francesa, o imperialismo até às guerras e poder bélico que ainda hoje se verificam. Estas guerras são fruto de “relações de dominação da Europa para com outras partes do globo” (*ibidem*: 51), podendo se atestar essa disjunção com conflitos, por exemplo, no Médio Oriente. O segundo processo tem que ver com eventos específicos referentes aos “descobrimentos” dos territórios no Novo Mundo. Com esta atitude, expande-se a cultura

Ocidental pelos territórios além-mar, sendo o capitalismo comercial, a troca de mercadorias desde a sua gênese, o objetivo e fator favorável para que o processo de “ocidentalização” se desse. A diferença entre povos convertia a “descoberta” numa atitude de exploração abrindo a primeira hipótese da construção da imagem ocidental em relação/semelhança à imagem do “outro”.

Depois de analisados superficialmente os processos que deram forma à construção do mundo Ocidental, verifica-se que estes estão inseridos no contexto tanto europeu como além-europeu. Mas a vontade de “ocidentalizar” entre o século XV e XVI, reflete-se também na construção da Cidade nos territórios descobertos, símbolo da supremacia ocidental como já mencionado, “destrói territórios nativos para em cima dos seus escombros, fundar novas territorialidades, semelhantes, em tese, às deixadas no Velho Mundo.” (*ibidem*: 52) No panorama arquitetónico, a edificação de igrejas e mosteiros representativos da ordem cristã, tornar-se-iam “lugares privilegiados das cidades e da difusão da cultura ocidental -, poderiam significar o total arrasamento dos mundos nativos frente ao choque da conquista.” (*ibidem*: 53)

Embora esperançosos no positivismo da reação perante a diferença e se caminhasse num sentido otimista, o oposto foi largamente dominante. Os resultados desta aproximação trouxeram algumas consequências. Às marcas deixadas nesses povos “invadidos” ecoam ainda hoje nas memórias locais, que relembram os seus antepassados. Termos fortes como mortes, escravidão, imposição de poder, violência e aculturação refletem muito destas iniciativas.

“A ocidentalização não foi apenas uma irrupção destrutiva ou um empreendimento normalizador, já que participou da criação de formas mestiças de expressão. Participação a um só tempo calculada e involuntária, mas participação inegável. Portanto, a política de substituição nem sempre resultou num efeito de tábua rasa, muito pelo contrário. Nem todo o antigo foi substituído e, em geral, o que dele resta se mistura ao que a Igreja conseguiu impor, ao que os índios quiseram conservar, ao que foram capazes de assimilar ou ao que não tiveram força para rejeitar.” (Gruzinski citado por Macedo, 2007: 54)

Contudo, a aculturação pode ser vista pelos dois lados da moeda como um movimento onde o domínio e o dominado coexistem ainda que espontânea ou impositivamente, desencadeando outro fenómeno, a miscigenação cultural. Essa miscigenação traz à luz novas conjunturas, arquitetónicas, sociais ou culturais, vão além do negativismo mencionado acima, abrindo a hipótese da criação de estilos únicos fazendo eles próprios parte do ADN daquela cultura.

No caso lusitano, como um processo gradual, a ocidentalização é referida como sujeita a reações adversas, divididas entre a revolta ou a aceitação por parte dos nativos ou



Figura 9- Um leão chinês estilizado na fachada das ruínas de S.Paulo
Figura 10 - Um dragão chinês estilizado junto de caracteres chineses na fachada das ruínas de S. Paulo

pela opinião de quem a comenta. Contudo, pergunto: qual terá sido a sua reação (dos povos nativos) ao ver o seu passado invadido e construído sob as suas cinzas uma nova e estranha identidade? Ainda que a miscigenação fizesse em muito parte desses processos, como podemos assistir na fachada das ruínas de S.Paulo (fig.9 e 10) em Macau com a integração de elementos orientais, será então uma forma de integrar a comunidade e os seus valores na nova e intrusiva cultura?

Impondo um “viver” europeu, marcadamente ibérico, com afínco e convicção na superioridade europeia, os esforços europeus por replicar a vida levada em território europeu eram a espinha dorsal deste processo de aculturação. Edificavam à semelhança ocidental, povos, valores, cidades, atribuindo-lhes forçosamente um ADN que não os enraizava. Sendo as cidades símbolos aos quais não se desmente uma clara declaração de poder e hegemonia sob os nativos. A técnica, costumes e cultura destes tomada como inferior, integrava agora o Ocidente em todos esses aspectos, a arquitetura falava por si.

Ainda que como uma manifestação dessa superioridade ocidental, a hibridez das cidades trouxe algo único, mesmo sendo algo estranho às suas raízes e modos de vida, passou a ser tão ou mais representativo da sua própria cultura quanto o seu passado.

Portanto, a Ocidentalização, conceito que aparece também com a análise de Buruma e Margalit (2004), está intrinsecamente relacionada com o termo modernidade, que por sua vez serve de pódio ao proeminente sistema capitalista que se manifesta através de uma transformação do Mundo “periférico”. O teorizar moderno focou-se singularmente na ocidentalização do mundo aos mais diferentes níveis da vida humana carimbando impetivamente o eurocentrismo e abrindo a intenção de globalizar e homogeneizar as partes.

A Arquitetura e o Poder

O ato de construir esteve desde cedo inerente à fixação, desenvolvimento e afirmação de uma comunidade. Desde tempos remotos nos quais se assiste a esse profundo diálogo, é possível verificar essa relação desde a Cabana ao Stonehenge, das Pirâmides de Gizé ao Parténon ou ao Fórum Romano, ou ainda, em tempos recentes cidades como o Dubai ou Singapura. A Arquitetura e Urbanismo demonstraram o papel ativo que sempre representaram na próspera evolução da vida Humana. Demonstaram o jeito que ambas têm para criar, organizar e transformar fisicamente um território, assim como moldar e delimitar a vida dos seus principais atuantes.

Josep Maria Montaner e Zaida Muxí em *Arquitectura e Política* (2014) referem estas disciplinas como determinantes da vida Humana facilmente relacionáveis com a Política ou o Poder desmentindo-se a afirmação falaciosa de que a arquitetura assume uma posição neutra face às políticas:

“(...) a acção política a partir da arquitectura sempre existiu, apesar de haver profissionais que negam essa relação e que fazem política por omissão. Se a política é a organização social de um grupo que se desenvolve em um espaço, o lugar no qual esse espaço é criado será integrador ou segregador, inclusivo ou excludente, estará orientado para o acordo com a aspiração à redistribuição da qualidade de vida ou com a perpetuação da exclusão e do domínio dos poderes. É por isso que a arquitectura é sempre política. (Montaner e Muxí, 2014: 65-66)

É com o abrangente trabalho destes autores que se permite abordar os interesses e implicações dessa posição que não demonstra ser totalmente neutra.

No que diz respeito à defesa das questões pessoais e da criação de espaços, estas disciplinas permitem e ditam as interações entre seres humanos. Da mesma forma, a própria substância destas está implícita à vontade de perspectivar e ecoar a sua atividade num futuro, sendo o arquiteto ou urbanista simultaneamente um sonhador e realista, um criativo cuja adaptação aos contextos deverá ser a premissa de todo e qualquer objetivo.

Todavia, seria erróneo dar-se seguimento a esta análise sem antes esclarecer em que consiste esta relação entre arquitetura, política, poder, e a sua atuação em caminhos paralelos intrinsecamente relacionados. Entre camadas e subcamadas, das quais é difícil uma separação, dá-se conta que são passíveis de receber a mesma significação quando analisados os seus objetivos.

Resumidamente, nos domínios social, cultural e económico, atuam numa afirmação como instrumentos de poder quanto ao exercê-los e aplicá-los. E porque a história é vasta, e os seus acontecimentos marcadamente distintos, o foco aqui vai para os anos modernos, pós-modernos. Também se pretende entender o que advém desta relação, marcadamente limitadora do processo criativo, que “radica naquilo que se visualiza e que se ignora, que se promove e que se oculta, que se diz e que se cala e em quem se silencia.” (Buruma e Margalit, 2004: 16)

Do ponto de vista simbiótico é notável, nos últimos anos do século XX, uma época fortemente marcada pela consciencialização de uma série de panoramas, sendo eles inseridos segundo Josep Maria Montaner e Zaida Muxí (2014) em cinco aspetos: na globalização neoliberal; nas sociedades pós-coloniais; nos fortes movimentos migratórios; nas mudanças nos modos de vida devido às novas tecnologias; na aposta numa arquitectura genérica e isolada num mundo pleno de desigualdade (p.17).

Este período está estreitamente relacionado com os acontecimentos que precedem a época moderna. O “pós-modernismo” entra como figura principal desta atuação, e escreve-se aqui entre aspas pois não se pretende grandes alargamentos ou considerações teóricas acerca da complexidade do termo, do conceito, da ideologia.

O pensamento pós-moderno remete para uma temporada na qual fora privilegiado um ponto final nos ideais impostos como únicos e universais provenientes das premissas modernas. Dando palco às novas realidades, às diferenças, à diversidade e à igualdade entre elas põe-se em destaque duas vertentes específicas, uma estética e outra ética sempre com uma forte crítica à modernidade do ponto de vista humanista (*ibidem*: 17).

A discriminação dos valores humanos dá lugar à posição do Homem como a figura principal de toda e qualquer preocupação, uma atitude que confere a esta época de imagem fortemente marcada pelas vicissitudes da II Guerra Mundial, um maior apelo à não repetição de eventos semelhantes. Deste modo, procurava-se a definição dos direitos humanos ao nível global e apelava-se à responsabilidade de cada nação em pô-los em prática. Esta procura define uma nova mentalidade, a da importância em se manter vivo esse pensamento que destaca o Homem e as suas necessidades, a unidade, a identidade, as suas memórias e o que realmente o representa enquanto *ser*. Assim, a pós-modernidade interessa neste novo apelo à consciência em oposição à modernidade “definida por um eurocentrismo que teve de ceder parte de seu poder, primeiro aos Estados Unidos e hoje aos novos países emergen-

tes.”(*ibidem*: 17)

E porque nada é pleno de graciosidade, é claro que não se poderia falar acerca deste período sem se referir a questão do poder, do capital e da política de interesses que lhe está inerente. Só por si a arquitetura não poderia atuar individualmente, a sua relação não só política mas também relativa ao poder económico, é estreita. Um acúmulo de fundos desencadeou investimento desmedido de rentabilidade rápida não só ao nível monetário mas também de intencionalmente controlar ao monopolizar. Esta atitude é espelhada no ramo imobiliário, isto é, surge um mercado para a construção, que deixa “cada vez mais de ter valor de uso, de ser um bem e um direito, para passar a ser um objecto de investimento e de especulação dominado pelo valor cambial, que tenta transformar cada habitante em um especulador.”(*ibidem*: 17)

Neste contexto, a distribuição da propriedade do solo na globalidade pertence a uma minoria devido à crescente monopolização e privatização que em muito custa aos intervenientes que necessitam ocupá-la. Deixa-se, deste modo, ao descoberto uma exerceção do poder, uma delimitação entre privado e público que se reflete em países como a China ou ainda os Emirados Árabes Unidos, observando-se consequências vastas e distintas, talvez irreversíveis. No primeiro, de um hipercapitalismo desenvolvido em poucos anos pelo Partido Comunista Chinês que aposta na construção das megacidades dispondo-se de toda a propriedade dos solos. Sendo o seu único proprietário e ditando todas as leis, tanto constrói rapidamente como passa a demolir, ficando a história, a herança, a identidade das minorias colocada em ameaça (*ibidem*: 20). Em relação ao segundo caso do Médio Oriente, cidades como o Dubai, representam essa sede pela demonstração do poder, potencializa-se um crescimento também ele desmedido e descontextualizado, que marginaliza identidades e atestam a ineficácia do *copy-paste* de modelos claramente ocidentais (*ibidem*: 21). Visivelmente fora uma livre escolha, resultando numa imagem autêntica, diria até hiperbólica. Mas ainda que tenha sido livre, não se considera despojada de qualquer intenção? Se não fosse pela vontade de marcar uma posição então qual seria o outro motivo pelo qual os mecanismos adotados seriam construídos tão à semelhança da cidade moderna ocidental?

Contraditório ou não, é inevitável não se aperceber dessas tipologias que aparecem como objetos isolados na cidade, que descaracterizam a sua imagem em prol de um *statement*. Assim, e como o *copy-paste* leva-nos a cair no erro de não pensar nas especificidades do território e dos seus viventes, como o caso de Kuala Lumpur ou até mesmo Singapura. Parecendo esses modelos questionáveis, então ineficazes ou insustentáveis levanta-se questões acerca dos impactos de uma globalização arquitetónica centrada na procura da cópia ou numa hibridéz “forçada” porque “está na moda”.

Observa-se em território oriental que as cidades assumem um papel marcadamente



Figura 11 - Empire State Building, Nova Iorque, Estados Unidos da América

Figura 12 - Burj Khalifa, Dubai, Emirados Árabes Unidos

Figura 13 - Torres Petronas, Kuala Lumpur, Malásia



Figura 14 e 15 - Mongkok, Hong Kong

Figura 16 e 17 - Central, Victoria Harbour, Hong Kong

financeiro ao longo do século XXI, a sua imagem é feita à semelhança da representatividade que se pretende, de forma incontrolável onde tudo circula à volta do lucro. Das tipologias arquitetónicas onde melhor conseguimos atestar essa representatividade é enfática a presença dos arranha-céus, desde o Ocidente com o Empire State Building em Nova Iorque (fig. 11), ao Oriente com o Burj Khalifa do Dubai (fig. 12) ou ainda, as emblemáticas Torres Petronas (fig. 13) dos finais do século XX, “uma estratégia para ‘colocar-se no mapa’ e fazer reivindicações das definições modernistas Ocidentais” (King, 2004).

Representam elas mais do que poder, tanto económico, financeiro, político, são uma imposição física e uma posição do lado que vinga e do que fica marginalizado. A questão do contraste entre os centros financeiros e as zonas periféricas das cidades é possível se assistir tanto a Ocidente como a Oriente. Casos como a cidade de Hong Kong. A zona de Mong Kok (fig.14 e 15) demonstra-se genuína, fruto da necessidade de ocupação da densa população e também de uma certa marginalização da cidade. Mas atravessando para a margem oposta, a sul, o panorama é contrastante, sendo o centro da riqueza da cidade o lado da *Central* (fig.16 e 17) com os seus edifícios torre, de visão desafogada, extremamente planeada, que em nada transmite conforto. Há uma importação clara do Ocidente que, para quem procura lampejos do Oriente, dá a sensação de *déjà vu* pois a semelhança é abismal. Apesar dessa semelhança ser enorme, e de arriscar até a dizer que carece de identidade, por outro lado, não há cidade que até então tenha visitado e que se apresente como Hong Kong: a sua autenticidade é singular. Fruto de uma troca de influências e de uma próspera evolução que faz dela a cidade global que é hoje.

Outras questões se elevam quando se fala do cartesianismo, estruturalismo e pós-estruturalismo da visão moderna que estão patentes nestas cidades, centros poderosos onde a vida se passa na vertical. Mesmo tendo a visão pós-moderna procurado conscientemente a proliferação da construção para a sociedade, a Oriente essa visão parece ainda estar distante. Este distanciamento é também subjugado à monopolização que faz parte da vida consumista e capitalista. Um pouco por toda a Ásia, sem pretensão em generalizar, é levada a extremos no território, sendo necessário referir termos como a globalização e a rizomática.

“The concept of globalization is an obvious object for ideological suspicions because, like modernization, an earlier and related concept, it appears to justify the spread of Western culture and of capitalist society by suggesting that there are forces operating beyond human control that are transforming the world.” (Waters, 1996: 3)

Num ambiente que se tem vindo a mostrar cada vez mais global, sendo esta afirmação perigosa pois sugere um mundo cujas fronteiras são esbatidas não havendo distinção entre nações, nem todos os aspectos se apresentam sob esta forma ideológica positivista.

Como ponto de partida nos estudos de Arjun Appadurai (1996) sobre modernismo e globalização referido por Montaner e Muxí, dá-se relevância a uma mudança à escala mundial sem precedentes perceptível desde a década de 90. Dividindo em três fenómenos que definem as cidades do século XXI, primeiramente é feita referência à força e determinação do capital, este que em jeito de novidade deixa de ter pátria, de um sistema financeiro especulativo que tende a dualizar marcadamente dois contextos: o das metrópoles globais que lucram desse sistema e, os territórios marginalizados pelo interesse desses investimentos (Montaner e Muxí, 2014: 79). Seguidamente, entra a questão do Homem e das mudanças sociais que estão no seguimento da época pós-colonial, gerando uma massa migratória dispersa pelos diversos continentes, sendo possível encontrar grupos culturais instalados nos mais variados contextos urbanos abrindo espaço para a hibrididade social e cultural das cidades (*ibidem*: 80). Por fim, a tecnologia faz parte destas mudanças, suaviza a distância palpável com uma índole virtual que permite a que estas massas se separem da sua terra de origem de forma física, mas permitindo-lhes estar num lugar e mentalmente estar noutra (*ibidem*: 80).

Como Josep Maria Montaner e Zaida Muxí (2014) mostram, este último ponto determina a abrangente influência das tecnologias que reforça uma separação do Mundo que conhecemos em dois: o mundo global e o resto do mundo quase equiparados a ocidentalismo e orientalismo contemporâneos. O primeiro que corresponde à vertente consumista, política, financeira, do estrelato e da influência midiática, da segunda, a luta e sobrevivência na miséria quotidiana uma realidade para muitos nos dias de hoje que pouco interessam à divulgação oculta dos olhares. Desta forma, os autores realçam que todas estas questões fomentam as diretrizes para a criação do que chamam como, uma fábrica planetária. As cidades aparecem como um produto que facilmente pode ser planeado num ponto do mundo e exportado para outro onde será fabricado.

Esta análise facilmente pode ser associada à arquitetura, não será o mundo uma “fábrica planetária” também de importação e exportação de modelos arquitetónicos? Uns por opção, outros por imposição? No seguimento destas reflexões a partir da década de 90 também se assiste a um novo panorama de mudanças na disciplina da arquitetura. Surge uma vertente elitista de uma imagem alienada pelos *media* que se sobrepõe à realidade da linguagem e do conteúdo, uma problemática já diagnosticada e estudada na década de 60. Este cenário transporta o impulso do surgimento do estrelato arquitetónico quer de nomes individuais como de grandes escritórios multinacionais, vendidos pelas revistas e pelos grandes concursos que, desvalorizam pretensões sociais de uma arquitetura dita para o real (*ibidem*: 82).

Por outro lado, uma das questões que se coloca em relação à atividade arquitetónica neste panorama é uma atitude quase que impositiva. A arquitetura e a política aparecem aqui unidas relativamente aos modelos que são aplicados sob a forma de ferramenta pragmática ou lucrativa colocando em segundo plano a não ontologia dos próprios. Maioritariamente

de traça ocidental, por livre escolha, esses modelos lucrativos e de exaltação de poder, des-
caracterizam raízes contrastando com a vivência que cobrem. Essas raízes são importantes
aqui não porque se pretende que o Oriente continue a ser o Oriente e permaneça inalterável
num discurso que se associa à nostalgia. É condenável apenas a vontade em querer superar
a modernidade com outra modernidade hiperbólica que não respeita o Homem que abriga
e as memórias que se possam perpetuar para as gerações vindouras. Constitui assim um ri-
sco que não apenas o Oriente vive, mas sim todo o Mundo. As consequências por vezes são
nefastas, irreversíveis, estreitamente relacionadas com uma determinada aplicação de poder
sob determinada zona de uma cidade, seja ela a Oriente ou a Ocidente. Ainda que neste
último a consciência que apela ao cuidado do património seja marcante, ela continua a ser
sem dúvida um desafio que se coloca nos dias de hoje. À mercê da vontade política e de uma
cultura do *copy-paste* que acarreta um resultado perigoso surgem as questões:

“É lícito que os arquitetos aceitem qualquer condição contanto que possa projetar e con-
struir? É aceitável que, somente para poder realizar o parque do estádio de Pequim para os
Jogos Olímpicos de 2008 - incluído o denominado ‘ninho’, de Herzog & Meuron e do artista
Ai Weiwei -, fossem deslocados 350 mil habitantes que moravam na área e que se mudaram
para os arredores da metrópole? Tudo isso foi levado a cabo sem excessivas resistências, pois
na China não existem apenas os instrumentos políticos tirânicos para a execução de enormes
operações urbanas e imobiliárias, mas também se impôs uma ideologia higienista segundo a
qual é preciso sacrificar os bairros tradicionais de baixa altura (os *hutons*), de modo a elim-
iná-los como uma operação patriótica necessária de renovação e modernização.” (*ibidem*: 23)

II. Macau *In Between*

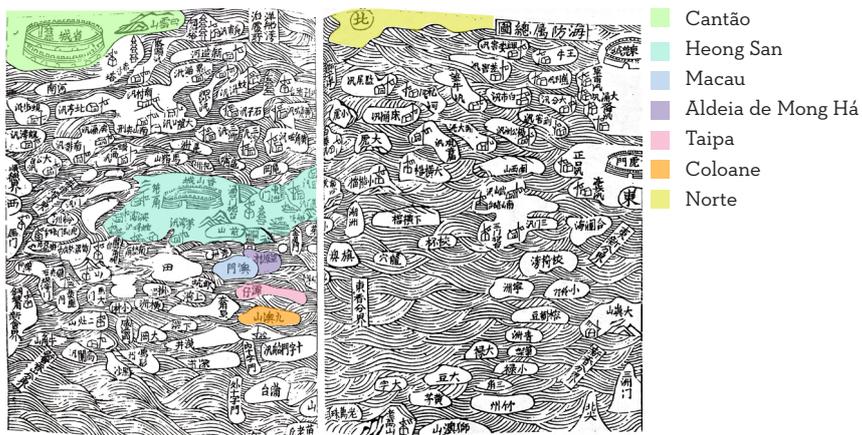


Figura 18 - Mapeamento cartográfico da dinastia Qing, está representado o distrito de *Heong San*

A ocupação pré-portuguesa: dos povoados chineses à cidade cristã

A península de Macau é apenas considerada como parte integrante do território de *Heong San*¹, entre os anos 14 e 36 de *Jianjing* da dinastia *Ming* (1535-1557). Sem pormenores sobre o tipo de ocupação ou arquitetura pensa-se que a península tenha recebido diferentes tribos, classificadas como "ilhéus" (Tan, 2002: 20). Tan Shibao (2002) sugere que a razão pela qual a representação de Macau na cartografia não tenha sido feita possa ter que ver com o facto do impacto destas tribos no território não deter grande importância física relevante (*ibidem*: 21). Contudo, sugere também que esta exclusão do mapeamento, possa estar relacionada com uma influência um tanto ao quanto negativa:

"(...) correspondendo às diversas forças que rejeitava a administração central e local das dinastias chinesas, as quais incluíam rebeldes fracassados, piratas chineses e estrangeiros, comerciantes, pescadores, agricultores, personalidades e monges não oficialmente registados das dinastias Song, Yuan, Ming e Qing, que deixaram as suas marcas em Macau e nas praias e ilhas próximas." (*ibidem*: 21)

Após a reunificação do território chinês com a dinastia *Qing* (1644-1912) esta zona e os seus habitantes, convertem-se numa área cuja proeminência cultural, territorial e estratégica se torna já parte integrante do mapeamento (fig.18) (*ibidem*: 21). Sendo assim "o que pode determinar é que os primeiros povos oficialmente reconhecidos foram estabelecidos entre o ano 26 de *KaTcheng* (*Jianjing*) e o primeiro ano do reinado de *Hong Hei* (1662)" (*ibidem*: 23), podendo agora com mais certeza atestar a ocupação dos mesmos no território, pelo menos a partir desta data.

Avançando um pouco no tempo, segundo Vera Domingues (2017) para a maior parte dos investigadores macaenses a fixação portuguesa não se fez sobre terra desabitada, sustentando deste modo, a hipótese de esta ter sido envolta por comunidades autóctones de subsistência piscatória, das quais, destacam-se os nomes de "*Patane, Mong-Há, Monchion*

¹ Distrito ao qual Macau passa a pertencer a partir da dinastia *Ming* (1535-1557)



Figura 19 - Map of the Town Harbour of Macao, de 1834



Figura 20 - “Proposta Topo-Morfológica do Porto de Macau (ocupação pré-portuguesa)” de Vera Domingues (2017)

e junto ao templo A-Má (Templo da Barra), (identificadas e legendadas no *Map of the Town Harbour of Macao*, de 1834).” (*ibidem*: 472) (fig.19).

A suportar esta teoria está a convicção de Francisco Vizeu Pinheiro, Kogi Yagi e Miki Korenaga de que se a terra estava realmente habitada aquando da ocupação portuguesa, este “habitar” apenas se considerava por “*provisional dwellings*” (*ibidem*: 472). Não lhes sendo assim atribuída a devida importância para se considerarem “aldeias” ou “vilas”, teriam sido lugares “provisórios”, “transitórios” como os próprios que os erigiam. Deste modo, estes não passavam de mercados que ocupavam o espaço com o objectivo de ter acesso aos mercados de Cantão mais a norte da Península (*ibidem*: 472). Estendendo com o passar dos tempos no território entre núcleos rurais que se dispunham desde a Praia do Manduco até à zona do Patane, uns resistiram e outros pereceram, dividindo-se entre uma fase de existência possivelmente única e isolada, à divisão do território com uma certa convivência paralela com a *cidade cristã* desde as primeiras edificações ocidentais.

As cidades portuguesa e chinesa I : séc. XVI a meados do séc. XIX

Em Malaca os portugueses procuraram estabelecer relações comerciais o que “resultou na sua conquista em 1511, que teve sempre por segunda intenção a ligação à China” (Domingues, 2017: 464). É através do contacto com navegadores chineses que surgem as primeiras informações sobre o porto, fazendo mais tarde desta península um ponto de escala das já conhecidas rotas entre a Malásia e o Japão.

Como afirma o arquitecto Carlos Marreiros (2015) “Macau, do mesmo modo que Lisboa e Roma, era conhecida como a Cidade das Sete Colinas” (Marreiros *in* Fernandes *et al.*, 2015: 6), de facto, as colinas sob o planalto distinguem singularmente o território, sendo nítida a situação topográfica e localização ideal junto ao Estuário do Rio das Pérolas. Esta baía estava registada com o nome de *Aomen*², caracterizada pelas “quatro ilhas, que surgem do mar separadas umas das outras, levando a água a distribuir-se de uma forma semelhante ao carácter dez” (Jin *in* Yin e Zhang, 2009: 11). Essas quatro ilhas descritas como “Taipa, Coloane, D.João e Montanha”(ibidem: 11) mantêm ainda hoje esse nome.

O território apresentava-se como um “Império Imóvel, hermeticamente fechado ao mundo exterior” (Jin e Wu, 2007: 40) contudo, desde o seu primeiro contacto, é “usado como porto pelo menos duas décadas antes de 1557” (Braga *citado por* Amaro, 1998: 28), data oficial do “aluguer” deste pedaço de terra ao mandarinato chinês sendo o seu usufruto subjugado às suas vontades (Domingues, 2017: 459). Embora apenas se tenha atribuída importância histórica a partir desta data, pelas suas características desde o valor da localização, geográfica e comercial, abre-se esse império “hermeticamente fechado” cerca no ano 1533 para uma relação duradoura, “porque o trato com os estrangeiros era muito lucrativo e nele estavam também interessadas algumas autoridades chinesas” (Amaro, 1998b: 27).

As especificidades territoriais desde cedo que se podem verificar nos primeiros apontamentos cartográficos, apesar de muitas destas representações deste leque temporal primitivo, que tem início no século XVI, serem maioritariamente pictóricas em vez de rigoro-

² *Aomen* significa “Porta da Baía”

sas (Domingues, 2017: 460), foram no entanto determinantes no despoletar de interesse dos portugueses por este lugar, pois era atrativo aos olhos dos navegadores. A partir do seu uso pioneiro pela mão lusa, é inegável a popularidade daquela península, de facto, “Macau foi o centro das relações comerciais e culturais da China com o Ocidente nos finais da dinastia Ming e nos inícios da dinastia Qing, constituindo por assim dizer, a única janela pela qual a China tinha contactos com o mundo ocidental e a sua cultura.” (Zhao in Yin e Zhang, 2009: 24)

Primeiramente, “a administração política do território de Macau era, de certo modo, confusa, daí a falta de estabilidade e insegurança” (Amaro, 1998b: 42) o que leva à exposição de “posições diametralmente opostas entre ambas as comunidades científicas [chinesa e portuguesa] quanto à questão da soberania e da jurisdição de Macau” (Wu in Yin e Zhang, 2009: 7). Estas posições opostas deram origem a interpretações conflituosas acerca de determinados acontecimentos históricos (*ibidem*: 7). Não obstante, apesar da dualidade patente no território, a convivência entre ambas as culturas é mencionada como pacífica e recíproca no que toca a interesses, como então descrito na *Breve Monografia de Macau* (2009) por Wu Zhiliang e comentado no Simpósio *Relink-Revive* (2017), este último através das palavras de Francisco Vizeu Pinheiro.

No entanto, sendo a História de Macau ambígua, está-se à espera que nem sempre os acontecimentos tenham decorrido de forma pacífica, até porque não foram encontrados registos rigorosos que datam a época. Comparativamente aos restantes “bárbaros” que pisaram o território, como nos demonstra Ana Maria Amaro (1998) através do *chòk pou*³ da Família Sam, o registo dessa relação sino-portuguesa, pela falta de comentários sobre os portugueses, supõe-se que estes talvez não fossem reconhecidos por atitudes questionáveis. Mas são apenas suposições e nada mais que isso. O próprio registo familiar, mencionava conflitos com outros povos invasores, sendo os portugueses conhecidos pelas rixas constantes somente entre si. Aparentemente pacíficos em relação aos moradores chineses nada fica comprovado, a avaliar pelo facto de muitas páginas a partir destes registos terem desaparecido, havendo uma interrupção de quase meio século (Amaro, 1998a: 290). Coloca-se assim em causa a veracidade desses registos, tendo consciência de que não se pode avaliar o todo por uma parte e não se sabe até que ponto os mesmos não foram submetidos a alterações, ou simplesmente eliminados.

O que é certo, e o que se valoriza para este estudo, é que a sua convivência existiu, moldou o território, as vivências, a herança e talvez o sentimento de pertença, desenvolvendo-se primeiramente sem muros e, posteriormente entre muros, misturando-se numa fase tardia. Estas dinâmicas tornaram possíveis fortes laços de reciprocidade na cultura e linguagens arquitetónicas naquele espaço com o passar do tempo, integrando-os e compondo a

³ Registo familiar.

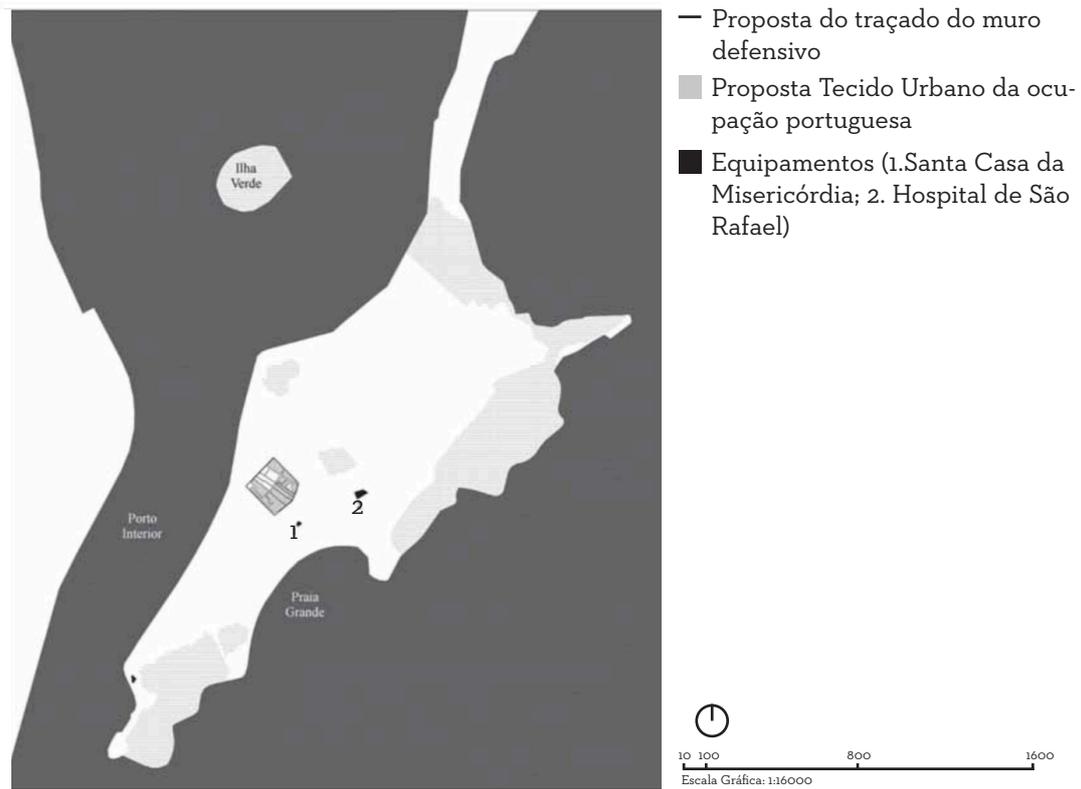


Figura 21 - “Proposta da ocupação portuguesa: 1557 - 1568” de Vera Domingues (2017)

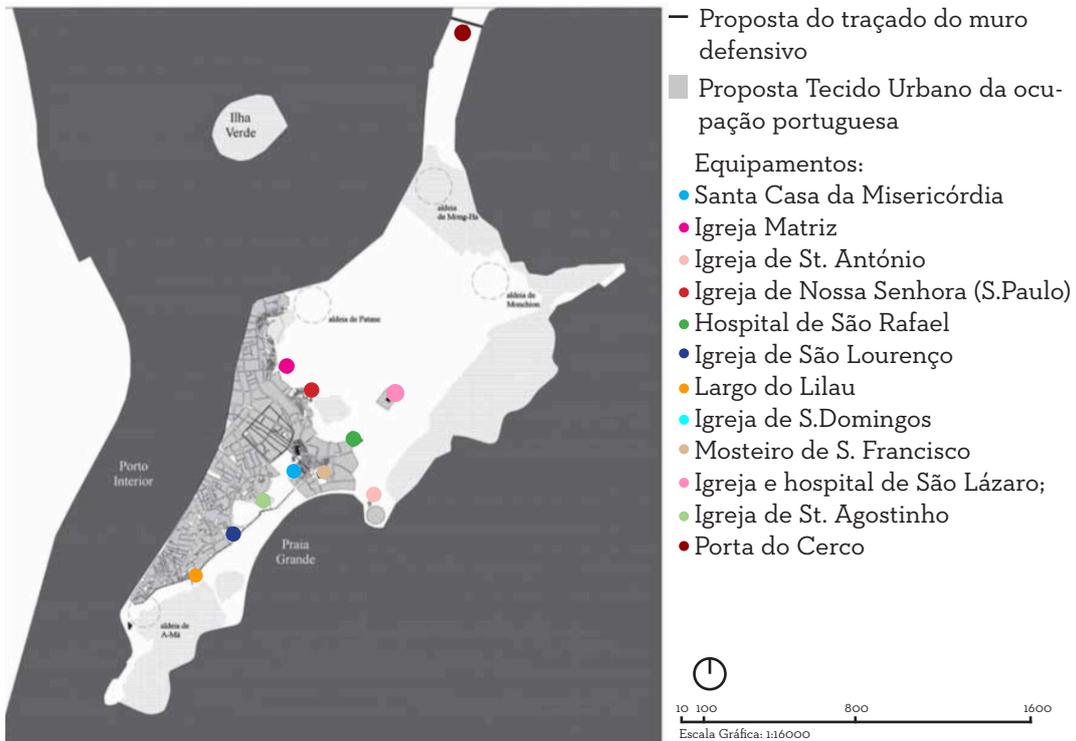


Figura 22 - “Proposta da ocupação portuguesa: 1568 - 1582” de Vera Domingues (2017)

urbe. Todavia, analisando então essa condição própria e o seu crescimento, de um determinado espaço e tempo, segundo Ana Maria Amaro (1998b), é possível dividir-se essa análise em duas e cinco fases, respectivamente (p.62). A interpretação desse crescimento foca-se sobretudo na forma como determinou o *urbanismo*, a construção e desenvolvimento do panorama arquitetónico da cidade a par da sobrevivência de uma “identidade” chinesa na sombra da prosperidade portuguesa que vinha a destacar-se e, as relações de partilha entre ambas.

Em relação ao espaço, Ana Maria Amaro (1998), considera primeiramente o crescimento da cidade intramuros que se desenrolou até finais do século XIX e, extramuros, desenvolvendo-se predominantemente, “através do Campo, área situada entre a muralha e a Porta do Cerco” (*ibidem*: 62). Intramuros, assiste-se à ampliação das construções tanto à cota baixa como alta, extramuros, pelas várzeas e campo, “com transformação do espaço rural em urbano, uma vez que hortas e aldeamentos foram expropriados” (*ibidem*: 63).

A divisão temporal, numa **primeira fase**, corresponde ao período desde “os anos da fundação da cidade até cerca de 1582” (*ibidem*: 63), sendo caracterizado por uma temporada áurea que desencadeou a crescente construção sobretudo de cariz religioso e residencial, eram impositivamente limitadas pelas autoridades chinesas que assistiam a um crescimento excessivo e fora dos moldes que imperavam (fig.21 e 22).

Inicialmente as construções portuguesas não passavam de simples “choupanas de palha que erguiam em terra” (*ibidem*: 29), sendo perecíveis e temporárias não sobreviveram exemplares. Depois das “negociações levadas a bom termo por Leonel de Sousa em 1554” (*ibidem*: 29), foi possível então uma ocupação mais fincada atribuída à zona a sul do Patane. Assim afirma-se que “o primeiro povoado de Macau se implantou no local que veio a denominar-se Chão do Campo de Patane, (...) ponto norte da reentrância mais pronunciada da costa ocidental de Macau” (*ibidem*: 30) sendo contudo, essa ocupação apenas oficializada, como já referido, em 1557.

A zona que deu lugar a esta ocupação, posteriormente coincidente com o Bazar, ainda hoje é marcada pela denominação da Rua da Madeira e travessas adjacentes que dela se ramificam e levam à “reentrância onde ancoravam os primeiros barcos portugueses em Macau” (Gonzaga Gomes in Amaro 1998b 31). Estes que após as primeiras construções sob determinação da permissão chinesa para se ocuparem do território, são isolados pelos mesmos, em 1574 quando “(...) o governo da dinastia Ming mandou levantar, no istmo do Caule de Lótus, que liga a península de Macau ao continente chinês, uma porta ‘com guarnição oficial’” (Jin in Yin e Zhang, 2009: 10). Essa barreira posteriormente recebe o nome de Porta do Cerco, ainda hoje assim denominada.

A ocupação portuguesa ganhava cada vez mais espaço, sobretudo quando “os moradores obtiveram dos mandarins de *Heong San* autorização para ali se estabelecerem com

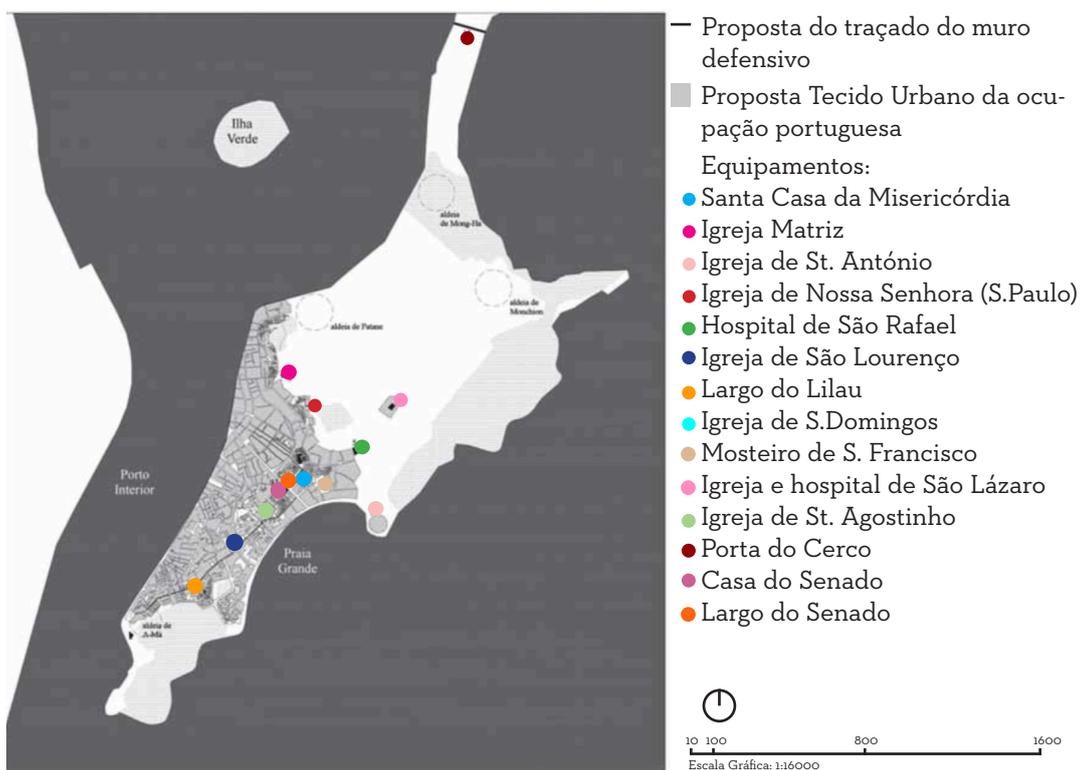


Figura 23 - “Proposta da ocupação portuguesa: 1583-1623” de Vera Domingues (2017)

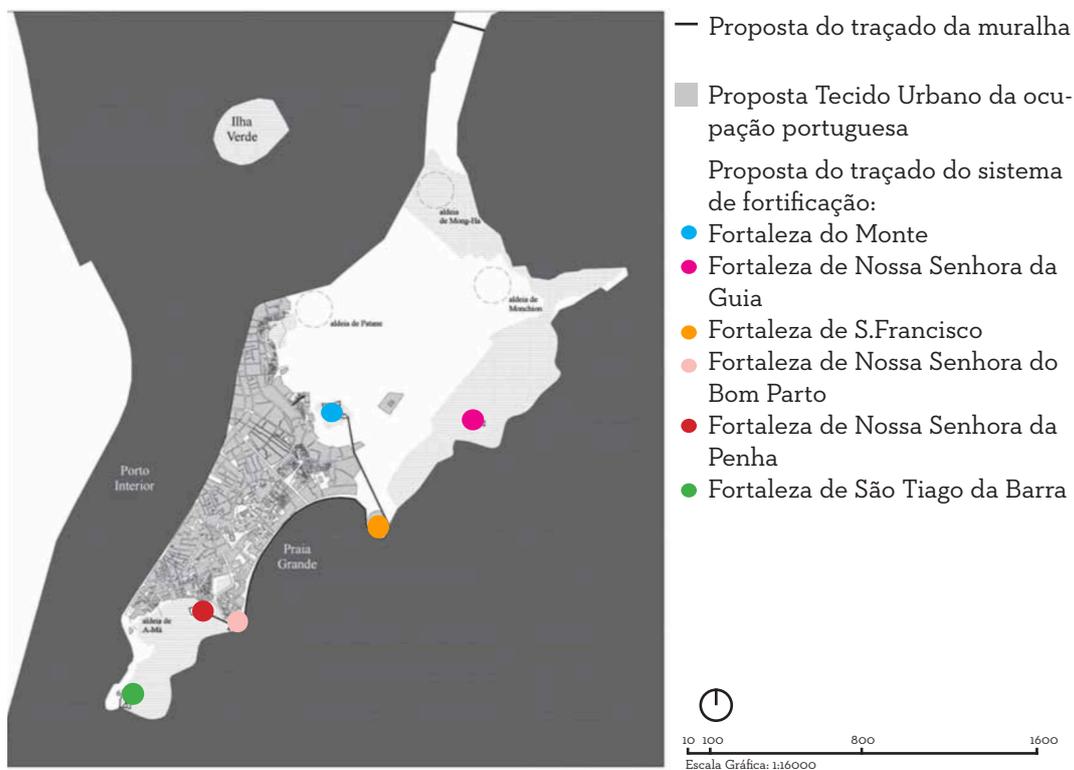


Figura 24 - “Proposta do traçado do sistema de fortificação” de Vera Domingues (2017)

fins comerciais, ao que parece em 1564” (Amaro, 1998b: 36), tendo assim acesso ao mercado de Cantão e utilizando com maior frequência este porto como ponto de escala das então, já conhecidas, rotas para o Japão (*ibidem*: 36). Após o combate à pirataria que assolava o território pondo até em risco os portos de Cantão, onde os portugueses já comerciavam, sugere-se que aqui talvez se tenha dado início a um ponto de unificação entre os povos, demonstrando-se com objetivos semelhantes promovendo um estado de pacificação.

Numa **segunda fase**, que “pode considerar-se ter decorrido desde 1582 e 1623 (fig.23), data em que a cidade foi fortificada e muralhada” (*ibidem*: 63), esta edificação surge após as invasões holandesas ao território. Esta iniciativa demarca então um período conhecido como pacífico entre chineses e portugueses que vinha a ser fortalecido, desviando a ideia de que este sistema defensivo tivesse sido construído para se defenderem dos povos sínicos. Desta forma, “geraram-se duas cidades: a ‘Cidade Cristã’ ou ‘Cidade Branca’, intramuros, e a ‘Cidade Chinesa’ ou ‘Mong-Há’, extramuros.” (Fernandes et al., 2015: 7) Assim, apesar de excluída essa hipótese, a muralha continuou a ser uma barreira bem alta entre ambos, que apenas foi quebrada mais tarde. Ambas as povoações, no decorrer dos tempos desenvolvem-se paralelamente, sendo sem dúvida notável o edificar português, que aos poucos, estabelece uma relação de troca e de uma certa dependência para a própria subsistência.

A edificação defensiva (fig.24), de cariz militar, é simultaneamente acompanhada, pela continuidade no foco de exaltação do poder das entidades senhoriais e religiosas, cujas construções dentro da muralha se focavam predominantemente nos conteúdos religioso, residencial e comercial, distinguindo-se das construções que iam surgindo fora dela. De forma surpreendente estas marcavam pontos estratégicos da cidade, desde os de maior elevação aos de contacto com a água, pontos débeis do lugar que necessitavam um reforço surgindo então essa “interligação entre fortalezas, fortes, fortins e baterias (...) de um sistema defensivo composto por muralhas, que fortificavam Macau.” (*ibidem*, 2015: 7) Nas descrições presentes na monografia *Ou-Mun Kei-Leok* (1979) dos magistrados chineses Tcheong e Ian destacados para o registo detalhado do que se passava no território através das suas viagens, destaca-se o excerto acerca da cidade cristã, que sem dúvida demonstra a força que a presença arquitectónica destas construções deixavam no território e determinavam a sua imagem:

“Actualmente, a cidade tornou-se forte e grande. Há uma porta chamada Sám-Pá-Mun (Porta Tríplice), três portas pequenas chamadas Siu Sám Pá Mun (Pequena Porta Tríplice), a Sá-Lei-T’áu Mun (Porta da Cabeça de Pera Areenta) e a Fá-Uóng Miu Mun (Porta da Igreja do Jardineiro).

Tem seis fortalezas. A maior chama-se Sám-Pá P’áu-T’ói (Fortaleza da Porta Tríplice). Esta fortaleza coroa o topo duma colina e nela encontram-se alinhadas 28 peças. Em cima, estão alojados os soldados estrangeiros, há nichos de tijolos para abrigar dos guardas nocturnos. Em baixo, a fortaleza tem subterrâneos para guardar o enxofre.

Tem depois, as fortalezas de Tông-Móng-Ièong (Que mira o Oceano pelo Oriente) e Sâi Móng-Ièong (Que mira o Oceano pelo Ocidente).” (Tcheong e Ian, 1979: 213 - 214)

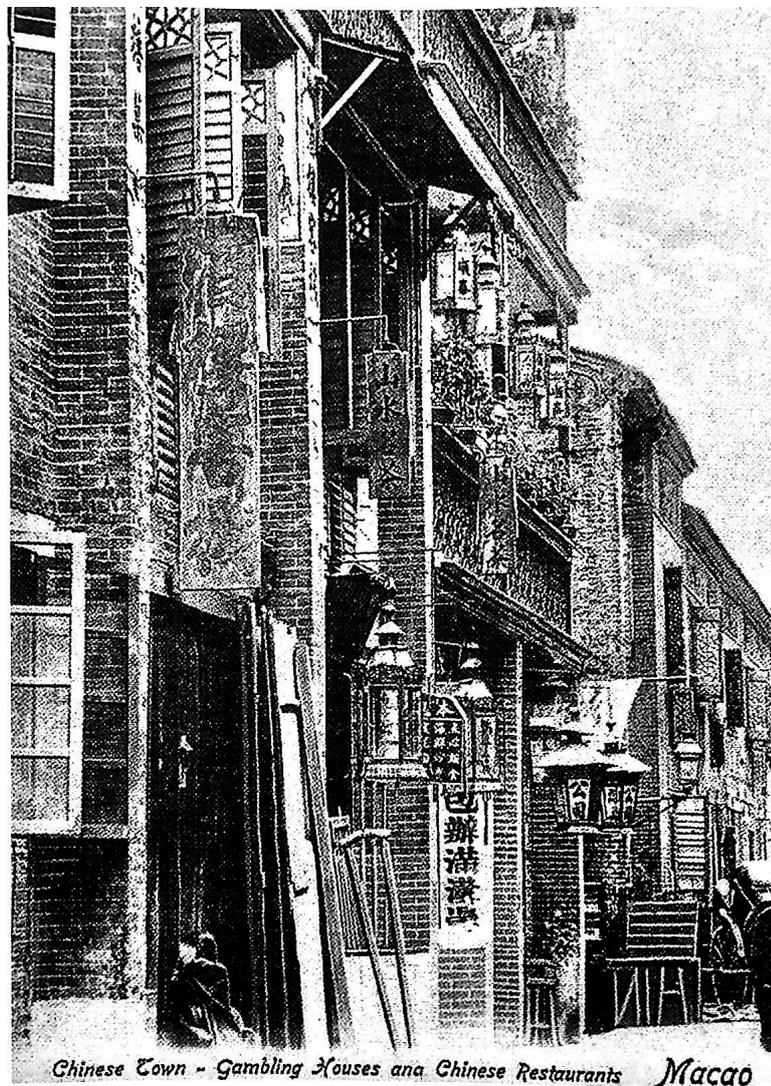


Figura 25 - Casas de jogo e restaurantes chineses, 1890

Na **terceira fase**, incluída no período que vai de meados do século XVII a meados do século XIX, é descrita como uma fase não tão próspera, uma época de extremas dificuldades, marcada por perdas comerciais das ligações com o Japão e Manila, seguidas da queda de Malaca. Viveram-se anos de uma crise económica aguda que teve impacto no urbanismo sobretudo na venda de propriedades a negociantes chineses (Flores in Marques, 1998-2003, II: 113).

Com o estado de crise foi possível ver uma alteração social no que diz respeito à ocupação dos espaços públicos e privados, especificamente das famílias uma vez abastadas que, “começaram a alugar as suas casas ou chalés, aos chineses, e, a viver, paredes meias, com eles” (Amaro, 1998b: 68). Esta alteração leva a assumir que, “foi nesta altura que a estratificação social mais se acentuou em Macau” (*ibidem*: 69), e com esta, a procura excessiva às ocupações já existentes, leva a que a cidade se dimensione e crie outras zonas. Estas zonas segundo a fonte, são o Bairro de Santo António e Bairro do Bazar, crescendo também pelas colinas da Penha e Barra, culminando no Bairro de S.Lourenço que oferece uma conexão entre o Largo do Senado e Praia do Manduco, assinalando também Santo Agostinho, o Seminário de S.José e Largo do Lilau.

É de reparar também a presença das autoridades chinesas no território neste período conturbado, no qual se instala um mandarim, na aldeia de Mong-Há e outro no Posto Alfandegário da Praia Pequena, desdobrando-se o controlo também por três torres vigia no Porto Interior, na Barra e Praia Grande, dos quais podemos ainda vislumbrar as construções típicas chinesas em xilogravuras de artistas também eles chineses. Contudo, impressiona o facto de por volta do século XVIII “*Macao had established itself as a little Lisbon with a medieval cityscape of cathedrals, town hall, largos, plazas and city wall.*” (Wang e Cheong, 2010, 17)

Todavia, desta fase, há que enaltecer a referência feita ao Bairro do Bazar, uma ocupação sínica que se desenvolve dentro de muros tendo início em 1788 “supomos que em consequência da permissão dos bairros da Sé e de Santo António” (Amaro, 1998b: 52). É notável a existência incluída neste Bazar de ruas como a do Guimarães da qual “se desenvolvem as marcantes ruas dos Mercadores, das mais importantes do Bazar e, dos Ervanários onde era o limite da alfândega que ali se encontrava antes dos novos assoreamentos e da terra que para existir ocupou lugar de parte do mar” (Freitas, 2017). Também de realçar pela sua importância comercial e localização junto às águas, a rua da Tercena “um vestígio da mais antiga linha da costa” (Amaro, 1998b: 54), onde juntamente com a rua dos Mercadores, ganhava vida a mercantilização de produtos acabados de chegar ao porto. Esta reentrância aquática, servia anteriormente de porto e terminava no templo de “Hong Kung, o templo mais importante do Bazar, mas cuja construção parece datar, apenas, dos princípios do século XIX” (*ibidem*: 55). *Hong Kung* trata-se de um santuário que tem a entrada virada para a Rua Cinco de Outubro

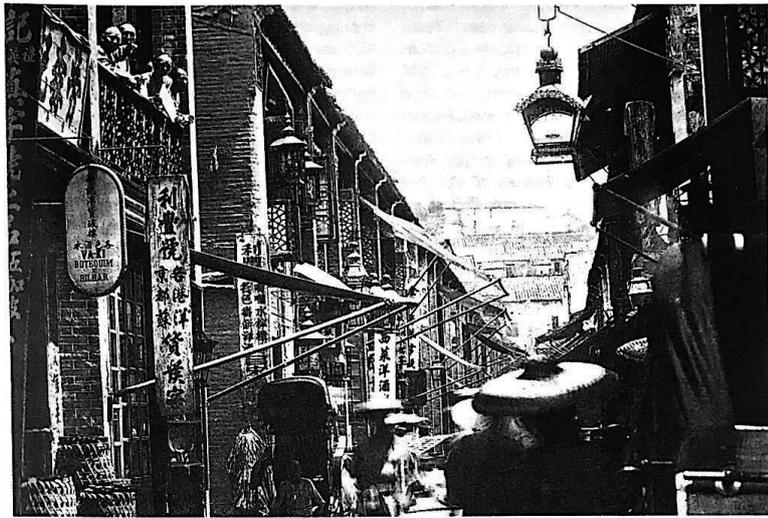


Figura 26 - Bazar chinês, 1903

e a sua fachada nordeste recebe o culminar da Rua das Estalagens em direção ao mar do Porto Interior.

Segundo José Manuel Fernandes (2015), até aqui a cidade dita chinesa, “estendia-se pela zona ribeirinha do Porto Interior, desde o templo da Barra até ao Lin Fong Miu (ou templo de Lótus), por toda a encosta do Patane” (Fernandes et al., 2015: 173), depois com a já referida permissão da permanência entre muros, os chineses criaram o seu Bazar:

“(…) que se estendia desde o convento de S.Domingos até ao sopé da colina da igreja de Santo António (...) era ruidosa e activa, com as suas lojas escancaradas como montras, os cou-laus e os fan-tins (restaurantes e casas de pasto), as casas de fan-tan⁴, iluminadas com lanternas, as lotarias chinesas e as casas de penhor, os lupanares e o teatro do auto-china.” (*ibidem*, 2015: 173)

O autor caracteriza ainda os modos e hábitos de vida que se podiam vislumbrar na altura em que o Bairro do Bazar se distinguiu pelo seu cunho tão próprio, numa descrição que pode mesmo remeter aos dias presentes, na qual se sente que a Cidade acompanhou a próspera situação económica e um certo modelo ocidental, mas o Comum, esses hábitos, rituais, culturas, mantêm-se lado a lado dessa mesma prosperidade.

José Manuel Fernandes (2015), dá uma imagem complexa do que seria a vivência deste local, primeiramente:

“O Bazar era a retinta da cidade chinesa de Macau, onde no dédalo das suas vielas becos e calçadas, trepidava uma população ruidosa, azafamada, entregue a mil e um afazeres (Henrique Senna Fernandes citado por Fernandes et al., 2015); do segundo refere-se às ruas com moradias baias e coladas umas às outras, numa irregularidade que perturba a vista, pelos inúmeros paus, tabuletas, roupas de secar, cordas e utensílios de toda a espécie, disposto nas fachadas ou atravessando as ruas ao alto (Padre Benjamim Videira Pires citado por Fernandes et al., 2015).”

Além desta descrição, que se poderia considerar contemporânea, fala dos afazeres da população, desde os vendedores ambulantes, restaurantes improvisados em plena rua, aos barbeiros ou aguadeiras, nas mais diferentes dimensões e proporções que poderia tomar, sendo destacada a famosa Rua da Felicidade, conhecida como a “rua do prazer até aos primórdios do século XX, com as suas afamadas ‘casas de flores’ onde se exibiam as cantadeiras, as *pei-pa-tchai*” (Fernandes et al., 2015: 176).

De curta extensão, a Rua da Felicidade é caracterizada não só pelo seu passado

⁴ Segundo as notas de José Manuel Fernandes (2015), *fan-tan* era um jogo de tabuleiro praticado nas casas a ele destinadas no Bazar (p.173)



Figura 27 - Rua da Felicidade em 1890



Figura 28 - Rua da Felicidade em 2017

histórico e pela sua fama, como também nos demonstra tipologias construtivas tipicamente chinesas. Com materiais como o tijolo, madeiras e cobertura em telha, os edifícios estão dispostos retilinearmente, com fachadas uniformes em ambos os lados. No primeiro piso é de realçar a forma tripartida dos painéis de oclusão das janelas, o rendilhado trabalhado nas mesmas e, no rés-do-chão, talvez por necessidade de se abrir ao exterior, os portões metálicos que também foram alvo de um trabalho característico que se pode observar ao longo da cidade. Segundo o que pinturas e fotografias nos demonstram, hoje a Rua da Felicidade, conservada e gentrificada, possui uma coloração distinta, dos verdes/azuis passámos a vislumbrar vermelhos, será um mau presságio que remete ao “caranguejo”⁵ referenciado por Carlos Marreiros (2018)?

O que é certo é que a população se caracterizava, primeiramente, por grupos de pescadores, agricultores, artesãos e comerciantes. Assim é de realçar a importância que o Bairro do Bazar teve nas trocas comerciais desde o seu surgimento, trocas essas que *a priori* eram dominadas pelos portugueses e, posteriormente pela população chinesa, da qual ainda hoje sobrevivem poucos negócios locais representativos dessa identidade.

⁵ "Nos idos tempos do fecho da Baía da Praia Grande que tinha curvatura de um caranguejo perfeito, os chineses, o *feng-shui*, acreditavam que era sinónimo de boa ventura e proteção. Ia mais ou menos da zona onde é hoje a Fortaleza do Bom Parto, residência consular, até aos rochedos de São Francisco, uma forma que desenhava uma carapaça completa.

Com os aterros dos anos 30 e depois com acrescentos, o caranguejo foi mutilado. Pouca gente sabe esta história, mas o sinólogo Luís Gonzaga Gomes em *Factos e Lendas de Macau*, conta a história deste caranguejo.

Se repararem, do quartel general até à meia laranja, os edifícios habitados por portugueses e macaenses eram pintados de cor-de-rosa, e os que são de chineses ou macaenses enraizados, são pintados de verde. Quando passarem pela Rua da Praia Grande, à Avenida da República e meia-laranja reparem nisto. O clube de Macau, tipicamente macaense é verde, o clube de ténis do clube militar é cor de rosa, o antigo CDM é verde (uma instituição muito local). Vão caminhando, a própria Bela Vista chegou a ser verde, é agora amarela, pois quando fizeram o aterro os chineses disseram 'estamos condenados! Estão a matar o caranguejo protetor, o que vai ser de nós?' A seguir quando veio a moda e foi divulgada, fundamentalmente, depois da Exposição Universal do Mundo Português, os edifícios foram caiados de salmão e depois de um cor-de-rosa mais claro tons inspirados na cor joanina do vermelho sangue de boi. Quando se pintou de vermelho e cor-de-rosa, os chineses disseram "agora é que o mataram!" porque o animal depois de cozido fica vermelho, e o caranguejo vivo é verde ou amarelado. A escolha da cor permite saber ainda hoje quem construiu ou é promotor desta obra." Desta forma, pelas palavras de Carlos Marreiros (2017), entende-se a forte integração de culturas tão distintas até na própria escolha da cor de um edifício atendendo às ideologias ou superstições de ambas.

As cidades portuguesa e chinesa II : meados séc.XIX ao séc.XX

Prosseguindo nas fases mencionadas anteriormente, segue-se a **quarta fase**, que se inicia em meados do século XIX e decorre até aos primeiros anos do século XX. Esta fase é marcada essencialmente pela Guerra do Pacífico e por dois momentos os quais são relativos à fundação da cidade de Hong Kong pelos britânicos e às “medidas políticas de reestruturação da economia de Macau, assumidas pelo Governador Ferreira do Amaral” (Amaro, 1998b: 70).

Não adquirindo muitos seguidores das suas políticas, quer do lado chinês como do português, o seu governo é lembrado como atribulado, díspar quanto às medidas tomadas tendo pago um preço elevado, culminando no seu assassinato nos arredores da Colina de Mong-Há. Pensa-se que tenha decorrido no local onde se encontra o templo de *Lin Fong*, que aliás, hoje dignifica o acto heróico do seus compatriotas com um memorial. Assim, trata-se do único episódio bélico, de que se conhece, entre chineses e portugueses, a Batalha de Passaleão.

Antes deste desfecho dramático, o próprio, impondo uma libertação das obrigações delineadas pelas entidades chinesas, ou *mandarins*, permitiu que se pudesse assistir ao quanto, “a Cidade ultrapassou muralhas e passou a ocupar o terreno do Campo, onde antes, mercê do desenvolvimento urbano, tinham proliferado várias aldeias rurais chinesas”(ibidem: 71). Este crescimento pronunciado dá-se sem qualquer plano diretor, pois todas as iniciativas construtivas do território estavam à mercê das já mencionadas imposições dos mandarins. Essa reviravolta por parte do Governador nem sempre foi bem recebida pois, “implantavam-no de um modo implacável, como instrumento do domínio e demonstração do seu próprio poder, com recurso às machadadas, a incêndios e aterros dos bairros chineses” (Afonso citado por Gonçalves, 2018: 62)

Parecendo contraditório, é certo que as desavenças entre o usufruto chinês e português daquele lugar, e outras discordâncias, não se verificaram na história arquitetónica da cidade, pelo contrário, pode-se mesmo falar que pela primeira vez há uma conexão direta entre ambas as linguagens, influenciando-se mutuamente, de um “plano” tipicamente medieval ocidental para uma influência tradicional e, até cultural, oriental.

Com a Guerra do Ópio, surgia aqui uma oportunidade lucrativa ao nível comercial com a sua mercantilização, e é com o fim da mesma em 1842, das disputas entre chineses e ingleses, que se dá uma maior abertura dos portos à Europa, e ao mundo, perdendo assim a sua exclusividade e estagnando a construção que antes havia proliferado.

Para além disto, catástrofes das quais se ressaltam os incêndios, reduzem edifícios importantes a cinzas e escombros, descaracterizando e perdendo uma imagem distinta da cidade que conhecemos hoje. Entre edifícios icónicos portugueses, sobretudo de cariz religioso, como o caso mais emblemático da Catedral de São Paulo em 1825, estavam uma série de bairros chineses em 1834. Além deste panorama, de guerra e catástrofes, voltando às políticas impositivas de um poder absoluto concentrado no Governador Ferreira do Amaral, “fazem-se obras públicas muito necessárias” (Gonçalves, 2018: 62).

“O Urbanismo de Macau, dos finais do século XIX aos primórdios do século XX foi prioritariamente um urbanismo estratégico e, complementarmente, um urbanismo higienista, ainda que a segunda componente tenha sobressaído por muitas décadas sobre a primeira.” (Afonso, 1999)

As estratégias de urbanismo em Macau são implementadas na década de 80 do século XIX visando evitar o colapso da navegação, da qual dependiam, e acesso ao porto. Assim, com esse objetivo, havia que tomar duas medidas: obras na área portuária e, de forma complementar, planos de melhoramentos da cidade. No âmbito da cidade, esses melhoramentos consistiam: na arborização do território, implantação de uma malha regular de vias, pavimentação, renovação de redes de saneamento, abastecimento de água e, renovação de bairros focos de epidemias visando a salubridade do território.

Sendo os bairros chineses conhecidos como os maiores focos de insalubridade impactante no território, estes são alvos de destruição e incêndios sistemáticos que objetivavam uma renovação posterior como pudemos assistir ao longo deste período. Contudo, as estratégias aplicadas não atingem grande sucesso numa primeira instância no que toca à renovação do Bairro da Horta da Mitra (1886). Este serve assim de exemplo para os casos de sucesso das alterações vindouras, como é o exemplo do Bairro do Volong (1895) que subitamente influenciou as renovações do Bairro de S.Lázaro e, posteriormente, os restantes bairros habitados pela população chinesa.

Dada a fraca durabilidade, limitação técnica e materialidade construtiva dos edifícios destes bairros, cuja imagem é descrita em ruínas, desalinhados e sem qualquer ordem de fracas ou inexistentes razões estruturais e infraestruturais, os procedimentos aplicados no combate a essas debilidades consistiram essencialmente em construir os alicerces e infraestruturar as vias. Deste modo, tais métodos unidos com o “educar” para a construção, os Bairros do Volong e S.Lázaro foram então considerados os melhores exemplares do urbanismo luso-chinês (Afonso,1999).

Segundo Ana Maria Amaro (1998) a cidade recupera sob as influências das políticas novas, desencadeando uma onda migratória de chineses da *Mainland* para a península o que levou “à urbanização da parte da área do Campo”(Amaro, 1998b: 72). Após a demolição do troço de muralha que tinha arranque na muralha da Fortaleza do Monte e findava em S.Jerónimo, “começaram a construir na área extramuros, conhecida por *Soi Hang Mei*”(ibidem:72), seguidos de intervenções urbanas de índole expansionista “no sentido do *Tap Séak*, *San Kiu* e *Séak Chéong Kai*”(ibidem:72). Chegavam então até à zona, antes isolada, das povoações de Mong-Há, Patane e S.Lázaro, esta última caracterizada por ser um bairro ocupado por chineses católicos, onde também se tratavam doentes afetados por epidemias como era o caso da peste.

Com a “queda” da muralha que subjuga a “cidade chinesa” às leis da “cidade cristã” vigorava o seu urbanismo europeu influenciando e fazendo parte de uma convivência entre comunidades numa fusão nunca antes vista:

“Toda a península foi sendo gradualmente ocupada com novas áreas residenciais e respectivos serviços. Foram formados os primeiros aterros intencionais, no Porto Interior, entre a Praia Pequena e o Manduco. A população de uns 25 000 habitantes por volta de 1840, 20 000 dos quais chineses, subiu para cerca de 65 000 nos fins do séculos. A zona mais densamente povoada era a cidade chinesa, o bazar, com mais de vinte mil pessoas. A situação exigia novas zonas para habitação.” (Gonçalves, 2018: 66)

É após a administração do Visconde de São Januário (1872-1874) que a cidade sofre mutações vincadas, sendo elas de cariz higienista sobretudo relacionadas, como já mencionado, com procedimentos no porto e na cidade, desta última destacam-se então os bairros cujo planeamento era completamente informal. De realçar também a canalização do Bairro do Bazar e a secagem dos pântanos terminando o seu uso para fins agrícolas, de forma a evitar, com as enchentes das monções, os lixos descarregados nas águas e trazidos de volta a terra com a força dessas descargas de águas pluviais. Ortogonalizaram os percursos que promoviam maior facilidade no acesso e instalação das devidas infraestruturas desde saneamento a bocas de água para o combate a incêndios que desde cedo vinham a assolar o território.

O “progresso urbanístico estava à vista” (ibidem: 76) depois de séculos sem qualquer tipo de regularização, de bairros habitados essencialmente pela população chinesa que se desenvolviam sem limites ou estratégias. Sendo eles focos de doenças devido à falta de higiene só com a demolição através das chamas se poderia controlar o alastramento das mesmas, como exemplo, o já referido Bairro da Horta da Mitra (1886). Também é de realçar os trabalhos que se prolongaram pelo século XX, planos parcelares de zonas como as avenidas Horta e Costa e a Ferreira do Amaral, aterros que conferiam área à península dobrando o seu tamanho e novos arruamentos que ligariam a cidade à aldeia de Mong-Há consequentemente descaracterizando-a e fazendo-a desaparecer, restando hoje apenas memórias como os “templos, nichos, altares e edifícios comunitários” (Pinheiro, 2017).

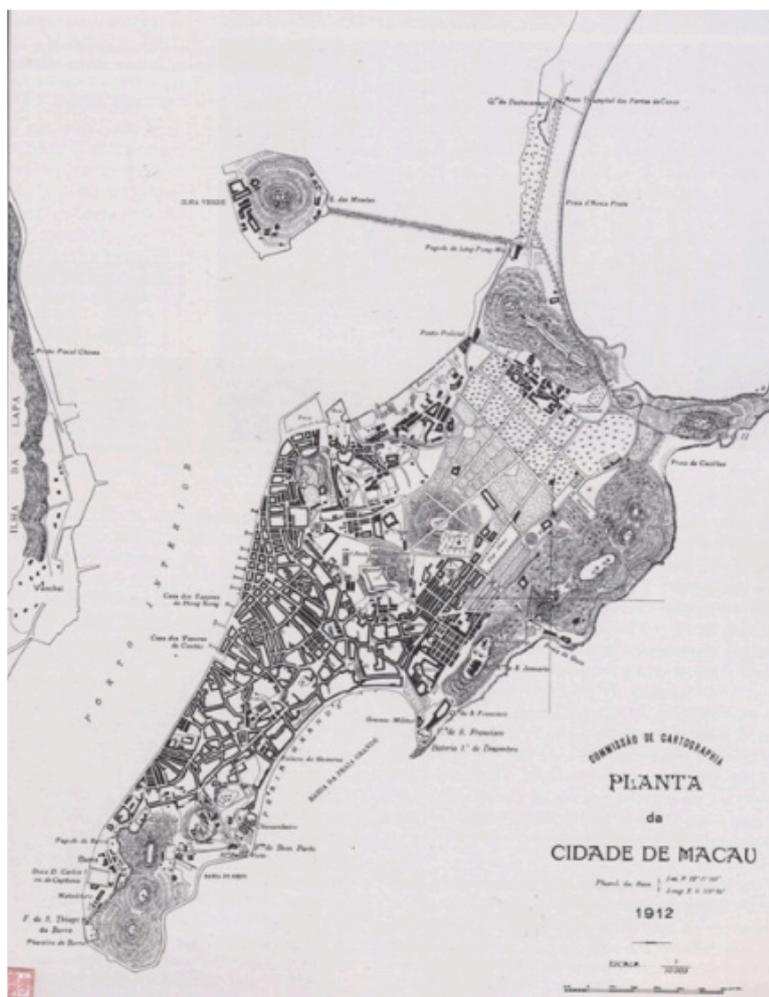


Figura 29 - Planta da Cidade de Macau, 1912

Mas desta transição repara-se sobretudo nas influências mútuas ao nível construtivo, sendo possível ver um tipo de arquitectura luso-chinesa ou sino-portuguesa ou macaense (como desejarem), pela adoção de soluções mais duradouras (nem sempre bem aceites), desde a materialidade à tipologia da planta, à estética, adaptadas à mercê das suas necessidades. Ainda que com cunho neoclassicista, uma estética que vigorava no período em território europeu, há uma fusão dos elementos, clássicos na sua raiz e exóticos na sua face, um então “neochinês” (Gonçalves, 2018: 78).

Nos inícios do século XX, na **quinta e última fase** que se considera neste estudo, é de reter o novo plano retilíneo da Cidade que, paralelamente à atenção dada ao centro urbano marcam um período no qual, chineses e portugueses passam a ocupar indeterminadamente a área disponível de toda a península, havendo já uma nítida interpenetração de etnias em todo o território (Amaro 1998b: 73).

É com esta miscigenação que a própria arquitetura é, seguidamente, alvo de uma distinta hibridez, ainda mais vincada e presente nas construções deste período, havendo uma crescente aposta no investimento construtivo, “devido à evolução dos contextos político-sociais locais, que exigiam uma modernização material da cidade”(Fernandes et al.,2015:37).

Com a instauração da República em Portugal (1910) são impostas mudanças que visavam o melhoramento de uma relação entre Portugal e a China. Estas medidas compreendiam estratégias lucrativas para ambas as partes ao nível industrial, agrícola, económico e construtivo. Com este “casamento” Macau prospera, abrindo-se ainda mais a porta às novas influências e, à era do betão, esta que por sua vez moldou a imagem da cidade diluindo com o estilo patente em Oitocentos, crescendo verticalmente e expandindo na horizontal também de forma a responder à falta de espaço que o aumento demográfico trouxe no início do século. A imagem em voga na Europa era a que o território começava então a apresentar, era então a “*mediterranean*” (Marreiros,2018), assemelhava-se a uma vontade de exaltar (mais uma vez) a imagem de Lisboa e marcar essa presença no território.

É neste período que se pode atestar profusas transformações na estrutura da cidade, sendo um organismo vivo, altera-se à medida que o tempo corre fazendo face à necessidade de resposta às diferentes problemáticas que vão surgindo. Essas transformações verificam-se na carta de 1912, a Planta da Cidade de Macau (fig.29), atribuída à Comissão de Cartografia, referida não só por Ana Maria Amaro (1998) como por José Manuel Fernandes (2015). Vê-se então claramente uma malha densificada e composta que se espalha pelas zonas ditas “rurais”, havendo já uma ortogonalização dos arruamentos dispostos para a implantação de blocos arquitetónicos e os novos territórios que retiram espaço ao mar, mais propriamente, os aterros.

Dada a extrema pressão demográfica no território que o estrangulava, era necessário agir e dar continuidade às estratégias urbanísticas iniciadas no século anterior. O foco man-



Figura 30 - Planta Geral da Cidade e do Novo Porto de Macau, 1927

teve-se também na extinção de possíveis causas de epidemias e no seu alastramento, pondo em causa a saúde pública. Deste modo, os bairros ditos “chineses”, dos quais se salientam, sob a administração do Governador Eduardo Augusto Marques, o relatório das obras públicas de 6 de Maio de 1910 no qual estão incluídos 7 bairros: o *Sankiu*, *Long-Tin-Chin*, *Seac-Iu-Tau*, *Tap-Seac*, *S.Miguel*, *Volong* e *S.Lázaro*, como exemplos da aplicação dos processos de limpeza.

O objetivo foi sempre, ou quase sempre, arrasar com as construções chinesas, pelas condições insalubres que proviam à cidade, as mesmas foram melhoradas, construídas de novo com uma traça menos característica (provavelmente) a qual não se pode atestar. Todavia, são os bairros de *Long-Tin-Chin*, *Sa kong* e *Patane* que neste período são alvos de atenção, propondo, o Engenheiro Abreu Nunes novas medidas para dizimar esses focos insalubres.

Segundo José Manuel Fernandes (2015) não sendo o plano executado mas deixando uma previsão para um futuro:

“(...) em 1924, Hugo Lacerda, Director das Obras Públicas de Macau, executou ou coordenou um plano de novos aterros extremamente ambicioso, o qual não só previa a execução de extensões de terreno na continuidade sul da Península (que viria a ser a área dos NAPE) como a ligação entre as ilhas de Taipa e Coloane (prefigurando a futura Cotai), e mesmo uma nova extensão autónoma, entre a Península e a ilha de Taipa”(Fernandes *et al.*, 2015: 40).

Desde as construções romantizadas patentes sobretudo na Baía da Praia Grande, os solares de imponência representativa de um certo estatuto e de uma linguagem utilizada no Ocidente, verifica-se, já desde os fins do século XIX, uma alteração por sobreposição que culminou no uso de uma linguagem que se propunha a ser modernizada. Como resposta à densidade que começava a ganhar forma e também por fatores externos como é o caso das tempestades naturais, fora necessário a que se reconstruísse, motivos que talvez estejam na base dessa alteração e modernização.

Vivenciava-se, nesta época, a uma ligeira alteração da configuração da península, provocada pelas movimentações de terra junto à costa do Porto Interior, sendo estes “aterros periféricos esboçados naturalmente desde os séculos anteriores. Foram nas últimas décadas do século XX, acelerados pelas acções do Homem”(Amaro, 1998b: 79). Houve preocupação com a construção das vias públicas e, “constata-se imediatamente, o crescimento do Bairro do Bazar e a explosão de novos arruamentos, resultantes do espriar da Cidade pelo campo”(ibidem: 82).

Em 1927, a carta Planta Geral da Cidade e do Novo Porto de Macau (fig.30), segundo o mesmo autor, já contém essa intenção dos aterros pela mão humana da zona NAPE e



Figura 31 - Macau em 1995

periféricos, podemos também notar a Avenida Almeida Ribeiro cujo traçado propõe uma solução de ligação direta e objetiva entre os Portos Interior e Exterior, tendo várias ruas conectadas à própria como ramificações de uma artéria. A presença deste eixo viário determinou um “disfarce” da barreira entre as cidades portuguesa e chinesa, promovendo uma ligação entre ambos e entre a zona oeste e este da península, isto é, o Porto Exterior e Interior, respectivamente. Foi projetado pelo Engenheiro António Pinto de Miranda Guedes e, cortou assim, em 1920 o Bairro do Bazar em duas partes, sendo mais uma vez, a população chinesa, “vítima” de uma alteração no seus modos de vida e, provavelmente, com esta manobra perderam-se edifícios representativos dessas ocupações tão genuínas.

Este eixo representou então “uma mudança radical no desenvolvimento da cidade e delimitou consequências determinantes para o futuro de Macau” (Gonçalves, 2018: 90) a importância que adquire é irrefutável, tornava-se a Avenida principal, um eixo de ligação direta dos portos e os demais pontos da cidade, uma solução estratégica ao nível da promoção comercial. De arcadas e placas publicitárias, fachadas mais regularizadas e traçados ortogonais esta avenida via a sua morfologia agora mais rectilínea. Ligaram edifícios de cariz comercial, religioso, administrativo, como o caso do Senado e, funcionou, a partir daqui como uma espinha dorsal comercial cuja imagem se procurou preservar pela mão do Gabinete *Palm & Turner*, entre 1983 e 1993, a “mando” do Instituto Cultural de Macau, que apesar dos esforços muito ficou por fazer e o estado de degradação está à vista.

As novas infraestruturas e planos para urbanizar a cidade, melhorando-a, podem se constatar desde os espaços verdes com pequenos apontamentos de vegetação pela cidade, o bairro de São Lázaro, a já mencionada Avenida Almeida Ribeiro, a rua Horta e Costa e, a Marginal da Baía da Praia Grande.

Os aterros, acima mencionados, foram talvez a figura principal e determinante desta época, num território que necessitava ganhar respiração e área para acompanhar o crescente nível demográfico que tendencialmente crescia. Destes há que realçar a marginal do Porto Interior, a área das Portas do Cerco e da Ilha Verde a norte, os aterros da Areia Preta e Hipódromo, assim como os do Canídro e Fábrica de Tijolos, a ponte-cais do Porto Exterior, os aterros da Taipa e *Tai-Van* em Coloane. Distinguidos como os mais importantes, os do Porto Exterior, pois “preparavam o coração da cidade, para receber, nas décadas seguintes um conjunto de novos equipamentos fulcrais (Liceu, Escola Técnica, etc.) ao longo da nova avenida Infante D. Henrique” (Fernandes *et al.*, 2015:43).

José Manuel Fernandes (2015), divide ainda o século XX em duas fases, a primeira que vai de 1920 a 1950 e, uma segunda, de 1980 a 1990, passando pelos áureos anos 70. Assim, da primeira fase, menciona o processo de urbanização das ilhas de Taipa e Coloane, agora unidas por terreno reclamado ao mar, depois, os aterros ZAPE dos anos 20 e os da

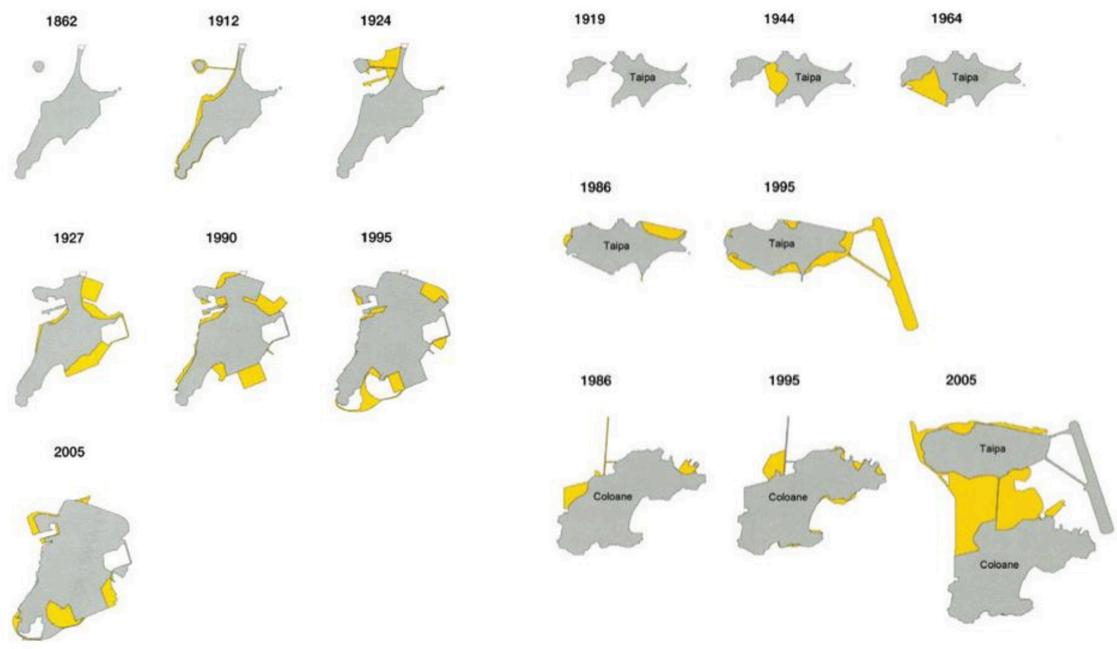


Figura 32 - Evolução das intervenções feitas através de aterros na península de Macau e nas ilhas Taipa e Coloane desde 1862 a 2005

Baía a Praia Grande, de 1938 até 1946, sendo nesta última iniciadas as primeiras construções em betão. A segunda fase, trata-se da implementação de planos na área da Areia Preta e no NAPE, ambas pela mão de Siza Vieira, a última também de Fernando Távora, edificadas torres neste plano com as mais distintas funções desde residenciais a comerciais privilegiando-se a higienização da zona. Destaca-se também o fecho da Baía da Praia Grande através da criação de lagos artificiais, denominados Sai Van e Nam Van, estudados pela mão de Manuel Vicente, dando-se espaço para a construção da emblemática Torre de Macau, um símbolo do seu *skyline* que se pode ver de Taipa, permitindo então um novo olhar sobre a cidade, “vendo-a de fora sem sair dela” (*ibidem*: 51)

III. Casos de Estudo

Uma cidade, muitas transformações

“Quem passa um dia na China escreve um livro, quem passa um mês escreve um artigo, quem passa um ano parte o lápis.” (Rui Rocha citado por Stephanie Torres, 2018: 15)

Se há palavra que está na génese do ADN chinês, ela é a complexidade. Distintas são as conjunturas que permitem esta complexa realidade indo desde o tamanho do território à massa populacional que contribui em 20% para a população mundial, à pluralidade de etnias e religiões que convivem no território. Tudo somado, resulta num espaço de grande e notável heterogeneidade, tanto cultural como política, esta última controlada a braço de ferro por Pequim suportado no autoritarismo quanto à gestão de todos estes ingredientes.

O período chamado como a *Grande Aprendizagem*, trouxe consigo uma importação de ideais estrangeiros, económicos, políticos, tecnológicos, empresariais, enfim, aos mais distintos níveis que juntos constituíram um modelo sem igual. Assim, o início dos anos 80 acrescentou ainda mais complexidade e mais dois termos a juntar a esse ADN, sendo estes, o da reforma e o da abertura. No panorama das reformas levadas a cabo pela mão de Deng Xiaoping “a China ensaia modelos políticos e económicos capitalistas” (Romano, 2010: 21), sendo de realçar particularmente as iniciativas referentes à estratégia “Um país, dois sistemas”, determinante na integração dos territórios antes coloniais, assunto que interessa neste caso de estudo. Estas iniciativas, apenas foram possíveis graças à abertura que se marca fortemente esta circunstância. Não apenas por estas terem trazido visíveis triunfos mas sobretudo pela forma de abertura progressiva ao Mundo, visível no caminho que faz lado a lado com os EUA na disputa pelo lugar de mega potência mundial.

Mas como se mencionou já, o território é vasto e plural resultante nas inevitáveis disjunções e diálogos separatistas nos quais a China tem vindo a investir muito do seu esforço em prol de um território unido. Esse investimento apresenta claras formas de atração para a integração numa “propaganda oficial [que] designa o território continental chinês, sabe absorver estes territórios mantendo o regime de economia de mercado, a propriedade privada, as liberdades individuais e políticas” (*ibidem*: 21). Desta propaganda serve exemplarmente o

bem sucedido caso de Hong Kong e Macau, reforçado pelo investimento em jeito de publicidade com a recente amostra da Ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai que liga parte do território da Grande Baía de *Guangdong*. Esta, simbolicamente reforça a união de duas Zonas Administrativas Especiais à *Mainland* como nunca antes visto. A China, portanto, cabeceia agora a decisão de querer manter este modelo, o desenvolvimento económico, o bem-estar populacional e o suporte político nas suas diferentes especificidades, trata-se de uma atitude sem precedentes.

Sobre Macau e as suas mudanças, com a estratégia “Um país, dois sistemas” implementada e com a transferência de soberania dada em 1999, era posta em execução a “Declaração Conjunta” entre Portugal e China. Esta é suportada na Lei Básica inspirada no que se assiste nos estados democráticos ocidentais e ditará até 2049 “direitos, liberdade e garantias para os cidadãos de Macau” (*ibidem*:19).

Sendo assim, quem dá voz a esta prática/acordo constitucional? Portanto, quem governa? Sempre foram questões que deram mote à base desta política de “auto-governo” (*ibidem*:19), Macau ficou entregue às suas gentes. Como indica José Romano, Macau “auto-governa-se”, e quem dá voz a estes princípios baseados na Lei Básica são essencialmente cidadãos das mais altas classes sociais e do poder. Assim, o dinheiro a dita essas posições, algo que determinou uma subida no comando da cidade, sobretudo por empresários ou líderes associativos locais. Nunca antes visto durante a Administração portuguesa, isto tornara-se uma constante sob a mão chinesa desde o *handover*, e ainda que fossem elites formadas por empresários e comerciantes sem experiência política normalmente era visível uma forte relação com o Partido Comunista Chinês.

Esta atitude revelou um claro desequilíbrio entre a conjugação dos serviços prestados à cidade e os interesses empresariais, o que gerou um conflito que se revê espelhado na imagem da cidade que vemos hoje. Como resultado, tem-se uma administração pública em mudança e uma mão política “verde” “a gerir uma das mais aceleradas economias do Mundo” (*ibidem*:19), em consequência “faltou Estado, faltou regulação e faltou a defesa do interesse público” (*ibidem*:19).

Mas o que deu mãos à mudança política e criou um berço paradoxal? As mudanças económicas. Foram determinantes em todo este processo do *handover* tendo em 2001 o primeiro governo da RAEM⁶ decretado a exploração oficial dos tão acarinhados “jogos de sorte e azar” (*ibidem*:20) já viventes em Macau desde 1962 com a presença portuguesa. A concessão mais significativa fora atribuída à STDM⁷ de Stanley Ho algo que, com o passar dos

⁶ Região Administrativa Especial de Macau

⁷ Sociedade de Turismo e Jogos de Macau

tempos devido à permissão para se lançarem novas concessões, passa de 1 para 3 operadores e posteriormente para 6. Mas porque se fala tanto sobre este aspecto? Pois bem, o jogo nas suas mais diversas dimensões veio aumentar astronomicamente a economia da cidade, “o volume de negócios dos casinos que então rondava os 18mil milhões de patacas, atingiu em 2009 cerca de 120 mil milhões” (*ibidem*: 20) e “em 2017 cresceu (...) para 265,7 mil milhões de patacas” (Agência Lusa, 2018).

Esta subida desenfreada que se tem vindo a assistir, provocou, e ainda provoca, consequências claras na própria cidade, quase como um *tufão* financeiro, veem-se tanto a população quanto a *urbe* numa luta pela sobrevivência, moldando-se para acompanhar o ritmo da economia. Com este crescimento a cidade tornou-se ainda mais dependente dos lucros da atividade dos casinos, a cidade orbita em torno deste núcleo em praticamente todos os panoramas e programas arquitetónicos que a sirvam, fala-se aqui da hotelaria, restauração, comércio, serviços e infraestruturas de apoio.

Macau não é um resultado positivo dos tempos áureos que se iniciavam nos seus cofres somente pelo que se tem vindo a indicar, a cidade teve também a “sorte” de estar suportada pelas reformas e vontade de abertura chinesas que já se indicou anteriormente. Com elas, surgem classes sociais discrepantes, abastadas, sedentas de consumo de luxo, de afirmação social e de tudo o que se demonstra próspero e representativo de sucesso. Algo muito chinês sem dúvida. E que melhor representação destas vontades senão através da lucrativa legalização do jogo e do complexo mundo que gira à sua volta? A cidade personifica, e seriamente, todos os exageros, luxos, onde praticamente tudo, senão tudo, é possível. Encarna todos os desejos e aspirações, todos os sonhos como um parque de diversões para adultos (Figueira, 2015: 153) no qual sem se afastar muito a multiplicidade de vantagens é vertiginosa.

Portanto, primeiramente, a possibilidade de se fazer fortuna, depois o contato com um novo e exterior mundo sem sair do país, sem se alterar o idioma, a cultura ou a gastronomia forçosamente, onde se pode viver o que não é dali, como é exemplo, vislumbres da cultura ocidental aos olhos do oriental.

O fascínio pelo jogo e a crescente procura por “experiências hiper-reais” (Figueira, 2015: 152), tornara necessário um esforço no tratamento de uma rede de infraestruturas de transporte e assistência altamente eficazes na resposta à procura do produto mais vendido na cidade, o próprio jogo. O facilitismo impera, o objetivo de toda e qualquer empresa é deixar os seus clientes o mais à porta possível do alojamento/casino/*shopping*. Como serviço de excelência virado para o consumidor, privilegia-se claramente a eficácia, comodidade e rapidez. Com isto, entendeu-se a tão debatida construção de um aeroporto entre Taipa e Coloane, uma decisão muito conturbada, para muitos desnecessária até, que apenas surge em mesa com a conveniência que seria para os apostadores VIP aterrarem em Macau. Somado a isto, surgem outras iniciativas, nomeadamente: os três terminais marítimos de ligação a

Hong Kong e à *Mainland*; um heliporto que permite uma curta viagem de cerca de quinze minutos entre Hong Kong e Macau; a mais recente e ambiciosa aquisição da Ponte Hong Kong-Macau-Zhuhai com uma rede impressionante de transportes públicos e privados; outra rede de transportes viários que vêm das Portas do Cerco; não descurando também, a proposta já parcialmente em construção do Metro Ligeiro de Macau que ligará pontos periféricos da cidade.

Mas como se suporta toda esta rede de infraestruturas necessárias ao serviço do jogo e, crê-se, ao serviço da cidade? A resposta seria: com o Planeamento Urbano. A conjugação do verbo *ser* como condicional deixa assim em aberto uma hipótese que teria sido mas que não foi.

Durante décadas, como já fora explicado no capítulo anterior, lutou-se por uma série de reformas urbanísticas que organizassem a cidade sobretudo entre os anos 70 e 90, contudo, Macau desenvolve a sua urbanidade sob diversos planos e no final de contas sob nenhum. Desde aterros a alterações estruturais na malha construída, os “instrumentos de planeamento quase nunca foram publicados em diário oficial, pelo que não ganharam força de lei” (Romano, 2010: 23). Sem força de lei, as alterações foram um pouco ao “sabor do vento”. Surgem as vantagens e as desvantagens, por um lado, o facto de não ser público, a lei não pode ser exercida sob esse plano, tornando-o flexível e arbitrário, capaz de sofrer as alterações necessárias no momento como é conhecido no plano do NAPE de Siza Vieira com o aumento da cêrcea dos edifícios entre outras alterações; por outro lado, deixa-se a cidade sem qualquer “instrumento de gestão urbana em vigor” (*ibidem*:23). E já diziam Maria João Freitas (2017) e Nuno Portas (2017) no *workshop* “*Infill*”, a falta de um plano diretor traz consequências à cidade, seria melhor ter um mau plano do que nenhum plano.

Como cidade multicultural, plena de complexidade e universalidade, Macau abraça há séculos diferentes culturas, gestos, linguagens, cores que demonstram o seu cosmopolitismo inveterado. Retrato dessa pluralidade está patente na arquitetura que acompanha desde a fixação de povos com as choupanas, aos grandes complexos arquitetónicos que vemos hoje. Em jeito de álbum “familiar”, a arquitetura demonstra a árvore genealógica que forma a urbe hoje, o percorrer dos tempos nas suas ruas, as transformações, vivências, heranças, integrando em si autenticidade e unicidade que compreende todas as diferenças integradas num só espaço que guarda como registo a memória coletiva de quem viveu e vive em Macau.

Com o que se tem vindo a enunciar, as alterações políticas pós-*handover*, o “*tufão*” económico lucrativo provindo essencialmente dos casinos e do que gira em seu redor, o conseqüente investimento estrangeiro que aumentou a procura pela cidade, despoletou não apenas num crescimento político e económico, mas também na encomenda arquitetónica. Esta demanda remete subitamente para a já mencionada referência à demonstração de poder de

uma cidade/cultura/sociedade através dos elementos edificados. Da crescente e descontrolada demanda sobretudo a partir de 2001, Macau viu no seu território a construção de diversos contextos, tipologias, linguagens e estéticas, uma diversidade sem precedentes que chega a constituir um “sobressalto na cidade” (Romano, 2010: 24).

Porém, tal como acima descrito, a falta de um plano diretor, pelo qual a lei pudesse ser exercida, assim como a responsabilização pela qualidade, uniformidade, ou zelo pelos interesses do que é e era Macau, numa integração híbrida de influências: Macau viu-se afinal na escassez. Esta escassez pela falta do plano diretor, pela falta de referências arquitetônicas e pela construção na base do ego do arquiteto estrela ou da empresa que constrói com o intuito de venda de um produto/serviço, ainda que tenha um preço elevado, pode também ser vista pelo lado de um resultado completamente único. Afinal o que é solidez em dias que se cavalga no global?

Em resultado, obtiveram “linguagens de fachada, vazias de significado e simbólica, pastiches neo-renascentistas ou pós-modernas, revivalistas ou cenográficas” (*ibidem*: 24), um fogo-de-artifício que conjuga a fantasia e o artificial com os gritos do dinheiro e ostentação. De forma franca, seria possível fazer uma volta ao Mundo com um pestanejar, está-se em Veneza, depois em Paris, Roma, Lisboa, ou até numa *downtown* americana, vale tudo! Assim Macau não é apenas um lugar de escassez, mas também de “opulência” (Figueira, 2017) pelo que tem de hiperbólico e egocêntrico ao querer “ter” em si o Mundo. A representatividade destas construções viradas essencialmente para o ramo turístico centrado ao redor dos casinos proveio não apenas da falta de ligação a referências/linguagens arquitetônicas mas, supõe-se, de outras vontades. Primeiramente, de se conjugar linguagens apelativas a todo e qualquer visitante e, seguidamente, uma demonstração de Ocidentalismo se é que assim se pode afirmar.

Sendo a maioria dos visitantes pessoas daquele “lado” do Mundo, não seria de esperar que se procurasse representar uma realidade apelativa aos seus olhos mas contudo tão distante?

A maior parte das entidades chinesas e americanas que gerem estes casinos tanto da península como do Cotai são recentes, portanto o envolvimento com o passado é superficial contrariamente ao que se teria passado talvez com a mão portuguesa. Com uma “cara” tão ocidental afirma-se um determinado gosto no vendável e consumível Ocidente resultando em representações miméticas de cidades ocidentais. Macau é então palco desta arquitetura e deste afeto especial pelo capitalismo, contudo estes complexos de edifícios “ficam francamente mal à cidade” (Romano, 2010:24)

Plena de significado, a arquitetura macaense ganha forma e vida numa nítida vontade de representação. Essa representação pode ser vista como auto-valorização ou como demonstração de uma nova fase. Anterior ao *handover*, nesta fase cria-se, pela mão dos pro-

motores locais, o que José Romano chama de “singularidade arquitetônica de caráter local” (*ibidem*:25) de “arquitetura contemporânea internacional” (*ibidem*:25).

Como um “desfile de chapéus” (Gorjão Henriques, 2009) Macau exhibe a sua arquitetura, cada um ao seu jeito constrói a imagem que temos hoje da cidade. Nesta composição plena de incoerências, não há um único edifício igual ao outro, cada assume a sua forma e linguagem estética. Esta diversidade estilística advém da prática construtiva que impera em Macau. Como economia em constante e vertiginoso crescimento, reflete-se na forma como a indústria construtiva toma conta da cidade. Portanto havia que dar resposta a este crescimento com produtos de rápida e eficaz execução em detrimento de qualquer valor estéticos ou mesmo até “ético”.

Entre escalas, da imponência à simplicidade, Macau deambula, a “arquitetura fica esquecida no meio daquilo tudo. É a excelência da mediocridade!” (Leão citado por Romano, 2010: 48) As grandes multinacionais prevalecem sob os pequenos gabinetes, ficam as primeiras com projetos de grande envergadura e, as segundas, com programas habitacionais ou de equipamento público. A construção com programas habitacionais ou de equipamento público. A construção quase que epidémica dá “uma certa sensação de oportunidade perdida para a arquitetura e qualidade de vida” (Romano, 2010:25), contudo reside a esperança pois “se juntar o desenho urbano e arquitectura à sua construção” (*ibidem*: 25) a cidade e cidadãos lucrarão desse casamento.



Figura 33 - Medalhão que simboliza os anos do acordo entre a China e Portugal desde o *handover* em 1999 até ao ano de 2049

Centro Cultural de Macau

Arquiteto António Bruno Soares e Arquiteta Irene Ó

O Centro Cultural de Macau ergue-se na ânsia da população macaense desde que o antigo Museu Camões fora encerrado. Aspiravam por uma obra ímpar, inigualável, num contexto de transição vertiginosa que se fazia sentir no território. António Bruno Soares e Irene Ó agarraram a obra não como sendo mais uma, mas atribuindo-lhe uma significativa componente simbólica que tão fortemente o edifício grita ainda hoje. Esta representação poderá tanto estar relacionada com uma vertente “política ou cultural, ou ambas” (Soares e Ó, 2000: 5), refletindo essa ambição “na imagem, no enquadramento urbano, na qualidade da arquitetura e dos materiais e na funcionalidade dos edifícios”(ibidem: 5).

Ainda dentro desta busca pela simbologia, os arquitetos reforçam com esta construção a representação do desenvolvimento cultural e económico que se vivia. Reforçando-o ainda mais, dedicam o edifício não apenas ao serviço da população local como com a finalidade de atrair visitantes que não vão apenas em peregrinação à “Meca” do jogo. A intenção era claramente abrir-se ao impacto, tornar aquele que poderia vir a ser o *ex-libris* cultural da cidade como se assiste um pouco por todo o Mundo. De facto, a qualidade de uma cidade pode-se medir pela forma como ela dá a cultura a conhecer aos seus locais e visitantes, para que compreendam melhor o contexto em que se encontram. Por todos estes motivos, o CCM⁸ teve a intenção de ser um santuário artístico, simbólico e representativo da pluralidade macaense e do contexto que demarca a sua construção, isto é, um espaço sagrado cultural que ajuda na definição da cultural local.

Mas definir a cultura local é um desafio perigoso, pois o caso de Macau, é como os próprios arquitetos afirmam, uma “particular situação” (Soares e Ó, 2000: 5). A singularidade que reside no facto de duas distintas culturas conviverem no tempo e espaço desde tempos longínquos, como descreve a História, até aos novos dias e os que ainda virão, contém “na sua simbiose, uma vida cultural única”(ibidem: 5). Deste modo, reforçam, esta obra segue a vontade de se ver representada “simbolicamente essa dicotomia de culturas, espécie de

⁸ Centro Cultural de Macau

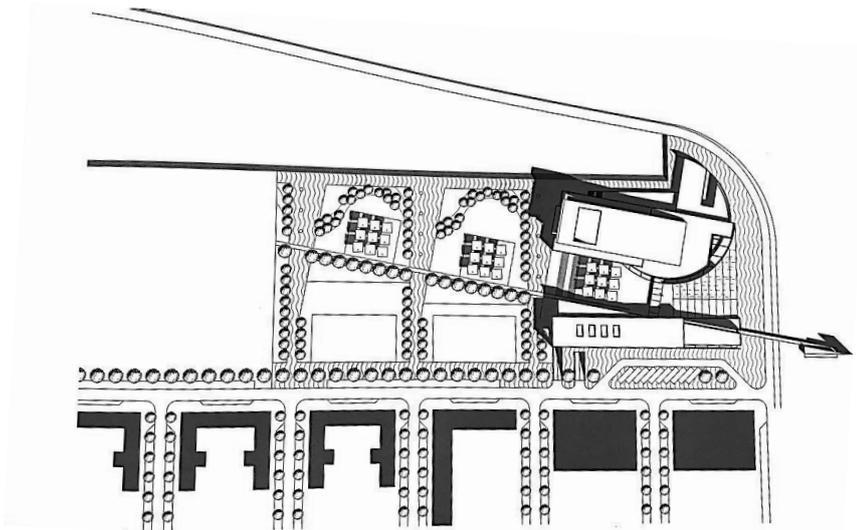


Figura 34 - Planta Geral do Complexo e a sua relação como a envolvente



Figura 35 e 36 - Espaço vazio entre edifícios, flexível quanto ao uso



Figura 37 - Uso do espaço vazio para a prática de *Tai-Chi*

tensão ou compromisso secular”(ibidem: 5), do qual a cidade se alimenta e desenvolve como um organismo híbrido.

O Complexo e a Cidade

Surgem dois corpos volumétricos fortes, esse facto deve-se ao princípio da representação de uma “dicotomia arquitectónica” (ibidem: 6) que pretende demonstrar também ela a convivência das duas culturas. Ao nível programático obteve-se um corpo, mais simples e linear, dedicado ao conteúdo museológico e, outro comparativamente mais complexo, que recebe os auditórios e outros espaços de espetáculo.

Relativamente ao primeiro, delimita a frente de rua assim como o próprio enquadramento e contém a função de receção que nos aproxima com maior fluidez dos espaços de exposição. Esta aproximação apenas fora possível com a definição da implantação, algo que se verifica com o paralelismo das duas ruas adjacentes às quais é alinhada a entrada o que lhe atribui destaque e ajuda não só na sua percepção como no desenho urbano. Depois deste *layer*, outros se sucedem e são de realçar, nomeadamente, o edifício que recebeu os auditórios e a própria cobertura metálica curvilínea ligeira que remata o limite superior do volume conferindo-lhe uma maior monumentalidade. Impressionante é a sua plasticidade, expressão e impacto dicotómico entre uma localização ladeada por edifícios de volumetrias maciças e toscas que nos apresenta o NAPE. Aqui o edifício destaca-se com a particularidade da dinâmica vigente nesta cobertura que serve parcialmente de cobertura ao conjunto de geometrias que formam o volume total.

Ainda que as próprias volumetrias surjam em oposição, são altamente ligadas não apenas pela forma compositiva que arranja e sintetiza o território como também pela ligação física, não visível, que se encontra à cota da cave e ainda no rés-do-chão mas de forma mais inusitada. Esta disjunção/relação pode ainda ser associada à forma de simbologia representativa que encarna as duas culturas, chinesa e portuguesa, ainda que opostas, contém no seu mais profundo sentido uma ligação entre si.

Esta separação aparente permite na conceção arquitetónica diferentes resultados, “nas suas tensões internas, na sua funcionalidade, na sua relação com a envolvente urbana imediata e com o enquadramento panorâmico” (ibidem: 7). Portanto, a própria disposição volumétrica que organiza o espaço urbano, oferece-nos vantagens maiores que procuram estruturar e resolver os desafios do território e do programa com um sentido compositivo delicado. Essa delicadeza resultou também na valorização detalhada não apenas do conteúdo dos edifícios como também do espaço exterior que o recebe. O tratamento da praça pública bem conhecida e usufruída por ambas culturas, ganhou vida não apenas para anteceder entradas ou para dividir conteúdos programáticos, é por si um vazio que permite o diálogo aberto (fig.35 e 36). O acesso ao vazio entre volumetrias é possível se fazer tanto pelo lado do jardim, como na perpendicular ao eixo do mesmo depois de se atravessar a Avenida Xian Xing Hai ou, de forma cénica, pelo lado do mar com a plataforma desenhada pelos arquitetos.

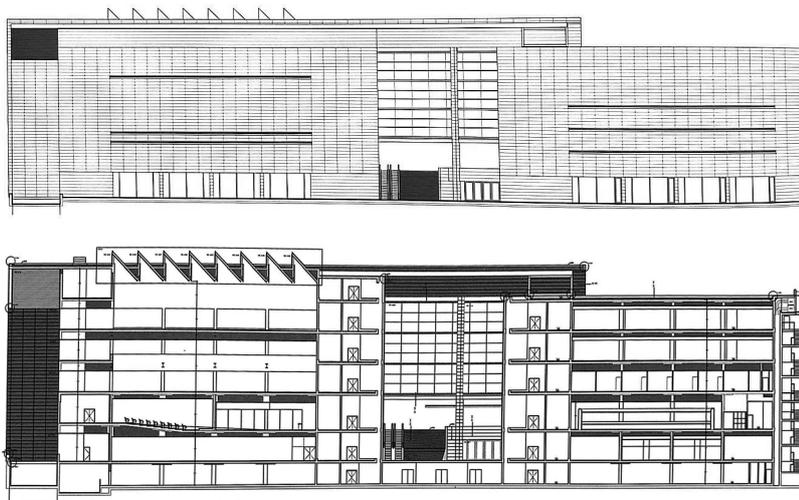


Figura 38 e 39 - Alçado poente e corte longitudinal do volume do museu

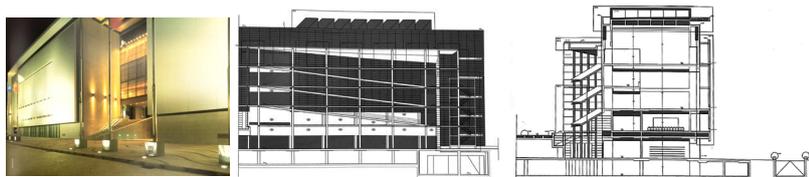


Figura 40 - Escadaria de acesso

Figura 41 e 42 - Perfil das rampas de acesso e corte transversal edifício do Museu

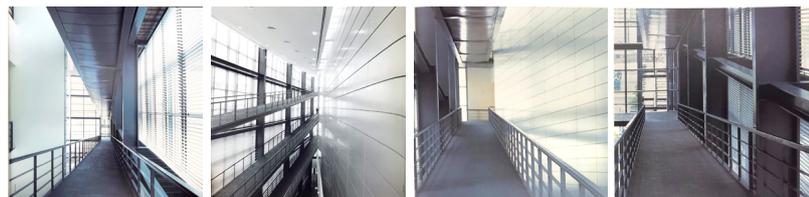


Figura 43 - Rampas de acesso



Figura 44 - Mobiliário do Museu e Auditório

Como uma *promenade* cuidada, oferece dinâmicas numa arquitetura exclusiva, inclusiva e simbólica, o resultado de união entre os dois é então a já mencionada praça que coze o espaço fechado com o aberto. Este espaço que é “vazio” de construção mas simultaneamente tão “cheio” oferece um dinamismo que se confirma, “a praça torna-se, também ela, um espaço de espectáculo humano, cultural e social” (*ibidem*: 9). De facto, é o que se sente assim que se frequenta a área, os habitantes usufruem dele como resultado de um massivo planeamento que resultou nas atividades que propicia como ainda alberga outras da criatividade dos seus utilizadores ao invés de se cingir na mera circulação. As hipóteses são imensas e deliciosas de serem observadas (fig.37).

Arquitetura e Urbanismo

A primeira visão aquando da passagem da Avenida *Xian Xing Hai*, chegando-se à perpendicular Rua de Madrid, é o perceptível acesso à praça que une os dois edifícios pela posição axial dada pela escadaria da entrada (fig.38 - 40). A frente de rua, é delimitada pelo edifício dedicado aos espaços museológicos, no qual esta escadaria é necessária para vencer a diferença de cotas entre o nível da rua e o da própria praça.

Este edifício ganha força pela sua assumida volumetria em paralelepípedo que é contrariada na sua simplicidade com o dinamismo do trabalhar e estereotomia dos materiais, da sua colocação e das sensações que transmite. Num jogo de pedra e vidro, quem o observa do lado da Avenida, assiste a uma imagem contínua oferecida pelo entalhe da pedra, rasgada pelas aberturas longitudinais presentes na fachada, esta que é interrompida pelo assinalar da escadaria com um pórtico envidraçado. Após essa passagem, o negativo se sucede na fachada, há uma troca nos materiais, o vidro é assumido como primordial, não apenas pela plasticidade mas também pelos jogos visuais que oferece.

O mesmo contém no seu interior cinco pisos, aos quais o acesso é feito por dois núcleos verticais que distribuem a circulação. Contudo, é de realçar a leveza com que uma rampa (fig. 41 - 43) junto à fachada nos guia pelo espaço expositivo como um percurso planeado com essa finalidade, mas também ele, integrante no conjunto das sensações que o volume e o seu conteúdo têm para oferecer. Para além de tudo, as peças colocadas no interior, pertencentes a arquitetos internacionais, ocidentais na sua maioria, complementam a vontade em se querer união entre culturas (fig.44):

“No “foyer” (...) foram colocados sofás de Le Corbusier, em pele e aço, mobiliário variado de Mies van der Rohe e Eileen Grey, em metal, pele e vidro, e telas de Júlio Resende, Mio Pang Fei e Luís Demée, pintor macaense que foi professor da Escola Superior de Belas Artes.” (Rangel, 2014)

A multiplicidade de programas que constitui este edifício são variadas, podendo desdobrar-se entre:

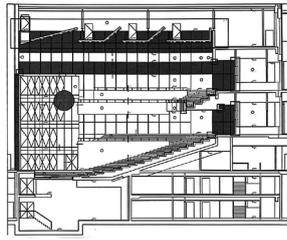


Figura 45 - Corte longitudinal



Figura 46 e 47 - Auditório principal

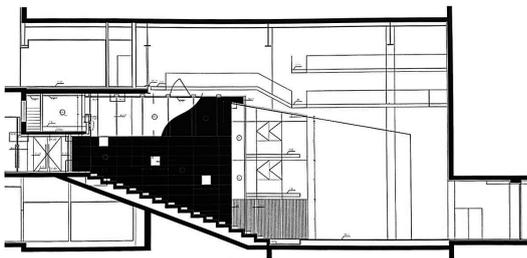


Figura 48 - Corte longitudinal

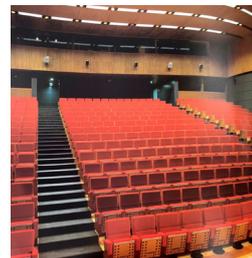


Figura 49 - Auditório secundário

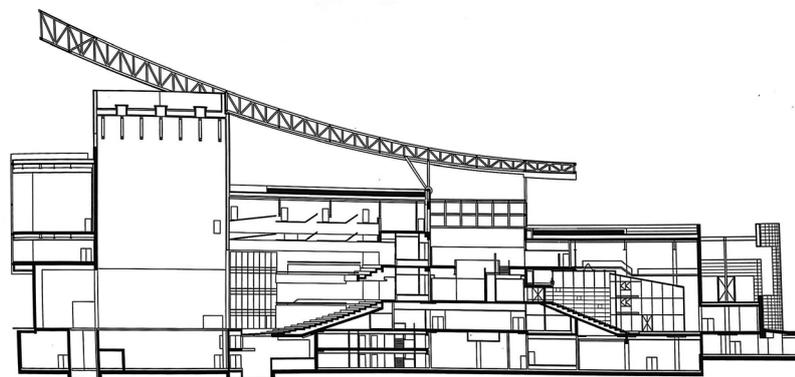
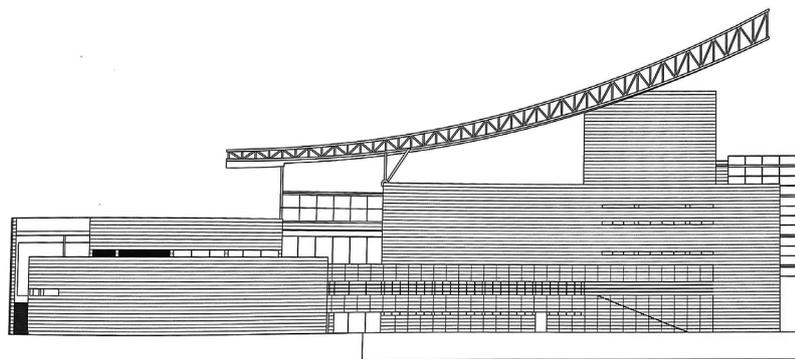


Figura 50 e 51 - Alçado nascente e corte longitudinal do edifício dos auditórios

“(…) áreas de armazéns, oficinas e lojas no piso zero; as áreas de recepção, loja do museu, cafeteria e esplanada no piso um, ao nível da praça; a área de exposições temporárias no piso dois; a área destinada ao Museu Camões no piso três; e a área do Museu da Cidade no piso quatro.” (Soares e Ó, 2000: 10-12)

Para o lado da via rápida de nome *Avenida Dr. Sun Yat-Sen*, a nascente da ala anteriormente mencionada, surge o edifício dos auditórios. Dinâmico e distinto, num jogo com o território, encontro de volumetrias e cruzamento de formas sinuosas, aparece entre a praça desenhada e a avenida, tendo como consequência a própria configuração que o terreno oferecia. Curiosamente, ainda que dinâmico, o jogo de materiais confere uma aparência mais austera no exterior, consequência, talvez, do conteúdo interior que necessita dessa clausura para conseguir funcionar eficazmente.

Assim, assiste-se à realização de dois blocos de diferentes geometrias unidos pela já mencionada ambiciosa cobertura metálica, o primeiro, ortogonal, contém em si o auditório principal (fig.45 - 47) de maior área, e o segundo, semi-circular, que contém um auditório menor (fig.48 e 49), tendo na junção dos dois outras dependências necessárias como salas de conferência e de apoio, espaços de restauração, sanitários entre outros.

Relativamente à união invisível entre a massa expositiva, referida previamente, e esta última que se tem vindo a apresentar, está nada mais nada menos do que um espaço de estacionamento que serve o conjunto assim como todas as instalações mecânicas necessárias ao funcionamento de ambos. Avançando em altura, o primeiro piso reflete a mesma ideia do edifício museu, com os serviços para o público virados para o seu exterior algo que permite assim um reforço desta relação público/privado, aberto/fechado. Também aqui, sendo de realçar especialmente, são abertas as importantes áreas de apoio ao palco, indo-se desde palcos laterais, oficinas, espaço abaixo do nível do palco para a orquestra, salas de ensaio e outras dependências de apoio ao espectáculo e a quem o pratica.

O *foyer* que surge da entrada principal distribui toda a circulação de quem acede às plateias, salas de conferências e, à impressionante vista que surge do horizonte do terraço do restaurante. Daqui, pode se chegar ao piso dois através de uma imponente escada ou com o apoio de um elevador, chegando a outro *foyer* do qual surge um bar e terraço com vista para o lado da praça, encimado pela cobertura metálica. Esta última cobre parcialmente o edifício, contudo, permite a execução de eventos a “céu aberto” com uma forte componente cénica que oferece o pano de fundo do *skyline* macaense.

O auditório principal é impressionante, uma obra de grande envergadura que apelou a um cuidado especial não apenas no desenho do espaço com todos os seus requisitos como pelo tratamento acústico que revê em si a combinação das duas culturas. Esta combinação advém da ópera chinesa, a qual apela a necessidades acústicas especiais para que os níveis

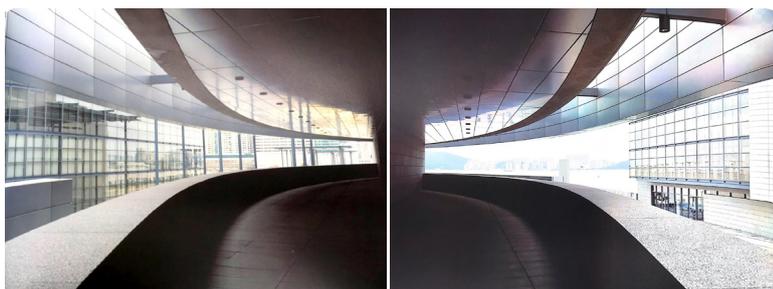


Figura 52 e 53 - Vistas do edifício do auditório



Figura 54 - Vista do jardim

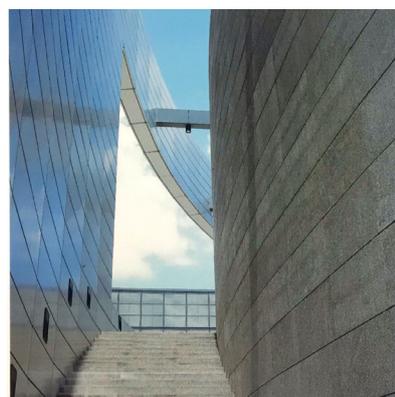


Figura 55 e 56 - Vista exterior



Figura 57 e 58 - Calçada portuguesa utilizada no exterior

de decibéis agudos sejam igualmente e equilibradamente distribuídos pela sala. Claro, a tudo isto somam-se imensos tratamentos como: os tetos; configuração da plateia que recebe novecentos lugares e do balcão com trezentos lugares; iluminação da própria sala; paleta de cor. Enfim, nos mais ínfimos pormenores de forma a se poder dar abrigo aos mais variados tipos de sonoridades e espetáculos.

O Exterior

O exterior do complexo dialoga com a volumetria que envolve o interior, reforço desta relação está no tratamento dos diferentes elementos como materiais escolhidos para pavimentos e mobiliário urbano. Privilegiou-se a sua plasticidade e textura conferindo uma soma singular juntamente com composições paisagísticas, a escolha criteriosa das espécies de vegetação, conjuntos escultóricos e outros arranjos.

O exterior é uma componente integrante do programa geral, contudo, ele próprio atribui conteúdos programáticos à generalidade anteriormente mencionada. Aparece como passível de se declarar simultaneamente um jardim, espaço contemplativo, ou, funcional, uma ligação que cose o complexo à envolvente como uma *promenade* na qual abundam elementos, dos quais:

“(...)várias pérgolas metálicas, sobre caminhos pedonais, canteiros, árvores, arbustos e lagos com fundo em seixo rolado, foi colocado um muito apreciado conjunto escultórico de João Cutileiro, em mármore negro de Estremoz, e, ao longo do passeio, em calçada portuguesa, da avenida que conduz à fachada principal, ficaram pequenos reservatórios com jogos de água, luz e cor.” (Rangel, 2014)

Esta funcionalidade está explícita na *vida* que se pode observar, no usufruto do espaço. Rapidamente se transforma toda e qualquer área tanto numa ligação com as atividades culturais do Centro apoiando-o, como na adaptabilidade por parte do utilizador em servir-se dele a seu gosto. Este vínculo comprova a versatilidade e genialidade da composição arquitetónica, esta integra em si essa faceta e conjuga não apenas esta soma de elementos e facilidades como está impregnada a simbologia de duas culturas.

Neste espaço no qual o céu é a cobertura, essa simbologia foi atribuída na disposição espacial, que se escolhe em continuidade a sul, para o Rio das Pérolas, e a norte para o parque. Da primeira, resta a ligação pelo elemento da água que aumenta não só uma relação dinâmica como simbólica, “uma vez que o Rio representa um conjunto de tradições que determinaram a génese de Macau.” (Soares e Ó, 2000: 24) Em continuidade com esta representação metafórica celebrativa da união destas duas culturas, também é relevante mencionar a escolha minuciosa da vegetação que compõe o terreno. São escolhidas espécies dali pertencentes, pois a Natureza essa, dificulta o processo de migração de uma espécie que não consegue contrariar as suas origens. Assim, surge a escolha da Acácia rubra (*Dolonix regia*)

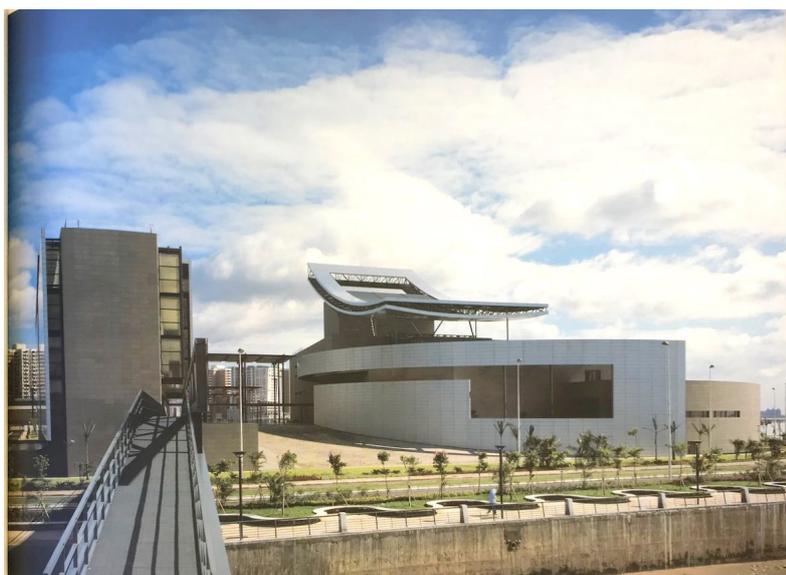


Figura 59 - Vista geral do passadiço



Figura 60 e 61 - Vistas exteriores



Figura 62 e 63 - Edifício do auditório e edifício do museu

destinada a alinhamentos e, os Ficus, as Bauhinias, entre outras típicas macaenses, garantindo-se o seu bom desenvolvimento vegetativo (*ibidem*: 24).

Como acima mencionado, o conjunto escultórico de João Cutileiro é extremamente apreciado e representativo, primeiro porque traz um tipo de pedra mármore de Estremoz como suporte da sua obra, depois porque a temática tem que ver com o processo de “descobrimto” do território. Também é apreciado porque traduz em si mais uma importação ocidental para o complexo, unindo mais uma vez esta alegórica forma de representar a relação cultural existente em Macau. Para além disso, o pavimento (fig.57 e 58) que remata todo o arranjo é de inegável relação com a influência portuguesa. A calçada não desmente essa simbiose, contudo, mostra mais uma vez a fusão de culturas, pois apesar de característica portuguesa, ela também contém elementos chineses locais, isto é, a forma de uso é a mesma, contudo integra padrões distintos dos tradicionalmente usados em Portugal.

Porém, será indispensável mencionar a materialidade escolhida para rematar toda esta ideia e consequentes somas de elementos que constituem este complexo. Assim, será também indispensável dar-se continuidade no discurso sobre o uso da calçada tão genuinamente portuguesa, patente um pouco por todo o território, facilmente confundível com Lisboa ou outra qualquer cidade portuguesa. Esta escolha, segundo os arquitetos, adveio de duas questões, a primeira, pelo efeito estético, a segunda, pela durabilidade e relação entre custo qualidade (*ibidem*: 26).

Depois, ainda dentro da materialidade, a que serve de pele aos edifícios é o granito, um material que assume forma também em lajetas rugosas que delimitam o uso da calçada no pavimento, rampa e faixas nesta *promenade*. Surgem assim efeitos dinâmicos quando unidas com a água reforçando mais uma vez a sua plasticidade. O contraste também prevalece, e é vigoroso não apenas pela dicotomia cultural, como pelo uso dos materiais e ainda os jogos de luz/sombra. Neste lugar, a luz é maioritariamente indireta, e segundo os próprios arquitetos, ela fora conseguida através da luz que o interior emana para o exterior e na luz artificial embutida nos pavimentos que também suporta o desenho planeado reforçando-o durante a noite (*ibidem*: 27).

Além de tudo isto, verificando mais uma vez a soma das especificidades arquitetónicas que em conjunto permitiram o resultado que hoje se observa. Uma destas especificidades que se fala agora, fora o tratamento acústico do edifício, predominantemente do que alberga os auditórios. Sendo a localização complicada, ladeado por avenidas e ruas cujo ruído chega a valores excessivos cerca de 75 a 80dBA, havia que dar-lhe uma atenção especial na resolução dessa problemática (*ibidem*: 65). Esta condicionante fez com que se valorizasse o tratamento acústico com o uso de soluções que integrassem materiais como lajes de betão e paredes de alvenaria dupla, vidros duplos com caixa de ar de 12mm, reduzindo-se a incidência de som ficando-se abaixo dos 60 dBA e, também, protegendo de dentro para fora, os edifícios que se desenvolvem exteriormente (*ibidem*: 65).



Figura 64 - Layers que compõem a cidade de Macau, o Grand Lisboa ao fundo



Figura 65 - Hotel Casino Lisboa nos anos 70

O núcleo Lisboa: Hotel Casino Lisboa e *Grand Lisboa*

Arquitetos Dennis Lau & Chun Man

Ainda que a legalização do jogo apenas se tenha dado em 2001 e aplicada em 2002, em 1962 a STDM ganha o “enclave da concessão do monopólio dos casinos” (Serra e Silva, 2015: 27) representada por Stanley Ho. Com este triunfo, Stanley Ho apressa-se em representar esta vitória, celebrando-a com o erguer do “primeiro” casino de Macau ainda sob a administração portuguesa, o Hotel Casino Lisboa pois se “(...) D. Manuel fundou o ‘manuelino’ como corpo da sua propaganda régia em Portugal e no mundo, Stanley Ho fundou o Lisboa como coroa daquilo que planeava para Macau no quadro asiático. Um quadro maior que o mundo.” (*ibidem*: 29-31) Embora não sendo o único, fora sem dúvida o mais representativo e no qual se demarca a introdução monopolista dos jogos ditos “ocidentais” altamente rentáveis e atraentes.

Com este ícone a surgir na paisagem macaense, outras iniciativas se sucederam de forma a atrair visitantes, sobretudo de Hong Kong que vinham de *jetfoil*, entre essas iniciativas de conquista turística estavam as indústrias hoteleira e de transportes que reforçavam essa vontade em se querer “vender” Macau.

Importa referir esta construção pelo inúmero interesse que fez despertar em investidores, assim, dá-se força aos anteriormente mencionados aterros, que permitiram que as zonas adjacentes ao marco do Casino Lisboa crescesse, densificasse e alterasse a morfologia da cidade.

Inaugurado em 1970 imprime em Macau uma imagem de um edifício imponente, destoante, que marcava não apenas uma vontade e atitude da STDM, como o próprio rumo da história da cidade (fig.65). Desta forma, como icónico e de charneira dos mais variados aspectos, o Hotel Casino Lisboa, ocupava posição privilegiada, arquitetonicamente falando, uma posição simultaneamente “metafórica e pós-moderna” (*ibidem*: 29)

Na linha da frente da península, a eixo com a principal rua de Macau, a imponência dialogava com o mar e toda a envolvente, relações visuais e territoriais não antes vistas,

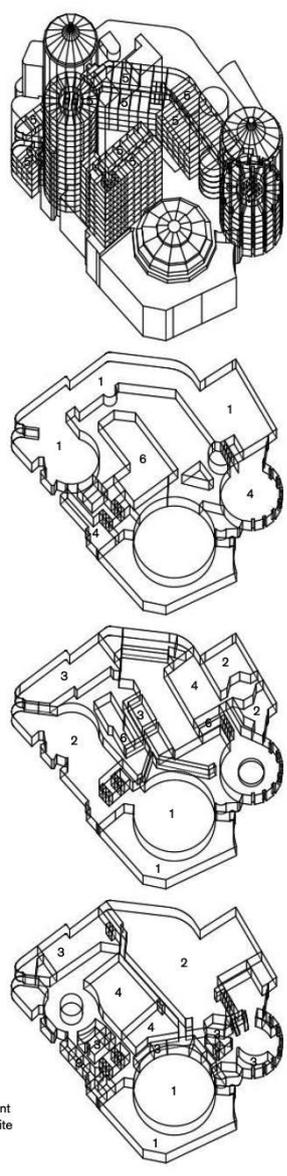


Figura 66 - Conteúdo programático do Hotel Casino Lisboa

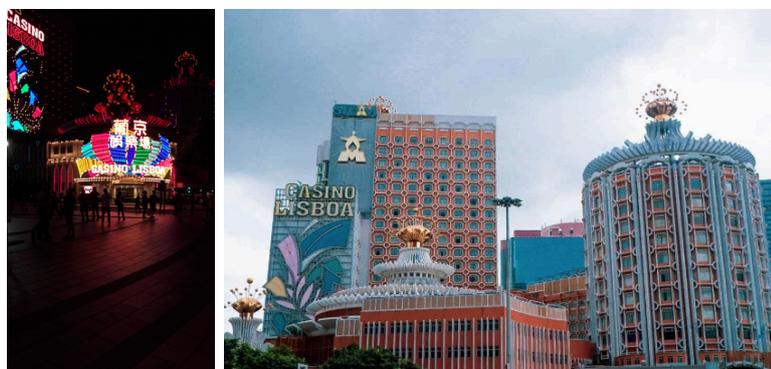


Figura 67 e 68 - Hotel Casino Lisboa em 2017

sendo na opinião de José Maneiras “(...) demais para aquilo que havia na época. Chegava-se à Penha, olhava-se para a Baía e via-se ali um monstro, que visualmente quase fazia concorrência à colina da Guia (...)” (Lages citado por Serra e Silva, 2015:29)

Apesar da posição privilegiada e da afirmação que claramente procurava, o Lisboa não serve aqui apenas como apoio ao contexto do seu posterior vizinho Grand Lisboa. O próprio dialogava numa época de permanência a afirmação ocidental no território e, viu-se, a integrar discursos estilísticos e metáforas relativas à relação com a cultura contrária, a cultura chinesa. Assim, esses elementos podem ser vistos, ainda que diretamente ligados a uma intenção, o jogo, também na própria concepção espacial, morfológica, topológica e decorativa. Primeiramente, o *Feng Shui* é de se mencionar como a grande motivação que gere as linhas do desenho arquitetónico. Altamente seguido pela cultura chinesa desde o exterior do edifício à composição interior, reforça o iconismo e significado para as gentes locais e visitantes, maioritariamente, de uma sociedade chinesa de elite.

Anos passaram, e na década de 70 outras reformas foram levadas a cabo. Uma ampla renovação urbana “outras volumetrias, mais urbanidade e cosmopolitismo” (Fernandes, 1998: 86) acontecia em Macau, enquanto que em Portugal outro tipo de revolução, a democrática em 1974, na qual se discutiu o destino da gestão da última colónia portuguesa e se propôs “o retorno da colónia à mainland” (Serra e Silva, 2015: 31). Treze anos depois assinava-se a Declaração Conjunta oficializando o processo de transferência da Administração de Macau de Portugal para a China em 1999 suportada pelo “Um País, Dois Sistemas” que lhe concedia o título de Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Assim, Macau voltava à terra-mãe a 20 de Dezembro de 1999. Com uma crise económica que assolou parte dos países asiáticos até 1997, foi algo que se viria a contrariar em Macau logo após o retorno à *mainland* com o aumento rápido de visitantes que fez crescer consideravelmente a economia do jogo e do comércio fazendo com que Pequim abortasse o plano de pôr fim às concessões.

O ano de 2002 fora determinante no que toca à declaração da liberação do jogo decidindo se distribuir apenas três licenças de jogo tendo sido concedidas uma, à STDM de Stanley Ho, outra a *Galaxy Paradise S.A.* de Hong Kong e a última a investidores estrangeiros da *Wynn Resorts (Macau) S.A.* de Las Vegas. Mais investidores aspiravam a concessão destas licenças, então a forma encontrada foi uma política de subconcessões que resultaram em mais três arranjos, o *MGM Grand (Macau)* outorgada à SJM, o *Venetian Macau S.A.* à *Galaxy Macau* e, por fim, a *Melco Crown Entertainment* à *Wynn Resorts*.

A mudança é o mote que promove esta fase de transferência, e com ela há que referir o “antes” destes *gambling spaces* pelo protagonista Hotel Casino Lisboa. No seu interior, introvertido, acanhado e até mesmo sufocante pela cêrcea baixa, demonstra as alterações que se assistem no seguimento das influências e inovações estrangeiras nos casinos do território. O contraste entre o conceito de um utilizador americano e chinês está sobretudo na forma



Figura 69 - Sands Macao visto do jet foil



Figura 70 e 71 - Grand Lisboa é possível ser visto de praticamente todos os lados

como encara o jogo e os espaços não apenas do jogo como todo o sistema à sua volta. O primeiro procura acima de tudo o divertimento, o segundo, encara o *gambling* com seriedade como se fosse um trabalho “a verdadeira expressão máquina vs. máquina” (Serra e Silva, 2015 :43), também relacionável com uma concepção de América liberal e China comunista.

Esta dissonância entre utilizadores refletia-se nos seus espaços, com as primeiras salas de jogo do antigo Lisboa vemos que o foco é o jogo, com a introdução do grandioso *Sands Macao* (fig.69) em 2003, após o apogeu das negociações entre as líderes concessionárias, o jogo é o foco mas suportado por outro tipo de jogo, o da intenção de oferecer um produto consumível atrativo não apenas a *gamblers* como a famílias e outros. Assim, o plano do NAPE via-se invadido por este enorme complexo cujos néons vermelhos gritam de longe mal o *jetfoil* se aproxima de terra firme. O *Sands* trouxe consigo uma abordagem pioneira, as intenções americanas baseavam-se em construir “*something big, bold and beautiful*” (*ibidem*:43) e cumpriram-no. Porém, dessas intenções fica preeminentemente a relação com o exterior através de uma enorme janela do espaço de escala monumental frequentado por inúmeros *gamblers*. O povo chinês via-se nesta época com uma determinada aversão a todas estas inovações, contudo, facilmente a adaptação foi feita e o gosto pelo que é novo e diferente também se foi apurando permitindo “olhar de outra forma as fobias da sua cultura” (*ibidem*:47). Portanto também na espacialidade dos casinos, o choque de culturas foi inevitável, contudo uma sedução, que bem seduziu e conquistou fervorosamente, revê-se também naquele “lado” do mundo.

Reuniam em Macau todas as condições para se continuar a entornar generosos e sumptuosos edifícios marcos desta nova “era” que se testemunhava na cidade. Desta maneira, desenhava-se na península, sem plano concreto, o que conhecemos como Macau Strip, o qual englobava o Sands, Wynn, Starworld, MGM e o chamado “núcleo Lisboa” (*ibidem*:49). Cada um expressa-se num monólogo que se queria diálogo, esbravejam estridentemente dissonâncias, vontades, manifestações de poder também.

Então como ficaria a SJM neste enquadramento com o seu, agora humilde e pequeno, Lisboa? Havia que se destacar, responder à inovação e “invasão” americana, claramente adorava e comprada por todos. O Grand Lisboa foi a resposta uma “espécie de farol dos novos tempos de Macau, que naturalmente disputa os céus com o Farol da Guia, o Banco da China e o edifício sede administração chinesa em Macau. É sobretudo, como acontece com a maioria dos edifícios altos do mundo: “uma manifestação de exuberância, prestígio e poder.” (Romano, 2010:76)

O Exterior

Junto ao antigo, fazendo-lhe uma considerável sombra, assenta num pódio, a jeito de pedestal, o conjunto de cinco pisos que abrigam os espaços de jogo dos quais se desenvolvem em altura outros 52 pisos para o programa do hotel. Ainda que o espaço interior seja rico e vasto, de uma decoração absurdamente rica e distinta, é a inspiração do desenho da



Figura 72, 73 e 74- Grand Lisboa é possível ser visto de praticamente todos os lados



Figura 75 e 76 - Grand Lisboa de dia e de noite



Figura 78 e 79 - As "bocas de tubarão" que assinalam as entradas

volumetria que cumpre com o objetivo principal, uma afirmação perante a “apropriação” americana. O Grand Lisboa transpira afirmação e vê-se de toda a cidade, um icónico edifício com uma icónica presença, é também ele o “famoso Elvis de Macau” (Figueira, 2015: 159).

Mais do que edifícios, complexos, casinos/hotéis/shoppings, como lhes queiram chamar, não é de todo a simbologia da marca representativa da concessão que domina, a individualidade e unicidade da própria imagem arquitetónica em Macau. Cada uma “da sua nação”, faz de si um lugar paradoxal no qual “o casino exerce o seu poder sobre a cidade” (Serra e Silva, 2015:63) pois a “primeira função do casino é marcar o território como anúncio de si próprio”(Figueira, 2015: 150). Deste modo, observa-se uma distância clara entre a escala preexistente, não apenas do território como dos edifícios circundantes, com isso, sofre todo e qualquer canto, confirmando o paradoxo de ser uma cidade cuja área é pequena mas recebe a maior quantidade e os maiores casinos do mundo. Macau é então condicionada pela “superabundância de acontecimentos que se sobrepõem e (des)caracterizam a identidade urbana, cultural e social da cidade.” (Serra e Silva, 2015 :63)

De perto, o Grand Lisboa situa-se de frente virada para sul, na continuidade da Avenida Almeida Ribeiro, lado a lado com o antigo impactante Lisboa no qual “se mimetiza uma gaiola chinesa” (Romano,2010: 76). Este, ainda mais impactante exhibe uma volumetria diferenciada, discrepante até. Há quem refira inspirações das mais diferentes ordens: a primeira, uma figuração de Carmen Miranda num edifício; a segunda, bem ao gosto chinês, uma flor de lótus “associada pela cultura chinesa à prosperidade e à sorte” (*ibidem*: 76) que já remetia à configuração da península antes de receber os aterros; e por fim, para muitos acrílicos ou leigos, um mero ananás no centro do *skyline* que se vê de todo o lado.

O que é certo, é que esse “ananás” ajudava como símbolo da cidade, maior em escala e proporção, no reconhecimento de uma zona, uma direção, facilita no discurso da cidade, nos pontos de encontro. Não havia dia em Macau, nas primeiras horas de reconhecimento da cidade em que não se combinasse algo nas suas redondezas. Primeiro pela facilidade de o encontrar no meio de toda a selva construída, e depois porque a posição estratégica não foi determinada à toa, fica junto de um dos principais eixos de distribuição na cidade, quer para o lado da península, quer para se seguir em direção a Taipa e Coloane.

Ora, claramente fora uma implantação intencional, assim como fora intencional abrir uma outra praça na entrada como recepção, recolha e largada de *gamblers* e outros visitantes após a recruta de um exército de sistemas de mobilidade urbana, os conhecidos *shuttles*. Estes dirigem, sem distrações e plenas de comodismo, estas pessoas à porta do casino. Logo aqui, ao falar na implantação do edifício, ainda que a intenção primordial tenha sido uma “superação” da “invasão” americana, há uma forte integração da cultura chinesa, de uma certa superstição que a bem caracteriza. Deste modo, o *feng shui* ganha materialidade, as costas do Grand Lisboa viram-se para o monte, a frente, para a água, há uma combinação equilibra-



Figura 80, 81 e 82 - Um dos arcos conopiais; vista para a Fachada de S.Paulo; vista da Fachada de S.Paulo (da esquerda para a direita)

da ditada pelas regras do *feng shui* que jogam pela boa energia e não só. A associação a um determinado empirismo acerca desta filosofia milenar, não se faz sentir quando entendida. Nada mais nada menos, trata-se de tudo o que acompanha o processo de aprendizagem na arquitetura, nomeadamente, a ação dos elementos água, fogo, ar e terra procura a sua aplicação ao encontro da harmonia. Assim, o Grand Lisboa está a responder com equilíbrio ao ser implantado a favor da ventilação, do território, com relação com a água, e com a luz solar.

Também, e porque não se poderia deixar de mencionar os conceitos supersticiosos, a relação com a água é simultaneamente uma relação com o dinheiro, e no caso deste casino, a ponte traz essa fortuna e atrai o “peixe”, isto é, os *gamblers*, na sua rede de pesca ou através dos predadores figurados nas entradas como bocas de tubarão (fig.78 e 79). De facto, há a crença de que, intencionalmente ou não, a entrada e cobertura se assemelhe a redes com iscos projectados nos candelabros dourados, é uma forma de atração e prisão na concepção do *feng shui*.

Por fora, o Grand Lisboa brilha de noite e de dia, de noite como um caleidoscópio, de dia, com o ferro e vidro que caracterizam a sua arquitetura e oferecem uma *patine* dourada como se fosse o ouro da própria cidade a reluzir entre a selva arquitetónica. De noite, sem o Grand Lisboa seria estranho não se observar as fortes projeções que quase não fazem necessitar de uma lua maior e mais próxima ou de umas estrelas que dificilmente cintilam entre a névoa, ele brilha e ilumina sem interrupções. O letreiro exhibe o seu nome, nome esse que também de acordo com o *feng shui* deveria ser alterado para “Ouro Lisboa” (Pina, 2006), pois traria maior ventura, o que de facto não se observa como um problema, a ventura parece enorme e inacabável. Mas um pormenor que realmente intriga situa-se no exterior, nas traseiras, três arcos conopiais estilizados (fig.80) marcam as entradas para estacionamento, *staff* e espaços de manutenção, sendo o seu interior uma incógnita pois encontra-se vigiado por seguranças entre turnos noturnos e diurnos. Estes arcos remetem subitamente “à entrada de uma catedral gótica” (Vizeu Pinheiro, 2017), será portanto também uma intenção de “catedralizar” o Grand Lisboa? Ou uma atitude em conformidade com o desejo de se querer solta das amarras “ocidentais” já que esse pormenor fora colocado nas traseiras? Ou simplesmente um pormenor de desenho colocado para combater a compaticidade do bloco onde assenta a flor de lótus?

De facto, ao pedir a um indivíduo que descreva Macau, ou então, perguntar o que lhe ocorre à memória em primeiro lugar resulta maioritariamente num curto discurso sobre duas coisas: o Grand Lisboa e a fachada-ruína da antiga Catedral de São Paulo (fig.81 e 82). O primeiro pois domina o *skyline* e acrescenta a sua configuração de tal forma distinta que nunca passará despercebido e, o segundo, porque possui quase tantos anos quantos a cidade pode contar. Neste sentido, entende-se que a colocação dos dois edifícios no discurso é sempre em pé de igualdade, portanto, a imponência do resultado arquitetónico que é o novo Lisboa atropela completamente uma fachada com mais de 400 anos de história. É possível



Figura 83 - Teto do Foyer

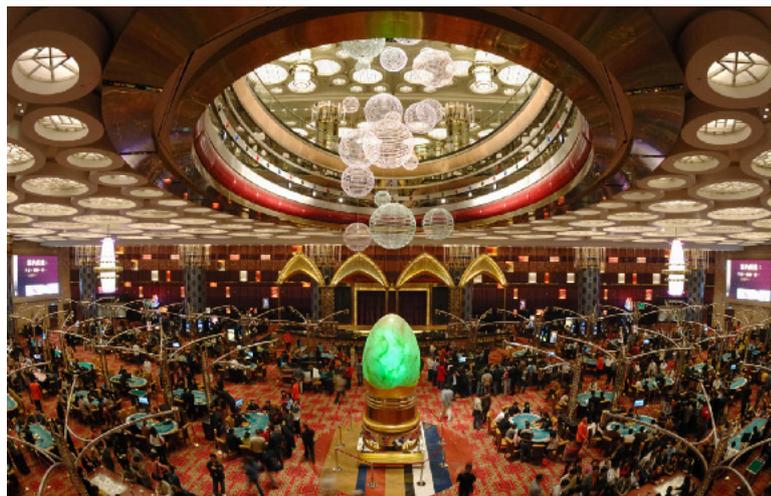


Figura 84 e 85 - No foyer, ao fundo, algumas peças valiosas expostas; o primeiro piso da sala de *mass gaming* (de cima para baixo)

agora dizer que, depois das palavras de Carla Figueiredo (2017) que referenciam a cidade de Macau como uma “perfeita convivência entre diferentes crenças, sendo as mais notáveis pelo número de seguidores, o cristianismo, budismo, taoísmo, confucionismo e, como costumamos dizer aqui, o jogo (os casinos)” fazem do Grand Lisboa uma catedral dessa tão conhecida nova religião macaense: o jogo?

O Interior

O interior é a continuidade do soberbo colocado em diferentes escalas, do menor pormenor material à espacialidade imponente oferecida. As palavras de ordem vão de encontro mais uma vez à vontade chinesa, do luxo, ostentação, é-se subitamente hipnotizado na praça que antecede a entrada, contudo, algo diferente se sucede quando no seu interior. Curiosamente o *hall* de recepção é, dentro dos possíveis, mais sóbrio, mas num nível de sobriedade excêntrica, contrário ao alarido que grita o exterior quer pela volumetria e escala, quer pela materialidade e combinação com os néons.

Amplamente e rico ostenta dentro de si elementos diversos desde objetos a revestimentos numa contribuição recíproca na tanto na representação do “tipicamente *made in China*” (Serra e Silva, 2015 :93) como a sua vontade em querer “superar” com grande alarde e pompa, não havendo espaço para dúvida. Exibicionista e hiperbólico liberta-se da inspiração expansionista ultramarina portuguesa patente no antigo Lisboa para dar lugar a “temáticas exclusivamente chinesas” (*ibidem*:93). Estas são enunciadas por uma vastidão de pormenores que vão desde o posicionamento de tudo, pelos mandamentos da harmonia do *feng shui*, à superstição e aos hiper-atrativos elementos. O requinte preenche o olhar do visitante e a decoração preenche esse requinte, a escolha de mármore padronizados para o chão, acabamentos dourados e prateados revestem parte do fuste das colunas estruturais assim como desenham-lhe um capitel próprio reclamando um estilo só dali. A fachada é envidraçada, deixando penetrar a luminosidade natural exterior durante o dia e, os brilhos neonizados durante a noite, um efeito de facto psicadélico. Reflete também o brilho da suavidade do mármore coberto por um teto trabalhado também ele de forma exclusiva com grandes e pequenos círculos, uma forma muito a jeito chinês, cujo centro possui uma reinterpretação dos trabalhos de madeira utilizados nas portas, portadas e outros móveis de uma clara intenção celebrativa estilística chinesa (fig.83).

Para além de tudo isto e muito mais, ficando sem fôlego ao descrever, acrescentem-se os gigantes vasos que ladeiam a dourada peça da flor de lótus a eixo com a entrada, entre muitos outros que se repetem pelo espaço, sendo impressionante o conjunto de esculturas da coleção privada de Stanley Ho, que conferem um estado de “museu” àquela entrada. Normalmente seria apenas uma entrada mas neste caso é o primeiro palco de todo o espetáculo, então o investimento com intenção de impressionar é primordial. De entre as peças escultóricas salienta-se a presença de conjuntos que retratam cenas míticas, naturalistas, figurativas da vida chinesa, de ouro, marfim, cobre e pedras preciosas como o tão adorado

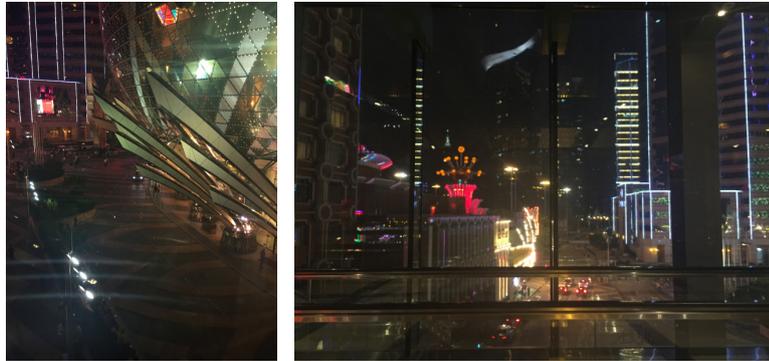


Figura 86 e 87 - Vista noturna do passadiço

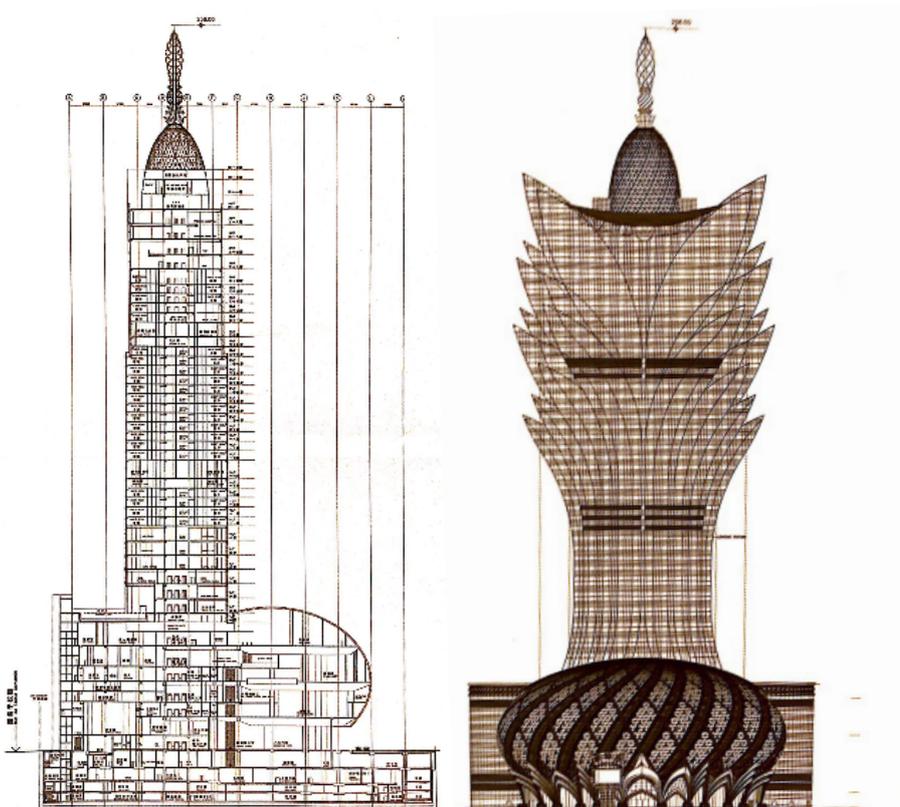


Figura 88 e 89 - Corte transversal e alçado poente

jade. Também é de destacar a presença do diamante de 218 quilates uma aquisição mais recente e a cabeça de um cavalo em bronze da dinastia Qing pertencente ao Palácio de Verão de *Haiyantang*, ainda possível de ser vista no *hall* de entrada antes de ser recolhida para a *mainland* como prova do patriotismo de Stanley Ho.

Ainda que pudéssemos ficar presos num *loop* infinito na imensidão de pormenores que compõem esta área, prosseguindo para o espaço do casino propriamente dito correspondente aos cinco pisos que se desenvolvem desde o rés-do-chão ao topo da quase esfera na qual assenta a flor de lótus, outro *loop* infinito suga-nos no seu interior. Faltam as palavras para conseguir descrever uma experiência dentro de um casino com a complexidade oferecida pelo do *Grand Lisboa*, claro que depois de visitar outros construídos posteriormente no Cotai, a sensação é quase de outro tempo ou então uma consequência do espaço possível de se construir na península em relação à espacialidade oferecida pelo vasto aterro.

Um pouco sufocante, por tudo a acontecer, pelo banho de multidão que ferozmente faz as suas apostas, carrega sucessivamente o *start* da *slot machines*, colocando-lhe moeda atrás de moeda. O *gambler* chinês que cobre a mesa da roleta com suor na sorte, o *dealer* que convida mesa após mesa a jogar, luzes, sons estridentes altamente viciantes. A senhora que oferece "*coffee or tea*" num carrinho prateado, tudo num movimento estonteante semelhante a uma dança coordenada. Fica-se às voltas, depois até um pouco indisposto, desorientado, chegando à perda de sentido próprio de tão imersos que nos obrigam a viver aquele momento, aquele espaço, sendo a descrição de Jorge Figueira (2015) exímia:

“O caminhar é sonambólico. É claro que há sempre distúrbios, saídas incongruências, como num sonho. Mas a estratégia é que nunca se saia dali, como num pesadelo. O real surge como um eco distante, cada vez mais distante, distorcido, multiplicado, miniaturizado; às vezes a experiência transforma-se em pura fantasia como no clímax de um sono.” (p.152-153)

Mais uma vez a riqueza espalha-se por todos os pormenores, do primeiro ao último piso, da cómoda carpete aos candelabros que se assemelham a peças escultóricas penduradas no teto e, olhando-se para cima, o *big brother* ganha vida pelas imensas câmeras colocadas que controlam cada movimento. Sapos da fortuna que nadam em moedas de ouro, um ovo da prosperidade brilha (fig.85) no centro do primeiro piso, em frente fica o palco de espetáculos lado a lado com o bar e a zona onde se troca os MOP pelos HKD. Daqui é impossível não se deixar surpreender pelo pé-direito duplo proporcionado pela abertura elíptica que configura o piso superior. Neste, as intenções repetem-se, "fogo-de-artifício" rebenta aos nossos olhos novamente, é mais uma sala de *mass gaming* ladeada por outras VIP às quais não se tem acesso. Também é impossível não se impressionar pela passagem/ponte envidraçada (fig.86 e 87) de ligação ao antigo Lisboa, uma relação física que transforma o conjunto num núcleo, sendo de noite uma vista banhada nas cores das luzes dos dois casinos. Pára-se por

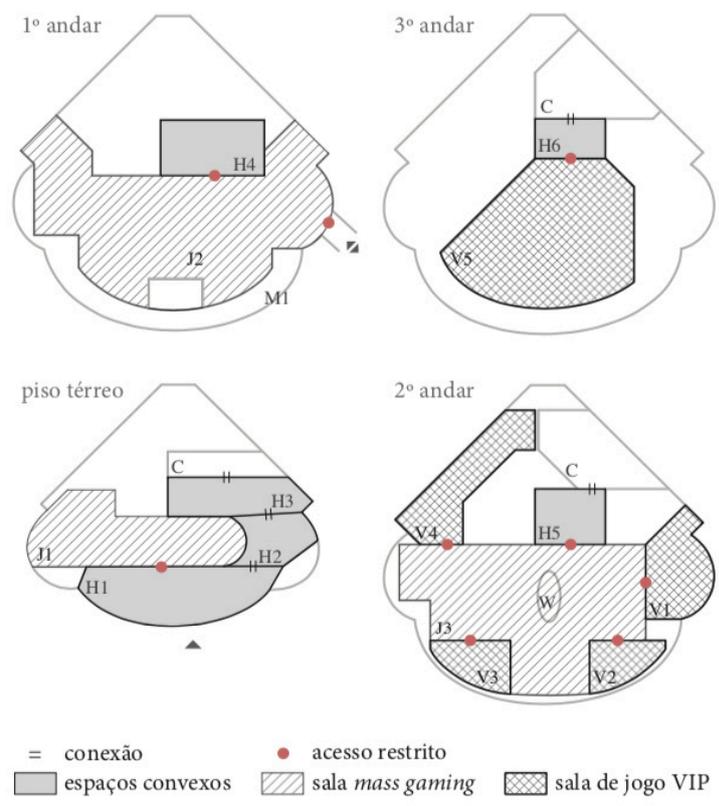


Figura 90 - Diagrama de relações inter-espaciais de Rita Serra e Silva (2015)

aqui no edifício, tanto nele como no discurso, o acesso é restrito a quem se encontra instalado no hotel ou quem frequenta as salas VIP do piso três nas quais a aposta dirige-se a *gamblers* exclusivos e não às massas.

Assim, é avaliada a partir daqui a organização do conteúdo programático que coloca este edifício em destaque perante as apostas americanas, surge uma curiosa abordagem na forma em que é vista a desenvoltura desde o primeiro ao último piso, suportando-se esta análise no estudo de Rita Serra e Silva (2015) (fig.90). Segundo a própria, numa forma de observação por oposição ou contraste, o caso do Grand Lisboa apresenta-se com duas manchas programáticas evidentes, predominam assim os espaços de jogo, desde o *mass gaming* ao exclusivo VIP, depois destes o conteúdo hoteleiro, enquanto que os espaços de consumo são deixados para segundo plano, pouco valorizados ou até inexistentes, sendo apenas visíveis restaurantes, os mais premiados da cidade (*ibidem*:113). Fazendo-se um *zoom in* neste conteúdo, a divisão é feita por pisos, sendo o sistema espacial disposto de piso para piso em altura, o que permite uma situação não labiríntica, direta, sem distrações. O primeiro contato feito é dirigido diretamente ao que interessa, ao maior propósito do edifício - o jogo - e esta disposição permite o que mais nenhum dos grandes americanos permite, um foco profundo nessa atividade, especialmente no *mass gaming*, “o que revela como o Grand Lisboa quer reter os seus jogadores naqueles espaços.” (*ibidem*:131)

Portanto, o próprio desenho arquitetónico sem malabarismos ou artimanhas dirige o visitante com objetividade ao espaço que quer valorizar não fazendo distrações ou perdas de tempo enquanto se procura/encontra algo como se pode observar no Cotai. Por exemplo, nos magnânimos *Galaxy* ou *Venetian*, o sentido de labirinto e espaço confinado sem saída e em *loop*, deixa ao visitante uma perda de noção do tempo e abstração da realidade, um verdadeiro parque de diversões onde brilha o encantamento fácil entrar e difícil sair:

“A sua função é ser maior, melhor, mais espantoso do que o rodeia. Ao erguer-se pretende apagar o que fica para trás no eventual contexto. São máquinas concentracionárias e egoístas. No limite, pretendem também apagar a vida anterior dos consumidores, injectando novas memórias.” (Figueira,2015:150)

O Grand Lisboa quer conquistar quem vem para jogar, e a própria configuração do edifício-símbolo atrai por si os milhares que o visitam, assim como goza de uma vantagem, a presença lado a lado com antigo e histórico Lisboa, conhecido não apenas naquela região como um pouco por toda a Ásia e todo o mundo do *gambling*. Em relação a este último, a autora defende que fora maioritariamente o uso do *feng shui* milenar a reger a dimensão e ordem espacial. Tudo bem até aí. Discorda-se é do argumento que dá acerca da exaltação da arquitetura em altura do *Grand Lisboa* como primazia do desenho arquitetónico. Apesar



Figura 91 - O Grand Lisboa iluminado pelas cores da bandeira nacional portuguesa no dia 10 de Junho de 2017

de notável os conceitos do *feng shui*, estão tão presentes em um edifício quanto no outro. A tensão, entre ambos, revela-se distintamente, talvez a contemporaneidade e a vontade de se declarar tenha trazido essa mesma tensão de formas distintas. Se por um lado o *Grand Lisboa* goza de um pé-direito monumental, o antigo Lisboa aprisiona qualquer um ao seu espaço, o que não significa que o primeiro não o faça também, mas com diferentes gestos. É fácil lá chegar, mas é muito difícil sair, percorre-se a área e a visão no retorno nunca é a mesma. A saída é uma incógnita que leva à preocupação de quem não está ali a jogar somente, levantando a questão “como sair daqui?” e só depois de sucessivas tentativas falhadas é que, sozinhos, encontramos o caminho.

Esta filosofia não é apenas do *Grand Lisboa*, mas sim de todos os casinos. O que distingue este último, e todos os casinos da concessionária SJM, é precisamente o foco dado ao *gambling*. Como uma religião como diria Carla Figueiredo, como um trabalho para muitos chineses que ali vão e hipnotizados olham para as fichas e os números que surgem diante dos seus olhos mas, acima de tudo, o *Grand Lisboa* era a afirmação que há muito Macau procurava sobretudo depois do *handover*.

Considerações Finais

Motivação Na *Teoria do Caos* de Edward Lorenz, o *Efeito Borboleta* é ilustrado como se assistíssemos ao bater das asas de uma borboleta num ponto do Mundo. Esse gesto, culmina de forma impactante no ponto oposto tempo depois. Tal teoria nos dias de hoje pode ser mesmo associada ao processo evolutivo do grande asiático, a China. O impacto dessa evolução, que atualmente pressiona o seu próprio território e o resto do planeta, estimula uma atenção especial virada para o país enquanto caso de estudo. Ao caminhar a passos largos para o domínio económico e militar, ainda que politicamente/socialmente questionável, esse crescimento é visível e imparável. Um forte e vincado braço de ferro chinês perante o Mundo assume hoje uma clara atitude de superação e de poder.

A visão orientalista que o Mundo tinha da China baseava-se na ideia de que esta era uma economia pequena, socialmente pobre, urbanisticamente pouco desenvolvida. Uma ideia que se viu contrária à realidade. O país provou ser muito mais do que isto, é sim um lugar cativante, caótico, sedutor, misterioso, um lugar das mais inimagináveis surpresas. Contrariamente, a China olhava para o resto do Mundo também com uma visão ocidentalista. Este era para ser superado (ou ainda é). E para ser superado necessitou de uma iniciativa que provinha da absorção dos melhores conhecimentos políticos, militares, tecnológicos entre outras áreas. O conhecimento que pudesse ser importado desencadeou no período da *Grande Aprendizagem*. Foi portanto uma troca intensa entre a China e o Mundo.

Assim, os estereótipos de um ocidente, ou um ocidentalismo, é tão lugar de contradições quanto o seu oposto orientalismo e a visão que o ocidente tinha da China. Nada mais nada menos, ambas as visões demonstram que não deve ser generalizada uma opinião sobre dois contextos tão vastos e distintos.

Problemática A propósito da fusão Ocidente/Oriente, talvez remeta para uma imposição discursar sobre a vontade que o “nós” tem em querer que o “outro” seja feito à nossa semelhança. Mas é ainda mais impositivo pretender que esse “outro”, querendo ser “nós”, não possa ter a liberdade de o fazer. A partir do momento no qual o Mundo se viu global, não há motivo

para se limitar que algo/alguém seja fiel às suas raízes ou à vontade de migrar imagens do exterior para o seu interior. O resultado único, híbrido, de uma interculturalidade e multiculturalidade sem igual formou modelos próprios, de irrefutável autenticidade. Quando cada vez mais o próprio Ocidente adquire muito da cultura oriental, é difícil dizer que o Oriente se mantém nas amarras do *ser moderno* ocidental. Não será agora uma livre escolha que culminou num estilo urbano, arquitetónico, social sem precedentes?

Posto isto, pensar em estar confinado ao seu espaço, isolado, é talvez uma atitude traiçoeira num período tão global. Se "nenhum Homem é uma ilha" como referia John Donne (1624), então parece que o Oriente e o Ocidente estão condenados a entender-se.

Na *cidade*, de uma relação disjuntiva, impositiva, desde o colonialismo, pós/neo-colonialismo, resultou então numa condenação ao entendimento pela semelhança entre ambas as partes. Assim, nos nossos dias, é possível observar a vontade em adoptar modelos representativos, capitalistas, democratas, liberais, uma atitude que expressa não apenas uma escolha, uma superação política, económica e social mas talvez, também uma alienação tal como referido anteriormente.

Essa alienação é visível no consumo de uma imagem que desperta essas representações e a forma como estas, consequentemente, se refletem nas cidades e nas suas sociedades, sendo a modernidade e a pós-modernidade, duas atitudes que deram bem o seu contributo. A *cidade*, enquanto expressão social do progresso, mostra-se no contexto contemporâneo, como um crescente pesadelo de uma sociedade em desagregação, desagregando-se entre as intenções e expectativas desse progresso.

O Ocidente e Oriente vivem hoje contextos semelhantes nesta narrativa, um resultado da "sobremodernidade" referida por Marc Augé (2004) e, recentemente por Leonardo Lippolis (2016). Sendo esta escolha/alienação uma adaptação das influências de um lado do Mundo ou da forte influência do capital e do consumo, também podem ser vistas como uma identidade própria, resultado da hibridiz cultural e das vontades que falam mais alto. Portanto, a soma de influências mútuas resultam numa nova e própria forma de se "autorepresentarem" e, gradualmente, numa exaltação resultante da "sobremodernidade".

Então se, tal como dito, ambas as partes do Mundo estão condenadas a se entender, estão sobretudo condenadas a superar as mesmas consequências de todas estas conjunturas. Ressaltando essa vontade em se querer tanto consumir uma imagem representativa, ou de facto, de se ter adotado e adaptado como uma forma própria de vida, como vai vencer a sociedade as consequências dessa escolha? De que melhor forma poderia ser dada essa solução senão através da arquitetura que veste as cidades e consequentemente as suas sociedades com as suas aspirações?

Objetivos

Tal como demonstrou o estudo feito previamente no capítulo III e, também, o património observado *in loco*, é irrefutável que em Macau a simbiose seja marcante no código

genético da cidade. A convivência é inegável. A cidade resultou numa fusão cultural única a qual reflete intemporalmente o Ocidente e o Oriente num espaço só. É então a "*mediterranean*" de Carlos Marreiros (2017). Contudo, desta interculturalidade consomem-se desenfreadamente duas ideias de ocidente. A primeira, importa ao oriental que vem visitar Macau e que entra no *Venetian* para andar de gôndola, ou passear por cenários completamente artificiais. É uma aproximação física que a maioria dos seus visitantes jamais terão sem ser nestas experiências hiper-reais extremamente lucrativas para a cidade.

A segunda, é uma ideia de ocidente que a cidade tão cuidadosamente e exclusivamente oferece. Apesar de notáveis os esforços feitos pela UNESCO em catalogar e proteger espaços arquitetónicos da cidade, esse cuidado foi maioritariamente para os edifícios portugueses e, muito pouco, para os chineses. Sem uma maior valorização do que é considerado património chinês, como é o caso dos becos, pátios, travessas e outras singulares tipologias, aumenta a ameaça ao futuro de uma cultura oriental que existe no espaço arquitetónico. Tudo isto representa muito do que o saudosista filme *Hotel Império* de Ivo Ferreira vem resgatar à realidade macaense, de uma *cidade e memória* que se fazem, pela conveniência(?), desaparecer a si próprias.

Ao estudar os casos do Centro Cultural de Macau e o Núcleo Lisboa vemos, respetivamente: uma poética simbiose do espaço cultural como "sagrado" e representativo de um lugar; uma visão poética da "religião" do *gambling* na sua afirmação e na importância para a cidade. Do CCM, a representatividade do lugar que se pretende é então a demonstração e reforço da relação simbiótica que marca Macau desde tempos longínquos. Pretende ser um marco físico do acordo entre a Portugal e China desde 1999 a 2049. As escolhas que moveram o projeto mostraram ser também uma forma de celebração mais do que intercultural, multicultural. É de reparar na volumetria do conjunto, a relação paradoxal das formas dadas pelo edifício "cartesiano" e outro mais dinâmico, a importação de materiais e técnicas, e, juntamente, os eventos que dão vida ao Centro. Estes são os ingredientes necessários para que se confirme a versatilidade, o encontro de culturas, o encontro com o *outro* através deste complexo.

Quanto ao núcleo Lisboa, mostrou-se simultaneamente como paradoxal e impositivo. Do antigo Lisboa, apesar do seu forte vínculo chinês ligado à harmonia do *feng shui*, vende uma imagem e uma escala dentro dos parâmetros portugueses que vigoravam naquele período assim como celebra as expansões ultramarinas no seu interior. Nos anos 70 também ele era um símbolo de poder, mas com o avanço dos tempos foi ficando na sombra americana. Posto isto, o seu pouco discreto vizinho Grand Lisboa traz novamente uma mensagem de superioridade, uma nova afirmação de poder. É a pérola macaense nos prados de ouro da administração chinesa mas com o nome Grand Lisboa; Lisboa, a capital portuguesa. Portanto, o antigo e novo Lisboa, mostram uma celebração da cultura portuguesa, e simultaneamente,

uma afirmação da cultura chinesa.

Ora e ainda que sem boca como a *Hello Kitty* (Figueira,2015), tanto o CCM, como o núcleo Lisboa e o contexto macaense dizem muito sobre si. Mas dizem ainda mais sobre a cidade, ela é: simbiótica, impositiva e paradoxal. Se Macau tivesse mais 3 nomes então seriam precisamente esses três. A cidade cresce sem ainda se conhecer a si própria, sem limites, sem regras, sem plano diretor deixando em aberto o próprio futuro. Contudo é notável o contributo dos arquitetos que atuam em Macau. O esforço feito por manter a memória da cidade revê-se no seu trabalho.

Metodologia

A viagem que realizei ao Oriente, quase um ano a viver em Macau e as passagens por outras cidades como Zhuhai, Hong Kong, Singapura e Kuala Lumpur, foram situações determinantes para a escrita deste trabalho. As leituras e análises teóricas, os conceitos adquiridos, as opiniões ouvidas, apenas foram possíveis de confirmar com uma vivência próxima. Sendo variáveis as interpretações que o ser humano faz de tudo, foi imprescindível uma investigação *in loco*, trouxe uma maior veracidade comprovada na primeira pessoa.

A influência dos *media* demonstrou um papel determinante na manipulação psicológica do ser humano na rapidez e facilidade com que nos apresenta o Mundo. A vivência é primordial quando se procura entender o *outro*, as realidades que na verdade são desconhecidas. Sair da Europa pela primeira vez pode moldar a forma como vemos o Mundo e, conseqüentemente, como nos vemos a nós. Deste modo, retiram-se conclusões não apenas vividas na construção desta tese, mas também na própria construção enquanto futura arquiteta, e sobretudo enquanto humana. Essa construção apenas fora possível com a *viagem* e com a exposição a um ambiente totalmente novo.

A *viagem* foi portanto o lugar da perplexidade e das dissonâncias perante a simbiose, a imposição e o paradoxo como já referido. Esses sentimentos existiram ao observar a coexistência de duas culturas tão distantes no mesmo espaço urbano, na pluralidade patente no território, na forte integração do que é chinês e do que é português resultantes numa miscigenação sem igual, num convívio que se faz longo. Essa perplexidade junta a uma observação de um resultado único e autêntico, desencadearam a reflexão que vos trago agora.

Tal como referido, foi a ferramenta de investigação mais importante deste processo. Parte desse processo fizeram sobretudo: as experiências e confrontos; divagações teóricas e práticas, pelo oriente, pela *cidade*, pelos livros ou *internet*; deambulações por Macau e cidades visitadas; aulas abertas como foi a de Carla Figueiredo; conferências como o *Revive-Relink*; *workshops* como o *Infill*; conversas abertas com professores como Maria José Freitas, Nuno Portas, Francisco Vizeu Pinheiro, Marco Imperadori e colegas na Universidade de São José.

Limitações

Três dificuldades, entre muitas outras, marcaram o desenvolvimento da investigação.

Elas foram: questões burocráticas, documentos e vistos, que não me permitiram uma maior imersão no contexto da *Mainland*; o facto de não ter qualquer domínio sobre o Mandarim ou mesmo do Cantonês, uma distância não superada pelo Inglês e, um entrave ainda maior quando a vontade era analisar fontes orientais para perceber melhor a visão do *outro*.

O facto de não me conseguir "libertar" da vivência ocidental, da aparência caucasiana e, conseqüentemente, não poder vestir a "pele" do *outro* como se fosse minha também fora uma das limitações. Das tentativas para obter uma conversa acerca da problemática Ocidente/Oriente e a forma como essa era vista pelas gentes macaenses (e não só), observou-se por duas atitudes. A primeira, *tabu* quando confrontados, a segunda, uma imparcialidade tão grande que chegava a ser cómica. O termo *laowai*, "estrangeira", "ocidental" surgiu por vezes, alguns demonstraram o seu desprazer pelo meu atrevimento. A visão negativista das influências ocidentais mostrava-se fortemente apoiada pelos mais nacionalistas. Mas a maioria levava a temática ao maior descrédito. Essa maioria detinha uma certa admiração pelo Ocidente que já conheciam ou queriam conhecer, ou então eram feitas frases cómicas sobre essa "invasão" portuguesa para minha surpresa. Não sei se por sorte, ou porque de facto é assim, a fidiúcia foi parte dominante do nosso convívio. Para além destas barreiras, considero que muitas foram superadas e resultaram numa enorme relação de compaixão, respeito e admiração mútuos, razões muito humanas que vão além de qualquer fronteira.

Expectativas

Por fim, quero acreditar que o trabalho e a sua estrutura, assim como a escolha de Macau para caso de estudo, estimule conversas e ações futuras na integração e celebração multicultural da arquitetura. Sendo a arquitetura um motor da sociedade e da sua memória, espero também que valorizem e poupem o código genético da cidade que significativamente a representa. Os becos, pátios e travessas são tipologias únicas não apenas em Macau mas no Mundo e fazem parte desse código. O papel do arquiteto é portanto primordial ao salvaguardar não apenas o espaço físico mas sobretudo a memória do lugar, da sua sociedade. Neste sentido, deixo por escrito a esperança no trabalho dos arquitetos envolvidos no *Regenerating Pátio - Study of Macao's Historical Urban Fabric* e outras iniciativas de valorização do património macaense, que estas sejam para dar continuidade.

Ciente da constante transformação da cidade, espero num futuro próximo visitar os pequenos recantos mágicos que me trouxeram tanta informação sobre o que é a verdadeira Macau e que estes o possam, no futuro, continuar a proporcionar às gerações vindouras.

Não poderia também deixar passar em branco um *Maneki Neko* que me fora carinhosamente oferecido. É o gato japonês da sorte, que fica a um canto da mesa acenando incansavelmente com o seu braço esquerdo. Este ganhou uma adaptação na sua pata que dobrada, ao olhar ocidental remete a um aceno, não sendo esse o seu simbólico e supersticioso propósito. Portanto, as influências estão por todo o lado, que se "ocidentalizámos", também fomos "orientalizados" e vice-versa. Vivemos num mundo global, e a riqueza disso está no que conseguimos obter: sociedades plurais, cidades multiculturais, edifícios híbridos. Uma melodia, talvez sonhadora e utópica.

Bibliografia

AFONSO, José da Conceição. (1999). *Macau: Uma experiência de Urbanismo Estratégico e Higienista dos Finais do Séc. XIX aos Começos do Séc. XX*. RC- Revista de Cultura. - Macau: Instituto Cultural de Macau. N. 38-39, pp. 220-247.

a **AMARO**, Ana Maria - *O mundo chinês: um longo diálogo entre culturas*, Volume I. 1 ed. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998, ISBN 972-9229-58-9

b **AMARO**, Ana Maria - *Das cabanas de palha às torres de betão - Assim nasceu Macau*. 1a edição, R. Beltrão Coelho, 1998, ISBN 972-9418-48-9 (L.O.)

c **AMARO**, Ana Maria - *Macau: O final de um ciclo de esperança*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1997, ISBN 972-9229-40-6

BROOK, D. (2009) - What Can We Learn About Mohamed Atta From His Work as a Student of Urban Planning?. [online] Disponível em:
http://www.slate.com/articles/news_and_politics/dispatches/features/2009/the_architect_of_911/what_can_we_learn_about_mohamed_atta_from_his_work_as_a_student_of_urban_planning.html?via=gdpr-consent [Consultado em 10 Jan 2019]

BURUMA, I. and **MARGALIT**, A. (2004). *Ocidentalismo : uma breve história da aversão ao Ocidente; trad. Manuel Leite*. 3rd ed. Mem Martins : Europa-América: Biblioteca das ideias. Estudos e documentos.

DOMINGUES, V. (2017). *Cultura e Património Urbanísticos de Influência Portuguesa na Ásia, 1503-1663*. Universidade de Coimbra.

FERNANDES, J. M. (1998). *Macau, entre os séculos XIX e XX: Urbanismo e infraestruturas*

de 1820 a 1920. *Macau Património II: Mútuas influências portuguesas e chinesas na arquitetura; a Revolução verde em Macau. Revista de Cultura*, no35/36, p.77-94.

FERNANDES, José Manuel; **JANEIRO**, Maria de Lurdes; **JANEIRO**, Maria João (2015), *Macau: Cidade, Território e Arquitetura*. Macau: Instituto Internacional de Macau.

FIGUEIRA, J. (2019). 2015. *Revista de História da Arte*, no 12, pp.149-159.

FIGUEIRA, J. (2019). *Jorge Figueira: Relatos da opulência e escassez: Yaoundé, Macau e Paris*. [online] Baú / Escola da Cidade. Disponível em: <http://escoladacidade.org/bau/jorge-figueira-relatos-da-opulencia-e-escassez-yaounde-macau-e-paris/> [Consultado em 1 Jul. 2019].

FIGUEIREDO, C. (2017). *Aula aberta sobre a Evolução Urbana de Macau*, Universidade de São José, Macau

FREITAS, Maria J. e Portas, N. (2017). *Infill' Workshop*. CORB. Macau

GONÇALVES, L. (2018). *Inner work is Overrated - Reflexões sobre políticas urbanísticas eurocentristas - O caso Português em Macau*. Universidade de Coimbra.

GORJÃO HENRIQUES, F. (2019). *A cidade que exhibe os seus edifícios como um desfile de chapéus*. [online] PÚBLICO. Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/12/18/mundo/noticia/a-cidade-que-exibe-os-seus-edificios-como-um-desfile-de-chapeus-1414609> [Consultado em 19 Feb. 2019].

JIN, Guoping; **WU**, Zhiliang (2007), *Revisitar os primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*. Macau: Instituto Português do Oriente; Fundação Oriente.

KING, A. (2004). *Spaces Of Global Cultures*. 1st ed. London: Routledge.

MARQUES, A. H. De Oliveira (dir.) (1998-2003), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 6 vols. Lisboa: Fundação Oriente

MASSAPINA, João Vicente (2002), "Desenvolvimento do tecido urbano da cidade de Macau: urbanismos e urbanidades", *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 3, 43-57.

MONTANER, J. and **MUXÍ**, Z. (2014). *Arquitetura e política*. 1 ed. Barcelona: Gustavo Gili.

LUSA, A. (2019). *Casinos de Macau alavancam lucro de 613 milhões de euros da Las Vegas Sands*. [online] Observador. Disponível em: <https://observador.pt/2018/10/29/casinos-de-macau-alavancam-lucro-de-613-milhoes-de-euros-da-las-vegas-sands/> [Consultado em 11 Maio 2019].

MACEDO, H. (2007). *OCIDENTALIZAÇÃO, TERRITÓRIOS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO SERTÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

MARREIROS, C. (2017). *Serões com Histórias - Memórias de um aluno junto ao mar, através de uma janela voltada para um jardim*. Fundação Rui Cunha. Macau.

NOCHLIN, L. (1991). *The politics of vision*. 1st ed. New York, NY, United States: Taylor & Francis Inc.

PINA, J. (2006) - A Guerra dos Casinos já Começou. [online] Disponível em: http://tradicionalalfengshui.blogspot.com/2006_08_01_archive.html [Consultado em 14 Jan 2019]

PINHEIRO, Francisco V. (2017). *Simpósio Revive-Relink, Mong-Há, Macau*

RANGEL (2019). *CCM - Um espaço emblemático de afirmação cultural*. [online] JTM. Disponível em: <https://jtm.com.mo/opiniao/ccm-um-espaco-emblematico-de-afirmacao-cultural/> [Consultado em 3 Jul. 2019].

ROMANO, José. (2010). *Macau 1999-2009*. Arquitectura 21

SAID, Edward. (2004). *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente* (3a ed). Lisboa: Livros Cotovia.

SERRA E SILVA, R. (2015). *Na espacialidade dos CASINOS DE MACAU [experiência, morfologia e topologia]*. Universidade de Coimbra.

SHIBAO, T. (2002). "Estudos sobre a Lenda das Aldeias na Península de Macau antes da sua Fundação", *Revista de Cultura*, 1, p. 20-33.

SOARES, A. and Ó, I. (2000). *Centro Cultural de Macau = Macao Cultural Centre*. 1 ed. Macau: Centro Cultural de Macau.

TCHEONG, Ü., **IAN**, K. and **GOMES**, L.G. (1979). *Ou-Mun Kei-Leok* =. 1st ed. Lisboa: Quinze-na de Macau.

TORRES, S. (2018). *Reflexos do Handover na Arquitetura em Macau - A condição dos arquitetos portugueses*. Universidade de Coimbra.

WANG, Weijen; **CHEONG**, Cheok Kio (ed.) (2010), *Regenerating Pátio: Study of Macao's Historical Urban Fabric*. Macau: Instituto Cultural do Governo da R. A. E. De Macau.

WATERS, M. (1996). *Globalization*. 1st ed. London: Routledge.

YIN, Guangren; **ZHANG**, Rulin (2009), *Breve Monografia de Macau*. Macau: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau.

Fontes das Imagens

Figura 1 - Jean-Auguste-Dominique Ingres, *La Grande Odalisque*, 1814

Disponível online em: <https://www.louvre.fr/en/mediaimages/une-odalisque-dite-la-grande-odalisque>

Figura 2 - Eugène Delacroix, *Femmes d'Alger*, 1834

Disponível online em: <https://www.louvre.fr/mediaimages/femmes-d-alger-dans-leur-appartement-1>

Figura 3 - Paul Gauguin, *Where do we come from? What are we? Where are we going?*, 1897-98

Disponível online em: <https://smarthistory.org/gauguin-where-do-we-come-from-what-are-we-where-are-we-going/>

Figura 4 - Joseph Nash, *The Chinese Court*, 1851

Disponível online em: <https://www.rct.uk/collection/919956/the-great-exhibition-china>

Figura 5 - Joseph Nash, *The Indian Court*, 1851

Disponível online em: <http://collections.vam.ac.uk/item/O25439/the-indian-court-print-nash-joseph/>

Figura 6 - Capa do livro "Occidentalism", 2005

Disponível online em: <https://www.ias.edu/ideas/2007/occidentalism-west>

Figura 7 - Escombros do *World Trade Center*, 2001

Disponível online em: <https://www.dw.com/pt-002/11-de-setembro-de-2001-um-dia-que-mudou-o-mundo/a-6606241>

Figura 8 - Foto premiada de Simon Norfolk, em Cabul, Afeganistão. O contraste entre Ocidente e Oriente dez anos após a invasão das Forças Armadas dos EUA está aqui representado.

Disponível online em: https://davidarioch.com/wp-content/uploads/2016/01/400366_226947620729974_677877564_n.jpg

Figura 9 - Um leão chinês estilizado na fachada das ruínas de S.Paulo
Disponível online em: <http://www.wh.mo/pt/site/detail/18>

Figura 10 - Um dragão chinês estilizado junto de caracteres chineses na fachada das ruínas de S. Paulo
Disponível online em: <http://www.wh.mo/pt/site/detail/18>

Figura 11 - Empire State Building, Nova Iorque, Estados Unidos da América
Disponível online em: <http://americanmanufacturing.org/blog/entry/a-great-american-architectural-marvel-the-empire-state-building>

Figura 12 - Burj Khalifa, Dubai, Emirados Árabes Unidos
Disponível online em: <https://www.burjkhalifa.ae/en/the-tower/facts-figures/>

Figura 13 - Torres Petronas, Kuala Lumpur, Malásia
Fotografia da autora

Figura 14 e 15 - Mongkok, Hong Kong
Fotografias da autora

Figura 16 e 17 - *Central*, Victoria Harbour, Hong Kong
Fotografias da autora

Figura 18 - Mapeamento do distrito de *Heong San* da dinastia Qing
Yin e Zhang, 2009: 292 - 293

Figura 19 - *Map of the Town Harbour of Macao*, de 1834
Domingues, 2017: 472

Figura 20 - “Proposta Topo-Morfológica do Porto de Macau (ocupação pré-portuguesa)” de Vera Domingues (2017)
Domingues, 2017: 475

Figura 21 - “Proposta da ocupação portuguesa: 1557 - 1568” de Vera Domingues (2017)
Domingues, 2017: 487

Figura 22 - “Proposta da ocupação portuguesa: 1568 - 1583” de Vera Domingues (2017)
Domingues, 2017: 511

Figura 23 - “Proposta da ocupação portuguesa: 1583-1623” de Vera Domingues (2017)
Domingues, 2017: 529

Figura 24 - “Proposta do traçado do sistema de fortificação” de Vera Domingues (2017)
Domingues, 2017: 537

Figura 25 - Casas de jogo e restaurantes chineses, 1890
Fernandes et al., 2015: 172

Figura 26 - Bazar chinês, 1903
Fernandes et al., 2015: 173

Figura 27 - Rua da Felicidade em 1890
Disponível online em: <https://nenotavaiconta.wordpress.com/tag/rua-da-felicidade/>

Figura 28 - Rua da Felicidade em 2017
Fotografia da autora

Figura 29 - Planta da Cidade de Macau, 1912
Disponível online em: <https://nenotavaiconta.wordpress.com/2014/06/06/planta-da-cidade-de-macau-de-1912/>

Figura 30 - Planta Geral da Cidade e do Novo Porto de Macau, 1927
Disponível online em: <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30038/2055>

Figura 31 - Macau em 1995
Amaro, 1998: 87

Figura 32 - Evolução das intervenções feitas através de aterros desde 1862 a 2005
Disponível online em: https://issuu.com/gsdharvard/docs/common_frameworks_part2

Figura 33 - Medalhão que simboliza os anos do acordo entre a China e Portugal desde o *handover* em 1999 até ao ano de 2049
Fotografia da autora

Figura 34 - Planta Geral do Complexo e a sua relação como a envolvente
Soares e Ó, 2000: 27

Figura 35 e 36 - Espaço vazio entre edifícios, flexível quanto ao uso
Fotografias da autora

Figura 37 - Uso do espaço vazio para a prática de *Tai-Chi*
Fotografia da autora

Figura 38 e 39 - Alçado poente e corte longitudinal do volume do museu
Soares e Ó, 2000: 48 e 89

Figura 40 - Escadaria de acesso
Soares e Ó, 2000: 51

Figura 41 e 42 - Perfil das rampas de acesso e corte transversal edifício do Museu
Soares e Ó, 2000: 89 e 85

Figura 43 - Rampas de acesso
Soares e Ó, 2000: 84 e 85

Figura 44 - Mobiliário do Museu e Auditório
Soares e Ó, 2000: 60 e 61

Figura 45 - Corte longitudinal
Soares e Ó, 2000: 70

Figura 46 e 47 - Auditório principal
Soares e Ó, 2000: 70

Figura 48 - Corte longitudinal
Soares e Ó, 2000: 73

Figura 49 - Auditório secundário
Soares e Ó, 2000: 72

Figura 50 e 51 - Alçado nascente e corte longitudinal do edifício dos auditórios
Soares e Ó, 2000: 35

Figura 52 e 53 - Vistas do edifício do auditório
Soares e Ó, 2000: 54 e 55

Figura 54 - Vista do jardim
Soares e Ó, 2000: 94 e 95

Figura 55 e 56 - Vista exterior
Soares e Ó, 2000: 93

Figura 57 e 58 - Calçada portuguesa utilizada no exterior
Fotografias da autora

Figura 59 - Vista geral do passadiço
Soares e Ó, 2000: 25

Figura 60 e 61 - Vistas exteriores
Soares e Ó, 2000: 80 e 97

Figura 62 e 63 - Edifício do auditório e edifício do museu
Soares e Ó, 2000: 28 e 29

Figura 64 - Layers que compõem a cidade de Macau, o Grand Lisboa ao fundo
Fotografia da autora

Figura 65 - Hotel Casino Lisboa nos anos 70
Disponível online em: <https://nenotavaiconsta.wordpress.com/2018/02/04/noticia-de-3-de-fevereiro-de-1970-hotel-casino-lisboa-slides-coloridos-de-macau-turistico-da-decada-de-60-seculo-xx-xiv-os-casinos/>

Figura 66 - Conteúdo programático do Hotel Casino Lisboa
Disponível online em: https://issuu.com/gsdharvard/docs/common_frameworks_part2

Figura 67 e 68 - Hotel Casino Lisboa em 2017
Fotografias da autora

Figura 69 - *Sands Macao* visto do *jet foil*
Fotografia da autora

Figura 70 e 71 - Grand Lisboa é possível ser visto de praticamente todos os lados
Fotografias da autora

Figura 72, 73 e 74 - Grand Lisboa é possível ser visto de praticamente todos os lados
Fotografias da autora

Figura 75 e 76 - Grand Lisboa de dia e de noite
Fotografias da autora

Figura 78 e 79 - As “bocas de tubarão” que assinalam as entradas
Fotografias da autora

Figura 80, 81 e 82 - Um dos arcos conopíais; vista para a Fachada de S.Paulo; vista da Fachada de S.Paulo (da esquerda para a direita)
Fotografias da autora

Figura 83 - Teto do *foyer*
Disponível online em: <https://www.doublestonesteel.com/case-studies/the-grand-lisboa-casino-macao-china/>

Figura 84 e 85 - No *foyer*, ao fundo, algumas peças valiosas expostas; o primeiro piso da sala de *mass gaming* (de cima para baixo)
Disponível online em: <http://www.skyscrapercenter.com/building/grand-lisboa/789>

Figura 86 e 87 - Vista noturna do passadiço
Fotografias da autora

Figura 88 e 89 - Corte transversal e alçado poente
Romano, 2010: 80 e 81

Figura 90 - Diagrama de relações inter-espaciais de Rita Serra e Silva (2015)
Serra e Silva, 2015: 124

Figura 91 - O Grand Lisboa iluminado pelas cores da bandeira nacional portuguesa no dia 10 de Junho de 2017
Fotografia da autora

Todas as imagens foram consultadas a 15 de Julho de 2019.